revista CAMINHOS



Mais do mesmo?

A RT é VB de professores pós-graduados desde 1987

A nova previdência para servidores públicos

Maquiavel, comunicação e poder

O ensino formal de fotografia na escola

A Metamorfose de Kafka: Um ensino literário-psicanalítico

aPUBH

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS / 2012

29

CAMINHOS

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS

N° 29 / 2012

APUBH
Belo Horizonte
publicação anual
caminhos 2012
ISSN - 1517-3038

Conselho Editorial
José Lopes de Siqueira Neto
Beatriz Alencar de Araújo Couto
Dalmir Francisco
Débora Torres Mendes de Oliveira

Coordenação e Edição
Marketing e Comunicação da Apubh

Jornalista Responsável
Simone Ribeiro de Melo
MTB 1145/MG

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica: Lucas Daian

Impressão
Gráfica Formato

Distribuição gratuita
Venda proibida

CAMINHOS
- V. 29, n1, (Julho) 2012 - Belo Horizonte: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH, 2012

CAMINHOS 2012
ISSN: 1517-3038

1. Docentes Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Periódico - 1. Título

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2012-2014

DIRETORIA EXECUTIVA:

- Presidente:
João Maurício Lima de F. Mota
- 1º vice-presidente:
José Lopes de Siqueira Neto
- 2º vice-presidente:
Giovane Azevedo
- Secretário-Geral:
Otávia F. de S. Rodrigues
- Vice-Secretária-Geral:
Débora Torres Mendes de Oliveira
- Diretor de Finanças:
Armando Gil Magalhães Neves
- Vice-Diretor de Finanças:
Carlos Barreira Martinez
- 1º Suplente:
Augusto Afonso Guerra Filho
- 2º Suplente:
Marta de Oliveira Pimentel

DIRETORIAS SETORIAIS:

- Ciência e Tecnologia:
Haroldo Béria Campos
- Hospital Universitário:
Mauro Ivan Salgado e Lúcio José Vieira
- Política de Ensino Básico e Profissional:
Alex Fabiani de Brito Torres e
Fábio Costa Pedro
- Diretoria de Política Educacional:
Rosângela Carrusca Alvim
- Política Sindical:
Paulo César da Costa Pinheiro
- Diretoria de Aposentados:
Maria Miquelina Barra Rocha
- Política Cultural:
Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Diretoria de Comunicação:
Dalmir Francisco
- Seguridade Social:
Jadson Cláudio Belchior
- Diretoria de Políticas da Saúde:
Accacia Júlia Guimarães Pereira Messano

SUMÁRIO



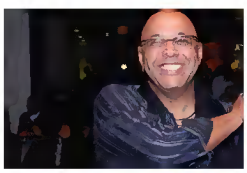
MAIS DO MESMO? 07
HUMBERTO COELHO DE CARVALHO



A RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT) É VENCIMENTO BÁSICO (VB) DE PROFESSORES PÓS-GRADUADOS (PPG) DESDE 1°/04/1987 19
ELIAS ANTÔNIO JORGE



A NOVA PREVIDÊNCIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS 27
FERNANDO PIMENTEL DE SOUZA



MAQUIAVEL, COMUNICAÇÃO E PODER 53
DALMIR FRANCISCO



O ENSINO FORMAL DE FOTOGRAFIA NA ESCOLA: UM DESAFIO A SER VENCIDO E SEUS BENEFÍCIOS AOS ALUNOS DOS NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO 67
JOSÉ EDUARDO BORGES MOREIRA



A METAMORFOSE DE KAFKA: UM ENSAIO LITERÁRIO-PSICANALÍTICO 75
SEBASTIÃO ABRÃO SALIM



POEMAS 91
ANTÔNIO CLARET

EDITORIAL

Qualidade de vida é a temática central desta 29ª edição da Revista Caminhos. Isto porque os textos versam sobre meio ambiente, carreira, previdência, saúde mental e educação. A primeira vista, são temas que parecem não possuir relação entre si, mas que, em conjunto, tratam de questões que, direta ou indiretamente, contribuem para uma boa qualidade de vida acadêmica e em sociedade.

Esta edição traz artigos e poemas de professores das Ciências Sociais Aplicadas (comunicação social), Ciências Agrárias, Exatas e da Terra e Ciências Biológicas e da Saúde (veterinária, medicina e biologia). Humberto Coelho de Carvalho disserta sobre a polêmica verticalização da Pampulha e seu impacto na qualidade de vida na região. Elias Antônio Jorge e Fernando Pimentel de Sousa exploram em seus textos, respectivamente, questões sensíveis à categoria docente e do funcionalismo público federal: a carreira e a aprovação do novo regime de previdência complementar. Por sua vez, Dalmir Francisco aborda a relação entre a comunicação, a política e o poder a partir da leitura de "O Príncipe" de Maquiavel. José Eduardo Borges Moreira analisa o impacto no processo de aprendizagem da disciplina de fotografia incluída no currículo da educação básica. Já Sebastião Abrão Salim fala sobre a obra de Kafka e Antônio Maria Claret apresenta aos leitores da publicação uma série de poemas sobre temas variados.

Em novembro, a Apubh comemorará 35 anos de fundação e a ideia é de que a próxima edição traga uma série de reflexões e contribuições sobre a história da entidade. Professor, envie o seu trabalho (artigo, poema, ensaios, poesias, desenhos e ilustrações). O edital já está aberto. Confira na última página.

Boa leitura!

Humberto Coelho de Carvalho



Professor Aposentado do
departamento de biologia geral
do ICB/UFMG

MAIS DO MESMO?

Resumo

Tudo se passa como se COMPUR, IPTU e Cia. Ltda fossem incompatíveis com qualquer mancha verde natural sobrevivente na cidade ou como, se para eles, 2 + 2 fosse igual a 5.

Fotos: Lucas Daian





Gabriel Herlain e hugo Herlain

1. INTRODUÇÃO

Leitores de publicações do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH) cobram-nos alguma manifestação acerca da temática *Quebra da taxa de verticalização da Pampulha*, alegando entre outras razões:

a) situarem-se esta entidade e parte substancial de seus filiados nas proximidades do fulcro de um furacão;

b) haver a APUBH, em outras oportunidades[1], questionado nossas políticas urbanas, inclusive com a colaboração eventual do presente autor[2] [3], não cabendo a ambos qualquer omissão agora.

2. CRONOLOGIA DO PROBLEMA: A FEBRE DA VERTICALIZAÇÃO

Em 02/03/2012, o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) aprovou por unanimidade a construção de dois hotéis vizinhos, cada um com 13 andares e 40 m de altura, na Av. Alfredo Camarate, na Pampulha, com início imediato das obras. Inconformados, moradores da região questionam a regularidade do licenciamento aprovado, alegando:

a) infração de normas de legislações anteriores resguardadoras da proteção de monumentos tombados, da paisagem natural nativa e da plantada, além da fauna local;

b) liberação subreptícia de construções irregulares com edificações de puro apelo comercial;

c) possível aumento do risco de contaminação do lençol freático devido a movimentação de terra, na área destinada à construção dos hotéis;

d) impactação do trânsito numa região de ruas estreitas e próxima da orla da lagoa;

e) aumento das chances de essa região vir a sofrer danos ecológicos, entre os quais os de variações indesejáveis de temperatura, ventilação e vazão de águas pluviais.

Em BH, o problema da verticalização do Centro, da Savassi, do Buritis, do Belvedere, das Mangabeiras e mais recentemente do Ouro Preto, do Planalto e da Pampulha, entre outros, parece estar impregnado duma lógica implícita – a de desenvolver-se para cima, doa a quem doer, com garantia de engarrafamento crescente do tráfego à porta, dúvidas sobre a confiabilidade técnica das *gigoedificações* (vide a preocupante onda de desabamentos, infiltrações, rachaduras e trincas – inclusive das vias de acesso, de desrespeito aos prazos de entrega etc, etc).

Paralelamente ao furor verticalizante das classes média e alta corre o da favelização das periferias por parte dos menos favorecidos. Ambos igualmente insatisfeitos com a regulação e a assistência que lhes é oferecida pelo poder público.

Tudo isso ocorre sem estrutura sanitária, pluvial e elétrica, ou sem adequada assistência nas áreas de saúde, educação, transporte e segurança - mas com aval, conivência ou estímulo da Prefeitura, da Câmara Municipal, da *Lei do Uso e Ocupação do Solo, do IPTU, do COMPUR* e de outros órgãos públicos, postos a serviço de discutíveis interesses do setor privado.

Em suma, as más condições de urbanização desgastam igualmente, a curto e médio prazo, abonados e não abonados.

[1] CAMINHOS, Ed. A universidade discute o meio ambiente. Caminhos, n° 5, 1992.
[2] CARVALHO, H.C. IPTU anti(ecológico)? Jornal da APUBH, nº27, set/2010.
[3] CARVALHO, H.C. Inovação no IPTU de BH: Por que e para quem? Caminhos, nº27, 2010.

3. DIAGNÓSTICO DA ENFERMIDADE

Os componentes da síndrome, assinalados no item anterior, estariam sujeitos à crítica de não apresentarem economia em termos de gerenciamento, tanto da construção e da manutenção das instalações, quanto das alardeadas facilidades oferecidas a seus usuários. Para muitos destes, parece improcedente centralizar-se tudo num único lugar, desconsiderando-se seus reflexos na mobilidade e conviviabilidade urbanas. Os custos e benefícios dessa decisão estariam favorecendo interesses políticos e econômicos de grupos já prioritariamente contemplados.

4. REAÇÃO DOS AGENTES E DOS PACIENTES

Os interesses e visões conflitantes de ambientalistas, ruralistas, proprietários, assentados rurais, populações indígenas e dirigentes públicos, entre outros, legitimam o estabelecimento de normas conciliatórias. Políticas equivocadas podem porém nos levar à degradação e destruição de habitat urbano e rural, com conseqüências irreversíveis para atuais e futuras gerações.



É um indicativo de nossas ambigüidades sociais o cuidado que dispensamos ao uso e ampliação do solo urbano – vide, por exemplo, o crescente adensamento e expansão de favelas e condomínios sobre áreas de florestas e montanhas.

Nosso capitalismo tupiniquim propiciador de benesses para poucos, em detrimento do sofrimento de muitos, precisa ser reavaliado. Desconfiemos das prioridades ora escolhidas. Proponhamos um basta ao nefando conluio do capital financeiro com certa minoria oportunista e inescrupulosa. Todos poderíamos ser mais verdes ao cuidar do manejo sustentável da água, da energia e da ventilação – e menos tolerantes – na aceitação de soluções impactantes do ponto de vista ambiental, social e estético.

Transparece do espaço dedicado pela Imprensa ao embróglio da Pampulha (vide Jornal O TEMPO, por exemplo) serem sombrias as conseqüências das construções pretendidas e pouco animadoras as providências que estão sendo tomadas para evitá-las.

Aos assustados moradores dessa região e adjacências, nossos votos de possíveis melhores ares e que os ajudem os deuses, sobretudo os da esperança.

5. CONSIDERAÇÕES SÓCIO-ANTROPOLÓGICAS

No desenvolvimento de nossas atuais metrópoles, a distribuição dos espaços estaria, em grande parte, relacionada às exigências do mundo supostamente lógico do mercado com suas (in)suspeitas ordens e coações.

Na prática, o *urbanismo* acaba promovendo e legitimando uma acentuada redução na expressividade de nossas vidas, tornando-as campo de tensões e conflitos ou de enfrentamentos e confrontações. Lutar pela busca de outros possíveis, inclusive daqueles que contrariem o capital e a máquina estatal vigente, seria uma meta a buscar-se.

Ao longo dos tempos, o comportamento do *duo Empresariado & Gerenciamento Público* tem sido responsabilizado por significativa parcela dos males que nos afligem. Essa dupla, considerada uma F1 (descendência), tanto dos maus usuários de terras e de águas, quanto dos derrubadores de florestas e poluidores de rios, transformou regiões férteis em savanas e desertos. Parte dela, agora com olhar matreiro tenta repetir a dose com BH, incluída aí nossa regiãozinha.

Que podem fazer agora *pampulheiros* de fato e de coração? Com a palavra os (e) leitores.

À debilidade de nossos executivos poderíamos contrapor uma maior atenção na hora de elegê-los.

6. CRIPTOGRAFIA E VAZAMENTO DE MENSAGENS

As notícias são:

a) o aval do COMPUR para a construção dos *English Hotels* teria sido dado em troca do pagamento de substanciais propinas;

b) a *Associação dos Moradores da Pampulha*, ao lado de membros da Câmara Municipal e da *Assembleia*, está envidando esforços para sustar tal desfaçatez;

c) a vizinha comunidade universitária estaria a interrogar-se – foram devidamente consideradas características sociais, econômicas, culturais urbanísticas e de gestão local onde a intervenção está se processando?;

d) o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-MG) questiona a liberação da construção de ambos hotéis, contestando o *Relatório de Impacto de Vizinhança* apresentado pelos responsáveis. Este não contemplaria parâmetros essenciais definidos pelo *Estatuto da Cidade*;

e) oficialmente, a Prefeitura alega não procederem as críticas ora vindas a lume, declarando não existirem naquela repartição, nem *vagabundos infiltrados, nem bandidos de toga;*

f) parte do depoimento de dois ilustres Professores Titulares do ICB/UFMG:

> "... Trata-se do risco da Pampulha se tornar em apenas mais um bairro, nesta outrora chamada Cidade Jardim. Não mais horizonte, não mais jardim – no lugar, prédios esquisitos e feios. O trânsito... nem se fala!... Nossos administradores..."
>
> "Mais do que a construção dos hotéis em si, estamos preocupados com o precedente jurídico que essa liberação pode trazer. Aqui é um museu a céu aberto, um lugar tranquilo e bonito e tem que ser preservado."

PS.: Abaixo, transcrição parcial de misteriosa mensagem enviada por outro Professor da UFMG, com insinuação de que parte dela possa ser utilizada no próximo ENEM:

> 1 - "A associação dos itens a seguir pode insinuar (preconceituosamente?) existência de doentia situação no Pampulha Verticalization Subject. Confira e discuta:
> a) Nome dos prédios: Go Inn e Bristol Stadium (xenofilia?);
>
> b) Número de andares: 13 (hazard

number?);

c) Órgão aprovador: Área de Diretrizes Especiais – ADES (abreviatura alterada de certa síndrome?)

d) Órgão legislador: Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR (curruptela de conspire?)"

2- "Qual das qualificações abaixo melhor se aplicariam às atuais autoridades municipais de BH?[4]

a) Dendroplastas;

b) Dendrófobos;

c) Dendrículas."

3 - Reflita sobre a veracidade ou falsidade das cinco asserções a seguir:

a) A implementação das atuais políticas municipais está afetando negativamente a drenagem das águas pluviais, a qualidade e circulação do ar, o nivel de temperatura, a fluidez das vias de transporte, a convivência social e a manutenção de remanescentes vegetais;

b) Escolas, Sindicatos e Comunidades Científicas poderiam influir mais positivamente na modificação da legislação belohorizontina, redutora de sustentabilidade ambiental;

c) Órgãos como COMPUR e IPTU estão efetivamente considerando relevante estimular a manutenção ou recuperação dos poucos espaços arborizados ainda sobreviventes em BH;

d) "Quando os réus são poderosos a justiça se fragiliza e as investigações costumam dar em nada, gerando insegurança e temor social[5]";

e) O lugar onde vivemos contribui em grande medida para nos tornar quem somos.

4 - Discuta, entre as medidas abaixo, duas que lhe pareçam contribuir melhor para a solução da Querela da Pampulha:

a) Garantir aos proprietários de casas da região a troca destas por apartamentos de 2 ou 3 quartos situados em modernos edifícios de 15 ou mais andares, a serem eventualmente construídos nas áreas de seus atuais jardins;

b) Incentivar a troca de mansões desvalorizadas por apartamentos já construídos no Buritis ou em fase de construção nas proximidades da Cidade Administrativa;

c) Aumentar em 61,8% o jeton mensal dos membros do COMPUR e do IPTU, complementado por uma gratificação anual correspondente ao 14ª e 15º salários;

d) Considerar que apenas parte dos personagens envolvidos no verticalization subject seja ecocida convicto – o restante constituindo-se de pessoas normais envolvidas em situações incomuns;

e) Escollher mais criteriosamente, nas próximas eleições, os dirigentes da municipalidade, na perspectiva de efetivarem-se mudança tanto de

[4] OBS.: Questão inspirada em Carlos Drummond de Andrade – Jornal Estado de Minas, 11/12/63 – Seg. Cad., p.4.
[5] Declaração recente de ex-ministro do Superior Tribunal Federal.
[6] Diálogo parcialmente inspirado em CORTELLA, M.S. Qual é a tua obra. Vozes, 2011.

pessoa quanto de conduta;

f) Recorrer a São Francisco de Assis, afinal de contas, Ele também é morador da região!!!

5- Proponha uma expressão literal para a equação BE=a/bpv2. Nesta, BE=bem estar da população, a=área verde, b e p=tamanho do bairro e da população, v=grau de verticalização. Qual seu grau de concordância com ela?

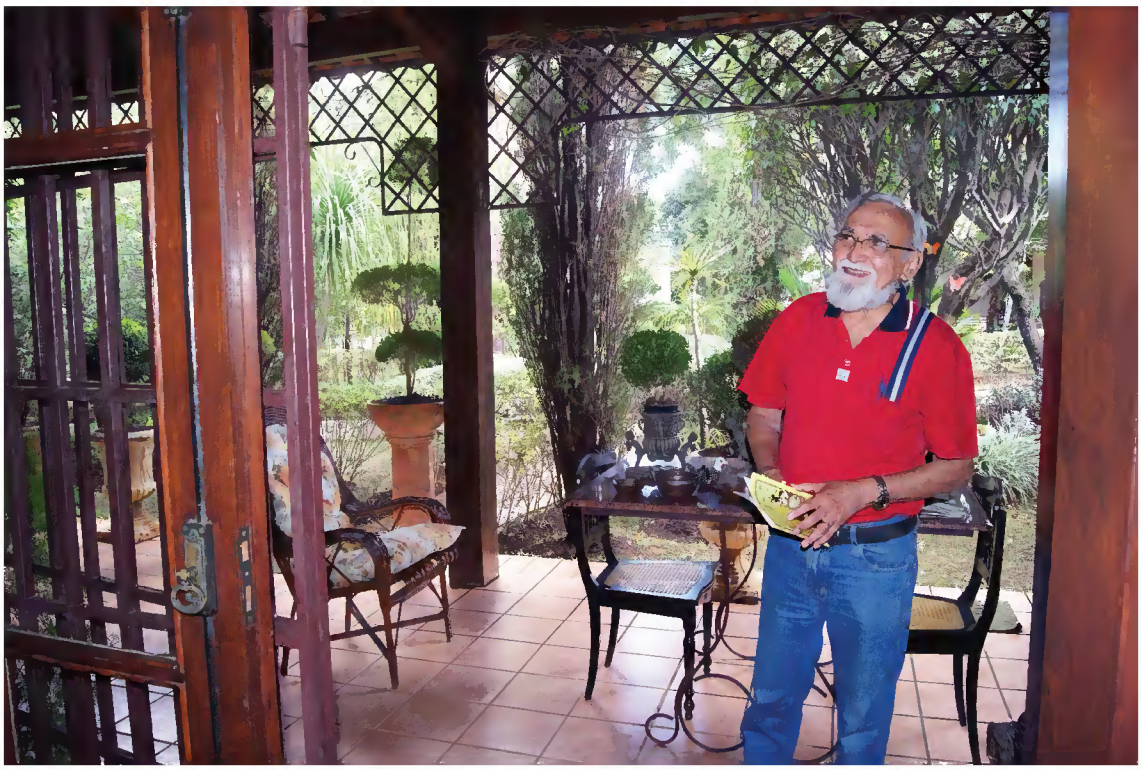
6 – Qual seria a expressão literal de BE, se na questão anterior, incluíssemos também as variáveis qualidade e distância de entidades: escolares (e), de assistência médico-odontológica (m), e de serviços bancários (s)?

O que teria levado alguém a produzir um texto como este, pode estar se perguntando um eventual leitor.

Chorar baixinho, poderia ter sido mais fácil e talvez mais verdadeiro, ponderaria uma alma mais sensível;
Mas seria insuficiente!! - retrucaria um cartesiano;
"Às vezes parecemos cegos em um quarto escuro, procurando um gato preto, onde não há gato algum..." - diria outro.

"Mas, e se o gato fosse malhado?" - encerraria um terceiro essa estória.[6] A não ser que alguém, lembrando-se da igrejinha ali perto, citasse Niemayer: "mais do que a arquitetura contam os amigos, a vida e este mundo injusto que devemos resgatar".

"Santa Clara, clareai-nos! Não permita inocentes venham sucumbir à sanha dos sátapras da especulação!... Senhora!, lírios, mangabeiras, oitis, borboletas, beija-flores, sagüis e nós humanos, pálidos de júbilo e de esperança agradecidos ficaríamos."



7. ADENDO: PERGUNTAS E RESPOSTAS

Poderemos, Senhor, fazer deste país uma grande nação? – Que tal se sinceramente o tentássemos?

No seu âmbito de atuação, estaria a APUBH disposta a promover um Seminário ou atividade similar, com a temática – Qual a cidade que queremos e o que deveremos fazer para tê-la?

Participariam deste evento representantes das áreas da Arquitetura e Engenharia, da Geo-Ciências e ICB, das Ciências Econômicas, Educacionais, Jurídicas e Sociais, além de outras. Essa eclética composição permitiria contemplar-se, com menos perdas, além da multiplicidade de leituras possíveis, também a instauração de uma convivência mais harmônica entre tantos diferentes. Colóquios, Encontros e Debates podem constituirem-se em campos férteis para o surgimento de melhores soluções.

Fruto deste *Seminário*, talvez sorríssemos da (im)procedência das questões levantadas no PS deste texto (p.04) e modificássemos nossas respostas a elas dadas anteriormente.

O espaço-tempo nas grandes cidades, na verdade tornou-se em complexa superposição de componentes rurais, industriais e urbanos, nem sempre harmoniosamente funcionantes. Em BH, a qualidade desses componentes espaciais e temporais foram e estão sendo diferenciadamente modelados, tanto pela burguesia mercantil, quanto pelos intelectuais e pela burocracia estatal – muito menos pelos *de baixo*, a classes operária.



[7] Dica: Entre as atividades programadas para meados de abril pelo FIT-BH (Festival Internacional de Teatro) está a discussão do tema: Fronteiras entre o Teatro e a cidade em seu Entorno. Vamos lá!!
[8] CARSALADE, F. Pampulha. Belo Horizonte: Conceito,2007. (Coleção BH. A cidade de cada um).
[9] GIFFONI,L. Serra do Curral. Belo Horizonte: Conceito, 2012. (Coleção BH. A Cidade de cada um).

No tocante à pugna *verticalização versus preservação de áreas verdes remanescentes*, é necessário cultivarem-se princípios que não sejam apenas os do *empirismo utilitário*, nem os de uma *estética duvidosa.*

Indagado sobre a possibilidade de algum desfecho satisfatório, no próximo capítulo dessa desengonçada chanchada, um venerando morador da região teria sussurrado: "talvez estejamos dando veracidade aos que murmuram – *desde há muito, não só de ontem, BH vem trocando o belo pelo vertical e o horizonte por um horror sombrio e terrificante. ... Seria o horizonte da cidade ou a cidade como horizonte que se denominaram desse modo?... Tratar-se-ia apenas de uma metáfora ecológica? ... Ou nos transformamos mesmo no triste e destroçado horizonte pranteado por Drummond?*

8. DIREITO E DEVER DE CHIAR

No caso do *Pampulhan affair*, a grita dos *contestadores*, à praxis do duo *municipalidade & empresariado* pode ser considerada como um exemplo de democracia urbana *in actu*. Carecemos desenvolver uma *praxis urbana* mais efetiva para enfrentar a do duo acima citado, cujas previsões e poderes raramente correm paralelos à melhor utilização das boas técnicas e éticas disponíveis.

Precisamos de um *programa urbano*, uma espécie de *projeto transformador da continuidade*, sem relação com o *urbanismo repressivo e banal*, nem com o *planejamento coercitivo do território*... Evitar a convivência incestuosa com a mediocridade burocrática e a eleitoral, também seria recomendável.

Às entidades *bairros, cidades, verticalização, famílias e populações* não se aplicam atualmente o "crescei e multiplicai-vos". Esse bordão se parelha melhor com metástases cancerígenas... Quanto maiores suas dimensões, pior!

A dissonância entre o espaço concreto do habitar e o do abstrato dos planejadores tende a crescer potencialmente com o tempo: o usuário dos bens citadinos costuma ser considerado pela empáfia burocrática como personagem repugnante a emporcalhar o novo e o fresco ou a deteriorar e perturbar o doce sossego (deles burocratas).

Bem-vindas, as manifestações do tipo passeata, twitters e representações teatrais, entre outras! Elas contribuem para o estabelecimento de um equilíbrio mais dinâmico e tolerante.[7]

Sugestão, mesmo vinda de respeitável revisor, de excluir a parte final do item PS (p.05), não foi acatada. Consideramo-lo uma versão menor da mineira fala – *o preço da liberdade é a eterna vigilância.*

Como Democracia e Cidade são entidades em permanente construção... Olho na (in)atividade, *deles e nossa!*

N.B.1 – A última versão deste texto, feita nos meados de março/2012, sofreu pequenas alterações sugeridas por dois eminentes consultores e foi acrescentada de uma charge produzida por uma promissora dupla de adolescentes. A estes, ao setor de Jornalismo da APUBH e a digitadora, virtuose convertora do calígrafo e do falado para o eletrônico, nossos agradecimentos.

N.B.2 – Já no prelo este texto, nos deparamos com duas inspiradas publicações[8 9.] Nelas, refletem-se, não só a dupla face do desenvolvimento de BH – com suas desigualdades sociais, ocupações irregulares e problemas ambientais – mas também a origem das belezas naturais ou construídas e o que fazer para preservá-las.
Giffoni lembra que, em 1977, numa escolha pelo *símbolo maior de BH*, os dois mais votados, quase pareios, foram *Serra*

do Curral e Pampulha. Boa parte da Serra já se foi. Apesar de tombada (1991) e retombada (2002), a especulação imobiliária e a mineração com o beneplácito da municipalidade, querem agora nos privar do que sobrou. Algo semelhante está acontecendo com o legado da Pampulha. Esta e a Serra do Curral, por "direito e eleição" constituem partes inalienáveis de nossas vidas. Ambas justificariam a manutenção do atual nome da cidade, posto em dúvida no último parágrafo do Item 7 (p.15).

9. PRORROGAÇÃO

Mesmo com tempo regulamentar esgotado, um leitor sugere, dada a relevância do tema para a qualidade da vida e da biodiversidade, uma palavrinha sobre a *recomposição das matas ciliares de rios e lagos.* Para tanto, pressionar seu representante no Congresso Federal na elaboração do Novo Código Florestal, seria oportuno. Por extensão, poderíamos assim, paralelamente, entre outras, salvar a pranteada orquídea *Pseudotrimezia*, merecidamente decantada por Giffoni[9] e os poucos remanescentes do alecrim-do-campo *(Bracharis diacunculifolia)* bravamente defendidos por Fernandes *et cols.*[10] da ignorância descompromissada ou da sanha dos especuladores do agronegócio.



Não nos iludamos, processos de degradação estão em curso aqui, ali e acolá – *urbi et orbi.* Políticas mais transparentes nas esferas acadêmica, governamental e privada poderiam contrapor-se à nossa ignorância ou má-fé.

"Talvez mais pertinente fosse nos reunirmos aos *Acadêmicos da Folia* e juntamente com o *Cordão das Saideiras,* concertarmos tudo isso no próximo reinado de *Momo.*" O venerando proponente desta moção, ex-membro de uma Pró-Reitoria justifica: "precisamos explorar melhor a interdisciplinaridade nas artes, nas ciências e nas políticas urbanas." No que é apoiado por ilustre participante de outro órgão antenado com a transdisciplinaridade – "um futuro diferente e inovador depende de se trabalhar em sintonia com o presente".

10. SINAL DE ALARME!!!

Manchete do Jornal O TEMPO de 31/05/2012, p.31:

> Verticalização: Moradores querem fim de novos edifícios. – Moradores dos bairros Sta. Lúcia e São Bento reuniram-se ontem na Assembleia Legislativa de MG para protestar contra a verticalização crescente naquelas regiões... "Alegam, as atuais vias não comportarem um adensamento tão exagerado!" Na ocasião, um representante da Secretaria de Planejamento Urbano prometeu analisar a viabilidade do pedido.

Aguardemos[11].

Faz sentido protestar quando não houver receptor? Espero com meu desajeito não

ter prestado um desserviço ou apenas contribuído para o aumento da poluição gráfica.

[10] FERNANDES , G.W. et cols. Jornal do Estado de Minas, 19/05/2012 – Cad. Ciência, p.18.
[11] Vide também 3CARVALHO, p.25.

ELIAS ANTÔNIO JORGE



Professor aposentado do DCC/ICEX/UFMG

Licenciado em Matemática, Física e Desenho pela FAFI-BH (atual UNIBH)
Mestre em Ciência da Computação pelo DCC/UFMG
Doutor em Educação pela USP

A RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO (RT) É VENCIMENTO BÁSICO (VB) DE PROFESSORES PÓS-GRADUADOS (PPG) DESDE 1°/04/1987

(Vigência do Decreto n° 94.664/87 – Plano Único – PUCRCE)

Resumo

O autor relembra neste texto o processo de construção pelo Movimento Docente da Lei de Isonomia 7596/87 e do Plano Único decreto 94664/87, que consagrou a titulação, como inerente ao vencimento básico dos docentes federais demonstra que a exclusão da parcela remuneratória da titulação prejudica mais os professores mais antigos e mais titulados. Destaca que as Emendas nº 80 e 84 (Dep. Newton Lima PT – SP) e, 81 e 83 (Dep. Mauro Nazir – PSB – RO) à MP nº 568 nº 11 de maio de 2012, substitutiva do PL 2203/2011, podem restaurar a natureza remuneratória da titulação (vencimento básico) vigente de 1/09/1987 a 31/01/2009 e agredida arbitrariamente a partir de 1/02/2009. Conclui lembrando que um mau acordo é melhor que uma boa demanda.

Fotos: Simone Ribeiro

A partir de 1°/02/2009, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) suspendeu o pagamento da **Respectiva Titulação (RT)** como parcela do **Vencimento Básico (VB)**, sem justificativa plausível e descumprindo dispositivos legais em vigor.

Esta parcela remuneratória, como vencimento, é inerente ao exercício do magistério público federal, seja porque estabelece atribuições específicas (inclusive ingresso e progressão na carreira, participação de bancas examinadoras, orientação de alunos, etc...), seja porque está prevista como vencimento **(VB)** em dispositivos legais em vigor como veremos a seguir.

Nos concursos públicos para professor da Classe Adjunto exige-se o Doutorado, para Assistente exige-se o Mestrado.

Somente doutores podem orientar doutorandos.

Para orientar teses de mestrado exige-se que o professor seja mestre ou doutor ou livre-docente.

Somente doutores ou pós-doutores podem participar de bancas examinadoras de doutorado, situação que é análoga em bancas de mestrado.

Professores de mestrado têm de ser pelo menos mestres e de doutorado pelo menos doutores.

Desde o início da Carreira Única (Decreto n° 94.664/87), decorrente da Lei n° 7.596/87, Lei de Isonomia entre Instituições Autárquicas e Fundacionais, **o VENCIMENTO** dos professores é definido pela **Classe**, pelo **Nível** (padrão) dentro da Classe, **Regime de Trabalho** (20 horas, 40 horas ou Dedicação Exclusiva – DE) e **Titulação** (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado ou livre-docência).

O artigo 31 do Decreto n° 94.664, de 23/07/1987, estabelece esta condição estruturante da tabela salarial e estruturante da hierarquia remuneratória do **Plano Único de Carreira Retribuição Cargos e Empregos – PUCRCE –** com vigência a partir de 1°/04/1987.

Portanto, de 1°/04/1987 até 31/01/2009, os pagamentos foram feitos corretamente (durante 22 anos).

A partir de 1°/02/2009, o **SIAPE** do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão suspendeu o pagamento da parcela remuneratória da **titulação (RT)** como **Vencimento Básico (VB)** sem justificativa plausível e contrariando os seguintes dispositivos legais em vigor:

1°) Artigo 31, do Decreto n° 94.664/87 – PUCRCE;

2°) Artigo 40, da Lei n° 8.112/90 – RJU (Regime Jurídico Único);

3°) Artigo 41, da Lei n° 8.112/90 – RJU (Regime Jurídico Único);

4°) Artigo 49, da Lei n° 8.112/90 – RJU (Regime Jurídico Único);

5°) Artigo 61, da Lei n° 8.112/90 – RJU (Regime Jurídico Único);

6°) Artigo 21, da Lei n° 11.784/2008.

Repelindo a idéia de que tal suspensão do pagamento decorreu da incompetência, má fé ou ambos, vamos detalhar os dispositivos legais, em vigor, supra citados, para buscar alternativas de solução através do PL 2203/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados, cujo relator na Comissão de Trabalho é o Deputado Jovair Arantes (PTB-GO).

De 1°/04/1987 a 31/01/2009, a parcela remuneratória, **por titulação (RT)**, do **Vencimento dos Professores Pós-Graduados**

(PPG) era obtida através do percentual do Vencimento Básico (VB) dos professores apenas graduados (sem Pós-Graduação) de mesma Classe, do mesmo Nível, e do mesmo Regime de Trabalho, obtendo-se com este acréscimo, o **Vencimento Básico (VB) dos Professores Pós-Graduados (PPG).**

A Lei n° 11.784/2008 fixou tabelas específicas para **Titulação (RT)** alterando a **forma de cálculo** vigente desde 1°/04/1987, mas não alterando **A NATUREZA (vencimento)** da parcela remuneratória por titulação.

Faltou explicitar que a tabela **– VB –** se referia a **Vencimento Básico (VB)** de Professores apenas graduados (sem Pós-Graduação).

Faltou explicitar que o **Vencimento Básico (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)** é a resultante da tabela – **VB** – acrescido do respectivo valor na tabela – RT.

Estas explicitações podem e devem ser feitas pelo relator do PL 2203/2011, Deputado Jovair Arantes e/ou pelo relator da MP 568 acatando emendas 80, 81, 83 e 84.

Para tanto, basta acrescentar no Artigo 28 do PL 2203, logo após o Anexo IV-A a expressão "e anexo V-A", e no Artigo 29, logo após Anexo LXXI, a expressão "e anexo LXXIII".

Dessa forma, restaura-se a verdade dos fatos e se mantem a conformidade jurídica com o Decreto n° 94.664/87 (Artigo 31), com a Lei n° 8.112/90 (Artigos 40, 41, 49 e 61) e com a Lei n° 11.784/2008 (Artigo 21).

O Artigo 21, da Lei n° 11.784/2008 determina a extinção da **GAE – Gratificação de Atividades do Executivo** (160% sobre o vencimento incluído nele a parcela da titulação), e sua incorporação ao **Vencimento Básico (VB).**

Para os Professores Pós-Graduados (PPG) isto só se concretiza com a soma da tabela VB (Anexo IV-A) com a tabela RT (Anexo V-A).

Esta emenda do relator evitará um gigantesco contencioso jurídico e não representará nenhum acréscimo de despesa, pois trata-se apenas de explicitar dispositivos legais, em vigor como passaremos a demonstrar.

O Artigo 31 do Decreto n° 94.664/87

O artigo 31 do Plano Único de Carreira define vencimento do professor como resultante da Classe, do Nível, do Regime de Trabalho e da Titulação.

Neste artigo, define-se o salário ou vencimento do Professor Auxiliar, nível I, em regime de dedicação de 20 horas semanais, **apenas graduado**, como o **salário gerador** da tabela salarial básica provisória para docentes de nível superior.



O valor do salário gerador correspondia a 5,56 salários mínimos de 1°/04/1987.

A estruturação da tabela se dá por **acréscimos ao vencimento**:

por mudança de nível (4% à época);
por mudança de classe (10% à época);
por mestrado (15% à época);
por doutorado (25% à época);
por 40 horas (100% de 20 horas);
por dedicação exclusiva (40% à época, sobre 40 horas ou 2,8 vezes o valor de 20 horas).

O objetivo deste artigo 31 era descrever detalhadamente as condições do acordo que pós fim à greve nacional dos docentes, em 1987.

Na prática, era a resultante de uma seqüência de movimentos, deflagrados pelo **Movimento Docente (MD)** desde 1980, cuja greve nacional deu origem à **ANDES** (Associação Nacional dos Docentes Superior) posteriormente transformada em **ANDES** - Sindicato Nacional.

Em 1981/82, as greves tiveram como causa a necessidade de obter reajustes semestrais, o que na prática só veio a ocorrer pelas sucessivas formulações de reajustes em janeiro/março, janeiro/abril, janeiro/maio e finalmente janeiro/julho.

A greve de 1984 foi em defesa da manutenção do caráter público das universidades e contra a transformação em fundações (greve contra gestão da Dona Ester).

Em 1985, houve uma greve nacional em busca da isonomia entre as fundações. Nesta greve, se delinearam os parâmetros do futuro Plano Único para Professores e Técnicos Administrativos.

Em 1987, a greve nacional viabilizou a aprovação da Lei 7.596, que instituiu a isonomia entre autarquias e fundações, e a determinação de que se instituísse um **Plano Único de Carreira, Retribuição, Cargos e Empregos (PUCRCE),** que veio a se estabelecer através do Decreto 94.664, de 23/07/1987, onde se definiu que os efeitos financeiros seriam retroativos a 1°/04/1987 (artigo 65 do anexo ao **PUCRCE**).

Como se nota, a instituição da **Retribuição por Titulação (RT)** com parcela do **Vencimento Básico (VB)** não foi um acaso, mas uma construção coletiva do Movimento Docente (MD) coordenado pela ANDES, e resultante de várias greves nacionais.

Em 1989, nova greve nacional conseguiu alterar a mudança de nível de 4% para 5%, e a dedicação exclusiva de 40% para 50%, mantida a **Retribuição por Titulação (RT)**, como parcela do **Vencimento Básico (VB).**

Ainda em 1989, como resultante do movimento nacional de servidores públicos federais, foi instituída a **GAE (Gratificação de Atividade do Executivo)**, que para algumas categorias chegava a 120%, mas para os servidores da educação e da saúde foi inicialmente de 30%, depois 50%, depois 80%.

Em 1990, como resultado de uma mobilização nacional dos servidores públicos federais exigindo o cumprimento do dispositivo constitucional, que determinava a existência de um **Regime Jurídico Único (RJU)**, foi negociada com as categorias e aprovada no Congresso Nacional, a Lei 8.112, que estabeleceu o **Regime Jurídico Único (RJU)**, optando-se pela condição de estatutário, transformando-se os servidores da CLT em servidores estatutários.

Nessa Lei 8.112, o artigo 40 define vencimento, o artigo 41 define remuneração. É no artigo 49 que está definido que, além de vencimento, os servidores públicos federais podem ter indenização, ou gratifica-

ção, ou adicional.

A **Retribuição por Titulação (RT)**, não sendo gratificação, nem indenização, e nem adicional, permaneceu sendo parcela do **Vencimento Básico (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**.

Evidentemente, que a **Retribuição por Titulação (RT)** não é parcela do vencimento dos professores apenas graduados, mas é parcela do **Vencimento Básico (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**.

Essa condição jurídico-legal jamais foi alterada, inclusive não sofreu alteração pela Lei 11.784/2008.

A **GAE,** durante o governo Itamar, foi alterada para 120%, depois 140%, e finalmente 160%, e os seus percentuais sempre incidiram sobre a parcela referente à titulação, pois esta sempre foi considerada como **Vencimento Básico (VB)**.

O artigo 21, da Lei 11.784, de 22/09/2008, prevê a incorporação da **GAE** ao **Vencimento Básico (VB)**. No caso dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**, esta determinação legal só se dá quando o **Vencimento Básico (VB)** é obtido pela soma da tabela **VB** com a tabela **RT**.

A mudança ocorrida em 2008 foi relativa à forma de cálculo da respectiva titulação, que desde 1987 era calculada como percentual sobre o vencimento do professor apenas graduado, e a partir de 2008 passou a ser estabelecida numa tabela à parte.

Entretanto, **essa mudança na forma de cálculo não altera a natureza da Retribuição por Titulação (RT)** que continua, segundo todos os dispositivos legais disponíveis em vigor, se constituindo em parcela dos **Vencimentos Básicos (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**.

Para corroborar, temos ainda o artigo 61, do **Regime Jurídico Único (RJU)**, onde estão definidas as **retribuições, que não sejam vencimento**, entre as quais não se encontra a **Retribuição por Titulação (RT)**.

Portanto, **Retribuição por Titulação (RT)**, no caso específico do Plano Único de Carreira dos **Professores Pós-Graduados (PPG)** é, desde 1/°/04/87, parcela do **Vencimento Básico (VB)**, e continuou a sê-lo até a presente data, embora o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) tenha orientado as instituições e o SIAPE a suspender o pagamento da parcela relativa à respectiva **titulação (RT)** como **Vencimento Básico (VB)**.

O Artigo 40 da Lei n° 8.112/90

Este artigo define **Vencimento ou Vencimento Básico (VB)** dos servidores públicos federais.

Como se nota, a **Retribuição por Titulação (RT)** por ser pré-requisito para ingresso na carreira em classes determinadas e estabelecer atribuições específicas, se caracteriza plenamente como parcela do vencimento.

O conceito de **Vencimento Básico (VB)** é o de vencimento (Artigo 40 da Lei n° 8.112/90, conforme a legislação em vigor). O Parágrafo Único determinava que nenhum vencimento poderia ser inferior ao salário mínimo.

A deterioração do vencimento dos professores chegou a ponto de provocar a aberração de vencimento igual para professores em regime de 20 horas e em regime de 40 horas, pois ambos estavam inferiores ao salário mínimo.

Atualmente, o Parágrafo Único foi alterado substituindo vencimento por remuneração (como Parágrafo 5°, do Artigo 41).

Caso esta alteração não tivesse sido feita

teríamos em 2012 professores com complementação do vencimento para alcançar o salário mínimo de R$ 622,00.

O Artigo 41 da Lei n° 8.112/90

Este artigo define como remuneração as parcelas permanentes (não esporádicas) recebidas pelo servidor público federal.

Fica óbvio que o **Vencimento Básico (VB)**, incluída a titulação, a **GAE**, o **GED**, a **GTMS**, e a **GEMAS** integram a remuneração do professor.

Apesar disso, nunca se pagou a vantagem do Artigo 192 sobre a GED e a GTMS e nem sobre a **GEMAS** de 1°/02/2009 até 14/08/2009.

O Artigo 49 da Lei n° 8.112/90

Este artigo estabelece **que além do vencimento**, o **Servidor Público Federal (SPF)** poderá ter como remuneração: **gratificação, indenização e adicional**.

Ora, se a **Retribuição por Titulação (RT)** é remuneração e **não é** gratificação, **nem** adicional, nem indenização, ela só pode ser parcela remuneratória do **Vencimento Básico (VB)**.

Coerentemente com a carreira docente **(PUCRCE)** em vigor desde 1°/04/1987, a Lei n° 8.112/90 manteve a **Respectiva Titulação (RT)** como parcela do **Vencimento Básico (VB)** de **Professor Pós-Graduado (PPG)**.

O descumprimento da legislação em vigor teve início em 1°/02/2009.

Do artigo 49 ao 61 são detalhados os tipos de adicionais, gratificações e indenizações a que o **Servidor Público Federal (SPF)** pode fazer jus.

Não é citada nem remotamente a **Retribuição por Titulação (RT)**, o que ratifica a natureza da mesma como parcela do **Vencimento Básico (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**.

O Artigo 61 da Lei n° 8.112/90

Este artigo relaciona as retribuições que podem alcançar os servidores públicos federais. Não está relacionada, nem remotamente, a **Retribuição por Titulação (RT).**

Isso reafirma o caráter e a natureza da **Retribuição por Titulação (RT)** como parcela remuneratória do **Vencimento Básico (VB)** dos **Professores Pós-Graduados (PPG)**.

O Artigo 21 da Lei n° 11.784/2008

Esse artigo determina que o **GAE – Gratificação de Atividade do Executivo** – seja extinta **por incorporação** ao **Vencimento Básico (VB)**.

Isso significa que o novo **Vencimento Básico (VB)** a vigorar a partir de 1°/02/2009 deverá ser igual ou maior que o **Vencimento Básico (VB)** anterior, acrescido de 160% (percentual da **GAE** sobre o antigo **Vencimento Básico** que incluía a parcela por **titulação**).

O Anexo IV-A – tabela **VB** – da Lei n° 11.784/2008 satisfaz a condição do artigo 21 para os professores apenas graduados (sem Pós-Graduação).

Entretanto, para os **Professores Pós-Graduados (PPG)** o disposto no artigo 21 só se cumpre se a tabela **VB** for acrescida da tabela **RT** (Anexo V-A).

Portanto, a emenda do relator aos artigos 28 e 29 do PL 2203 recupera a História do **Movimento Docente (MD)** e restaura a legalidade.

O PL 2203/2008 já prevê a soma da tabela VB (dos apenas graduados) com a tabela da **GEMAS** (gratificação) para definir

o novo **Vencimento Básico – VB –** (dos apenas graduados) com um reajustamento da ordem de 4%.

Caso o relator acate a proposta de emenda aos artigos 28 e 29, passaremos a ter a plena aplicação dos dispositivos legais.

Não se pode alegar aumento de despesa, mas sim cessação dos prejuízos decorrentes do descumprimento da legislação em vigor.

Os maiores prejudicados desde 1°/02/2009 são os professores mais titulados e com maior tempo de serviço dedicado ao magistério público federal.

A prioridade deve ser estancar os prejuízos, ainda que se sacrifique o passivo, gerado desde 1°/02/2009, parcialmente ou totalmente.

Um mal acordo continua sendo melhor que uma boa demanda.

Assim, esperamos que as entidades assumam esta necessária correção das ilegalidades, em respeito à História do **Movimento Docente (MD)**.

Belo Horizonte, maio de 2012.

Fernando Pimentel de Souza



Professor Titular de Neurofisiologia
da UFMG

Membro Fundador da
Comissão Permanente de Pessoal Docente.

A NOVA PREVIDÊNCIA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS

Resumo

O autor agradece à Professora de Economia Médica Eli Iola de Gurgel, ao ex-Deputado Federal Sérgio Miranda e ao Assessor do Mercado Financeiro Alex Viana, pelas sugestões e ajuda nos cálculos atuariais e a todos que lhe deram apoio, em especial a Professora Fátima.

Fotos: Lucas Daian

Histórico: A Previdência Social vítima de saques governamentais

A Previdência para aposentadoria e invalidez começou em 1889 aos 65 anos para todos os assalariados, com Bismarck na Alemanha, com contribuição de: empregado, empregadores e Estado. Mais tarde em 1940, Roosevelt a instituiu nos EUA de maneira semelhante (1).

A previdência no Brasil começou mais como assistência à saúde em 1923 para poucos trabalhadores de vias férreas e portuárias, na Caixa de Aposentadoria de Pensão - CAPs, com contribuição de empregados e patrões. Só a partir de 1933 foi mais para aposentadoria do que assistência médica nos Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAPs. Atingiu-se maior número de trabalhadores entre marítimos, comerciários e bancários, expandindo para várias IAPs, mais ligados à agroindústria, mas cobrindo uma população restrita do país, com contribuição e gestão centralizada no governo federal (2,3).

Em 1966 houve a unificação dos IAPs no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com benefícios a todo trabalhador urbano, exceto empregada doméstica, com gestão pelo governo federal (3).

Em 1967 o orçamento do INPS era igual ao da União e continua mais superavitário, ao contrário dos governos. Em 1995 o orçamento da Seguridade, maior do que o fiscal, incluía muitas contribuições obrigatórias (Cofins, CSLL, FGTS, PIS, PASEP, FAT etc) (3). O olho gordo da união cobiçava há tempos essa riqueza, sem pudor que o INPS deveria fazer caixa para arcar com despesas futuras. A ditadura Vargas lançou mão desse patrimônio, que jamais foi recuperado, para construir a Siderúrgica de Volta Redonda e financiar hospitais a juros subsidiados etc. Nos governos democráticos seguintes ocorreu o mesmo, no de Juscelino com a Construção de Brasília etc. No governo militar repetiu-se essa prática com as construções da Hidroelétrica de Itaipú, da Ponte Rio-Niteroi, da Estrada Transamazônica etc (4).



Em 1978 foi criado o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) dentro do Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), para cuidar só da Assistência Médica, para excluí-la do orçamento da previdência do INPS (5). Mas, continuavam ainda os saques na Previdência e doravante no INAMPS, o qual com uma escassa rede de hospitais preferiu dar subsídios financeiros a instituições privadas, com prática curativa e tecnicista, visando maiores lucros, abusando do uso de equipamentos e métodos mais caros, sem cuidar bem do sofrimento do paciente, da qualidade de vida e da prevenção de doenças. Esses dois últimos foram transferidos para o Ministério da Saúde (MS) com orçamento reduzido. O MS em 1990 recebeu o Sistema Único de Saúde (SUS), recém- criado em 1986, ampliando o gasto com Saúde e achatando o do INPS, ainda no MPAS, com uma brutal redução dos benefícios, com uma sub-indexação da correção de seus valores e colhendo o espólio do Inamps, do recém criado Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) agora só para Previdência dentro do Ministério da Previdência Social (MPS). Assim se criou a **cultura do saque governamental à previdência social e assistência à saúde** (2,3,4,5,6).

Em 1993 e no seguinte, o INSS foi superavitário, com uma receita mais realista começada por Waldir Pires em 1985, que assim previa, pois as receitas vinham sendo muito sub-indexadas pelas sub-previsões da inflação pelo BC no Governo Militar. Se não fosse essa compressão de receitas pela União, esta não se veria forçada a pagar a dívida do INPS em 1981 e em torno (3,7). Com esse saneamento, o INSS conseguiu uma cobertura das aposentadorias da População Economicamente Ativa (PEA) em 1992 de 66,4%, apenas superado pelo nível máximo de 66,9% em 2009 até então, segundo o IBGE. Nesse último ano, o INSS arcou também com o ônus de fazer política social ao diminuir a linha de pobreza da população total de 41,7% para 29,7% para quem nada ou quase nada contribuiu (8), pagando salário mínimo para 30 milhões de brasileiros (9).

Mas, o INSS e o MPS continuavam indefinidamente a serem saqueados e consolidou-se uma **cultura governamental irresponsável**, a saber:

1) **Ônus se criaram para a Previdência** com a Aposentadoria Rural, que desde 1971 passou a pagar benefícios e pensões ao agricultor que contribuísse pelo menos cinco anos ou atingisse 60 anos sem ter contribuído (Pró-Rural); em 1974 com amparo previdenciário aos maiores de 70 anos e aos inválidos não-segurados com um ano de contribuição, e em 1976 com a extensão dos Benefícios e Assistência Social aos Patrões Rurais e seus dependentes, criando sobrecarga nas aposentadorias, pois causava uma queda elevada da relação contribuinte/beneficiário, portanto sem cobertura contributiva (3);

2) **Para compensar os rombos na Previdência, a Constituição de 1988 criou duas Contribuições**: uma de 3% sobre o faturamento das empresas até 2003, depois 7,6% segundo a Agência Senado 04/03, para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e outra sobre o Lucro Líquido (CSLL). **Mas, os próprios Governos Democráticos, sob pressão do empresariado, logo agiram para esvaziar sua eficácia.** Pressionado para aumentar a necessária competitividade internacional da empresa nacional devido à globalização, ficou sem atacar a raiz do problema, que é estrutural, e atuou aliviando a folha de pagamentos das contribuições empresariais para a seguridade, ou as desviaram para pagar juros da Dívida. Frata calcula que, sem esses desvios, as receitas da Previdência seriam maiores e refazendo as contas em 2003, teria superávit (7,8,10,11). Em 2007 constatou-se que até então a Cofins, da qual 80% era para a Seguridade Social pela Constitui-

ção, continuava indo para o Orçamento Fiscal, garantindo superávit primário para pagar juros da Dívida (12). Em 2012 o orçamento da Cofins deverá atingir a soma considerável de R$ 170,8 bilhões e o da CSLL de R$ 61,7 bilhões (13,quadro 3). Além disso, a inadimplência crescente das contribuições sociais das empresas somava em 2011 R$ 180 bilhões acumulados, quase metade impagável por falências muitas fraudulentas (14). Ainda em 2012 a renúncia previdenciária prevista pelo Governo Federal para várias áreas da economia, não incluindo as concedidas no ano em curso para desonerar a folha das indústrias, deverá ser de R$ 23,4 bi (15);

3) **Em 1994, FHC instituiu a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que detinha 20% das receitas para aplicá-las noutros ministérios e programas a seu bel prazer, sem jamais resgatar a Previdência.** Segundo a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (ANFIP), entre 2005 e 2008, foram desviados da DRU R$ 144 bilhões, com média de R$35 bi por ano da Previdência para pagar juros da dívida, que mesmo assim teve saldo positivo de R$ 65 bilhões em 2008 e de R$ 33 bilhões na crise de 2009 (8);

4) Acrescentaram- se a essa conta os déficits das Previdências dos Estados, Municípios e DF, que criaram seus institutos sem nenhum cálculo atuarial e transferiram seus déficits para a Previdência federal (3);

5) A corrupção ainda no INPS e no INSS tornou-se endêmica, entre elas o famoso desfalque da funcionária Jorgina, concessão de muitos benefícios indevidos, estimado em 30% das aposentadorias urbanas e mais de 50% das rurais em 1996. Entre 1979-1992 a evasão da contribuição previdenciária na folha de salários foi em média de 25% anual. Temos a esperança que os danos sejam atenuados com a fusão das Receitas Federal e Previdenciária em 2001, mas tememos que os valores arrecadados, que passam diretamente para a União, facilitem uma apropriação indébita das receitas previdenciárias (3,12).

6) Conclui-se que o Governo Federal se apoderava de receitas previdenciárias, desonerava vários setores da economia em prejuízo da seguridade, deixava de contribuir, não fiscalizava as contas, criando falsos "déficits" na Previdência, conforme veremos ainda (6,8,10). Segundo o Senador Paulo Paim, o desvio histórico dos sucessivos governos da Previdência sem exagero já acumularia um rombo de R$ 500 bi da União em 2003 (11);

No Governo Lula, a situação continuou com as mesmas práticas de saques à previdência como nos casos da DRU, FGTS, Cofins e CSLL; agravamento dos déficits nas aposentadorias rurais sem cobertura; doação de benefícios e renúncias de receitas previdenciárias ao empresariado e a outros setores; omissão de receitas ou negativas de contribuição do governo etc. A reforma no regime de servidores públicos em 2002 foi feita com ônus ao aposentado, que, de isento, passou a contribuir com 11%, e pela aprovação da Previdência Complementar a ser regulada no futuro. O erro de considerar a Previdência deficitária, na realidade visando atingir o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que é o único objeto do PL, é reiterada por três Ministérios (Planejamento (MP), Fazenda (MF) e MPS) em carta ao Senhor Presidente da República em 2007, apresentando o PL 1992/2007, para a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) e regimento da aposentadoria do Servidor Público Civil (16). O Governo Dilma vem tocando o barco com os mesmos ônus ao Servidor e à Previdência, e enviou em 2011 um ante-projeto do PL de Aposentadoria Complementar para ser discutido e aperfeiçoado no Congresso, que teoricamente deveria ter os representantes do povo.

O governo acha que o "déficit" deverá cair aos poucos, apenas revertido a partir de 2044, dando um superávit de R$ 20 bi em 2070 (17). Mas, **os "Seis Itens acima" de evasão citados são a versão mais atual dos principais desfalques de centenas de bilhões de reais dos últimos decênios dos governos FHC-LULA-DILMA e durante os mesmos à Seguridade Social**. A Professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Gentil, afirma que, se somadas as fontes de recursos garantidos pela Constituição, a Previdência Social vem apresentado superávit, e também questiona o destino dos recursos excedentes, na Folha de S. Paulo, 10/07/07 (10). De fato, em 2011, o Secretário Executivo do MPS, Carlos Eduardo Gabas, declarou que, se as contas forem separadas, a Previdência Social Urbana teria um superávit de R$ 14,3 bi ante um déficit na Previdência Rural, e o atual déficit se deve ao passado (18). Com o reconhecimento governamental e como esse último item é de competência da Assistência Social, essas declarações oficiais constituem um atestado que não há déficit nas aposentadorias do INSS, RPPS e Regime Geral da Previdência Social (RGPS), CLT com cobertura contributiva, apesar desses desfalques recentes.

Constatação: Danos de alguns servidores à Previdência

Não vamos só culpar os governos federais, estaduais e municipais e DF, mas registrar danos promovidos por alguns servidores, muitos devidos a problemas da legislação ou corporativismos.

No Judiciário, no Legislativo, na Promotoria, nos Tribunais de Conta e na Administração Pública ocorrem super-aposentadorias, com o último salário integral da ativa, sem terem contribuído para tais salários, devido as súbitas ascensões de alguns, pouco antes de se aposentarem, na carreira e nos salários, cuja média nos dois primeiros órgãos foi cerca de 36 Salários Mínimos (SMs) contra 2 do RGPS em 1998 (3).

Na carreira militar a situação é muito grave, pois: 1) até 1998 a contribuição era sobre o soldo, muito inferior ao salário real. Daí em diante passou para 7,5% dos vencimentos; 2) se o militar vai para a reserva um posto acima com um salário bem maior; 3) o tempo de serviço é contado desde o Colégio Militar e a Academia Militar. Mas, muitos vão para a reserva precocemente em postos inferiores por não haver mais cargos vagos na hierarquia superior e ficam precocemente recebendo aposentadoria por uma sobrevida prolongada. É triste a memória de filhos e netos de soldados da Guerra do Paraguai e de outros Servidores, que recebiam generosas pensões (19, 20).

Nas Instituições Federais de Ensino Superior alguns reitores e instâncias superiores concederam benefícios indevidos, abriram brechas legais ou cumpriram mandato judicial. Na UFMG, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) constituída em 1981, apoiada pelo Reitor, procurou moralizar as aposentadorias dificultando mudanças apenas de regime com aumentos de 100% ou 140% do salário para alguns professores, faltando poucos anos para se aposentarem, como era usual. Infelizmente o Governo, o MEC e seus Sucessores na época não apoiaram essas universidades com medidas para se tornarem auto-sustentáveis. Em consequência, aos poucos essa política foi relaxada.

Em suma, felizmente os casos acima alcançaram poucos servidores públicos civis, e o desfalque total pode ser estimado em poucos bilhões de reais.

Preâmbulo: Estado de espírito para aceitar mudanças

Despesas da Assistência Social ou Distribuição de Renda deveriam ser alocadas em instituição apropriada, como

está sendo feito, e evita não confundir com os orçamentos bem majoritários dos regimes de aposentadoria no INSS: 1) RGPS, só para particulares CLT com cobertura contributiva; 2) RPPS só para Servidores Públicos e da Previdência ainda remanescente no MPS. A desoneração do MPS dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social (LOAS), criada em 1974 para Idosos e Portadores de Deficiência com ônus inicial para o MPAS e depois para o MPS, em 2002 deixaram doravante o orçamento do MPS com a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas antes até poderia ser casualmente reembolsado pelo MF. Isto colabora para não responsabilizar o funcionário público inativo e o aposentado CLT de uma despesa que não é de sua alçada e que estava sob a guarida do MPS. A descentralização dessas políticas não vai impedir uma real política de Seguridade Social no Brasil, inspirado no Plano Beveridge criado na Inglaterra em 1946, que prevê o Estado de Bem Estar Social, porque o governo continua preparando o orçamento da Seguridade Social englobando todas as Assistências Sociais nos diferentes ministérios. O orçamento desses BPC do MDS só para 2011 somaram quase R$ 23 bilhões (3,21, 22) e ajudaram a desanuviar as contas do MPS.

Reconhecemos certo o esforço do relator do PL, deputado Silvio Costa, quando defendeu e conseguiu aprovar na Comissão de Trabalho da Câmara:

1) Rejeitar de acordo com o PL, hipótese de manter o atual sistema de aposentadoria integral apenas para membros de "Carreiras Típicas de Estado", incluindo a Magistratura, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, pois são os que mais contribuem para terem salários por demais elevados na aposentadoria sem cobertura atuarial. O relator e o PL sofreram críticas corporativistas de algumas Associações desses Servidores (8,17);

2) Retirar o prazo limite de 180 dias para os antigos Servidores aderirem ao novo regime, supondo que o PL seja depurado dos defeitos apontados pelas críticas e se torne atrativo (8), mas que retornou com a revisão da Câmara restabelecendo 24 meses;

3) Rejeição de acordo com o PL, de fundos separados por categorias de Servidores, pois estamos entrando num regime da capitalização por mérito individual, que poderia ser quebrado se fossem separados, contrariando o BC e Judiciário (8). Ter um fundo único para todos impediria recursos ou legislação para beneficiar alguma categoria, e todos participariam igualmente dos resultados administrativos auferidos pelo FUNPRESP.

Mas, relator e PL sofreram críticas pela baixa contribuição da União no FUNPRESP de alguns deputados (17,18). Por outro lado, o sistema de capitalização está se impondo, pois o de repartição está tornando-se inviável pela queda da relação contribuinte/aposentado pelo avanço da sobrevida, projetada em 2012 em 1,9 no RPPS (3), mas que artificialmente foi reduzida para 1,3, por ter o governo parado de contratar e terceirizado o serviço (23). O FUNPRESP deve ser de direito privado, argumentam os autores para não haver privilégios (16), corroboramos citando o regime chileno e para não sofrer as ingerências do governo em aplicações impróprias, como em alguns Fundos de Previdência de Estatais, o que só aconteceu por ainda estarem na guarida do Estado (3,8). É preciso fiscalização atuante do órgão do MF/MPS e garantia de ressarcimento de eventuais prejuízos, agravados porque os ativos nos planos PGBL e VGBL ficariam para a massa falida (10). Só isto justificaria criar um Fundo Fiscal do FUNPRESP, pois além de atender esses eventuais prejuízos teria também outras salvaguardas, garantindo os recursos suficientes para aposentadorias do futuro, como nos regimes chileno e argentino (3).

Foto: Arquivo pessoal



Prof. Fernando Pimentel de Souza e seus colegas de trabalho

Achamos certo o esforço do relator do PL, deputado Ricardo Berzoini (23), que defendeu na Comissão de Finanças da Câmara que aprovou a supressão da gestão terceirizada do Fundo, porque o Governo convenceu-se de que se podia economizar muito no custo administrativo previsto de 2,5% por ano sobre o ativo previdenciário, já assinalado pela Presidente da Associação Nacional dos Participantes das Entidades de Previdência Privada (ANAPAR), Cláudia Ricaldoni (18). Em 1996 o custo da administração da Previdência Social foi cerca de 10% de todos os benefícios pagos, enquanto nos EUA era de apenas 1% com qualidade muito melhor (3). Por outro lado, isto não impede de se ter uma carteira barata, rentável e de baixo risco, parcialmente administrada por gestores como na Petros, como veremos. O deputado Berzoini, principal sustentáculo do governo nas discussões na Câmara, elogiou o sucesso da Previ e Previnvest, que merecem restrições pois veremos que o rendimento médio dos seus fundos de previdência foram fracos, abaixo da inflação em 2011 e do que indicaram seus Simuladores, e a maioria dos rendimentos de suas carteiras não viabilizariam o FUNPRESP. O deputado, como ex-bancário, já deveria saber ou está visivelmente nos engabelando? Omitiu também que a Petros, também elogiada, veremos tem a Petrobras como fundo de caução, e não defendeu esse fundo necessário para a FUNPRESP.

Entre Fundos de Investimento de renda fixa de baixo risco e custo administrativo em torno de 1%, temos dois no Banco do Brasil -BB (25) e 4 na Caixa Econômica Federal -CEF (26) com rentabilidade média de 9,8% e 10,4% respectivamente em 2011. O baixo risco está baseado na capacidade de o Governo Brasileiro honrar seus títulos de empréstimos, com juros SELIC, o que parece muito provável porque o país agora parece estar longe da falência. Apesar disso, só a dívida federal é de cerca de 50% do PIB, ou R$1,8 tri, da qual paga 10% de juros por ano, ou R$180 bi. É a mesma proporção da Espanha em dificuldade por isso (60%), mas que sente o peso das dívidas das províncias e particulares, 40%, contra 10% no Brasil. Para pagar o juros, o superavit primário de

2,5% do PIB contribui com R$90 bi, mas o saldo comercial está em baixa, e o governo deve suprir mais outro tanto de cortes no orçamento e apropriação da DRU e Cofins. Além disso, perde U$35 bi para manter reservas de U$350 bi com juros quase zero dos papeis no exterior.

Por outro lado, as ações nas bolsas são investimentos impróprios pelo alto risco. O Professor Ferguson de Harward no documentário "A Ascensão do Dinheiro" assinalou que as bolsas tiveram sete quebradeiras no século XX, espalhando seus prejuízos por vários anos sem contar outras bolhas, uma delas chamada de "exuberância irracional" por Greenspan, que é uma corrida de valorização, precedida de manipulações de preços de ações ou adulteração de balancetes, escondendo dívidas comprometedoras. No século XXI nos 11 primeiros anos ganhos só em quatro anos pela quebra do Enron em 2001 e o estouro da bolha imobiliária nos EUA em 2008. Portanto, não é correto o governo induzir os fundos de previdência a investir em ações, que só servem para financiar empresas privadas e não considera o risco e prejuízos que poderiam ter. Assim em 2011, o rendimento do portfólio de 21 de ações do BB em fundos de investimentos foi negativo, com perda média de 11,8%. Ademais, as ações da Bovespa estão em baixa ou estacionárias desde 2008. No Brasil, as aplicações em ações em 1997 somaram 32,1 % das carteiras de Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPPs), tornando-as incapazes de garantir aposentadorias tranqüilas, por perder muito, exceto se concedidos pelos patrões. Isto explica o porquê de no Brasil em 2007, só 1,7 milhão de contribuintes estarem em EFPPs, que valiam só 15% do PIB, contra 95% nos EUA, 120% na Holanda e 40% no Chile. A desconfiança histórica iniciou com prejuízos pela falência do centenário Montepio da Família Militar (3,10). O cidadão do mundo está inseguro, pois no médio prazo há grandes mutações globais, tornando-se uma ousadia previsões no capitalismo hegemônico hoje, aumentadas pelo vulto de apostas temerárias das bancas, pelos levianos consumos e dívidas generalizados de governos e cidadãos, tidas como sustentáculo do crescimento econômico, além das fraudes, afirmou o sociólogo Bauman na Globonews em 17/01/2012.

Reiteramos a crítica da Presidente da ANAPAR, Cláudia Ricaldoni (18), que o PL não tem uma visão previdenciária e apenas mais financeira para eliminar os "déficits", nos quais o governo tenta sustentar uma ilusão enganosa, pois é mais preconceituosa ou ideológica do que real. O Governo lança nas contas dos RPPS, RGPS e MPS despesas da Previdência Social de competência do orçamento da Seguridade Social, da qual desvia recursos e que só podem ser ressarcidas pelo Orçamento Fiscal beneficiário, e com cara-de-pau lamenta cobrir o déficit da Previdência com recursos fiscais. O governo certamente vai economizar com o FUNPRESP, não porque o RPPS é um pouco artificialmente deficitário por má gestão governamental, mas porque vai contribuir bem menos a longo prazo, isto é 10%, invés de 22% sobre os salários dos servidores, o que poupa cerca de R$10 bi por ano. Mas lucraria mais se outros fundos semelhantes fossem criados, como para o RGPS com cobertura contributiva, que é superavitário. Por essas razões não se precisaria precipitar na aprovação desse PL, enfiando goela abaixo do futuro servidor um FUNPRESP mal planejado, inchado e incapaz de garantir uma aposentadoria tranqüila, ao invés de resolver essa questão de aposentadoria por uma boa estruturação dos fundos e pequeno acréscimo nas contribuições prevista no PL.

Diante de inúmeras críticas suscitadas, o Secretário Executivo do MPS, Carlos Gabas, afirmou no fim de 2011 que **nova formatação do PL deveria ser ainda discutida em pelo menos quatro Ministérios** (MPS, MF, MP e Casa Civil), para elimi-

nar as imperfeições apontadas e chegar a uma melhoria para atingir os objetivos, o que jamais ocorreu (18). Essa reconsideração requeria um grau de modéstia e auto-crítica, que esperávamos fosse assumida também pelo Governo e podesse resultar num projeto de aceitação mais ampla, capaz de resolver esses problemas nas aposentadorias, RPPS, RGPS e outras, e tornar-se uma solução histórica. Assim estamos com o Deputado Faria de Sá e Sindicatos dos Servidores que esse PL deveria ser tratado no mínimo em projeto de Lei Complementar, senão como Emenda Constitucional, e não ordinária, por alterar muito a estrutura previdenciária para não ser argüido juridicamente depois de sancionado (23), como se recomenda aos Sindicatos, Partidos e outros contrariados vergonhosamente pelo governo, que o façam por inclusive inflingir até dispositivos constitucionais. Após aprovação no Senado, pelo menos dois Partidos (PDT e PSOL) e alguns Sindicatos de Servidores já anunciaram recursos ao Supremo. **Atenção Servidores atuais, da ativa e inativos fora da FUNPRESP: Se o governo altera o salário integral paritário e vitalício do futuro aposentado com Emendas à Constituição de 88, (a principal é a 41/2003), pode-se esperar que venham também atingi-los, depois de quebrada a resistência no caso dos futuros servidores ainda ausentes da cena e sem poder de defesa, conforme tem denunciado os Sindicatos dos Auditores Fiscais.**

Parece inevitável que o Governo aprove esse PL no Congresso, onde tem ampla maioria, por isso nosso papel é melhorar a proposta para torná-la viável sem concessões impossíveis, caso contrário pode ser perda de tempo. No entanto, na abertura dos trabalhos legislativos, no dia 08/02, o Lider do governo, deputado Vaccarezza, e o Presidente da Câmara, deputado Marcos Maia, **queriam aprovar de qualquer maneira o anteprojeto, que voltou piorado do fim de ano**, a saber:

1) Derrubando o trabalho da Comissão de Trabalho, que rejeitou fundos separados por categorias, apontando um para o Judiciário e Promotoria e outro para o Legislativo, esse último nem constava do PL original. O relator dessa Comissão, deputado Silvio Costa, contrariando tudo que disse anteriormente e que a sua Comissão acatou, defendeu agora levianamente, certamente cooptado, esse PL piorado no dia 28/02. Na verdade o governo cedeu a pressão da ANAMATRA ameaçando ação de inconstitucionalidade em Comissão na Câmara em novembro de 2011, que assim vão poder destinar verbas públicas de autonomia do Poder Judiciário para garantir a aposentadoria integral, mesmo sem cobertura (27). É imoral e injusto esse acordo. Idem para o Poder Legislativo;

2) Estabelecendo aposentadoria de cinco anos mais cedo para mulher trazendo custas elevadas ao FUNPRESP, sem a devida compensação;

3) Indicando que o FUNPRESP iria investir em ações, que só serviriam de recurso para aumento de capital de empresas, financiado a custo ZERO, em detrimento da segurança do fundo;

4) Fazendo barganha política entre partidos, igualzinho o PSDB quando no governo, numa péssima tradição política herdada. O lider Vaccarezza reiterou ao deputado Henrique Alves, lider do PMDB, que deverá ser o próximo presidente da Câmara, o que bastou para ter os votos de 77 deputados do PMDB, a maior bancada da Câmara. **Na verdade os congressistas não votaram para o Bem do Brasil!** Num regime presidencialista prevalece a imposição do Executivo, que exerce pressão e conduz o Legislativo, agora barganhando com o Executivo liberação de verbas de emendas num ano eleitoral. Pouco grupos conseguem pressionar o Congresso, provavelmente só o Judiciário sob ameaça de recursos jurídicos, e os próprios congressistas em causa própria

e em postura demagógica para angariar votos para se reeleger;

5) Outras como veremos.

Não é esse o monólogo autoritário que esperamos, mas um verdadeiro debate de um governo que se diz democrático e que exorciza a ditadura, mas que adotasse uma troca de idéias abertas e construtivas, mostrando como chegou às conclusões para submetê-las ao crivo de qualquer análise, comparando e cedendo às argumentações mais corretas para o sucesso do empreendimento e benefício do Povo Brasileiro, sem fechar questões em pressupostos obtusos, sem fingir que acata sugestões, depois voltando atrás sem dar justificativas.

Há os opositores a esse PL por serem socialistas, que só admitem o controle do Estado em tudo e nas aposentadorias, mas a questão não é ideológica pois se trata de manter um princípio de aposentadoria integral, paritária e vitalícia. **O PSDB que agora aprova esse PL para resgatar o insucesso do FHC, sabe que esse PLC 02/12 vai dar errado, porque a EC 41/2003 do Lula abre a possibilidade de nivelar por baixo, igualando a aposentadoria RPPS ao RGPS dos celetistas e a Dilma está regulamentando, sacramentando a aposentadoria do servidor em algo ignobil. E a culpa histórica vai ficar no colo do PT.** Mas, a maioria dos restantes deveriam ter um pouquinho de lucidez "**para não comer gato por lebre", trocando algo, que pouco altera para o Governo, como veremos, em algo péssimo para o servidor**. Pelo fato de serem da base governamental de um Governo Social-Democrata, que agora acredita no Mercado, tão traiçoeiro, mas que deveriam querer também manter o Estado no controle do Bem Estar Social, podem também vê-lo ameaçado por má gestão pública, como na União Europeia, etc, deveriam tratar com carinho essa questão e querer um FUNPRESP capitalizado com sucesso, sem exageros, para resolver o problema da aposentadoria do servidor a perder de vista no futuro, que possa servir de modelo para outros fundos, mas **"rejeitando os pecados capitais do capitalismo", como não o fazem agora os petistas líderes hoje e o partido em bloco que votaram contra o projeto de FHC. O que mudou de lá para cá? Só optaram pelo pior!** Não tem procedência o argumento de igualar a aposentadoria da maioria dos futuros servidores ao RGPS da iniciativa privada CLT, que é insatisfatório, nivelando por baixo e continuando a enganar a todos, achando que o governo vai **"fazer mágica de tirar coelho da cartola", razão pela qual não vai resolver o problema** e a maioria parlamentar da base governista **"bater cabeça igual vaca de presépio", como nos governos anteriores. Parece que há pouca vida inteligente nessa Câmara teleguiada pelo Governo! Idem para a Mídia** (Ver na TVGlobo JN dia 01/03/12 e noutros dias e programas, que reproduz mal digeridas as falsas informações do governo). **Idem para esse Senado, teleguiado pelo Governo, que também o aprovou de maneira irracional em 28/03!** Atenção Senhores! Estamos na Era da Revolução da Tecnologia da Informação, segundo o cientista japonês Michio Kaku, na TV Futura dia 18/03, a interação Homem X Máquina pode **acelerar o processo de melhoria da memória e do raciocínio humanos, que poderão desmascarar quem forja informações, que então virarão sucata. O descrédito atual dos políticos é uma antecipação de um futuro pior ! É o Brasil subdesenvolvido ! Se podem fazer errado, por quê fariam certo ?**

A FUNPRESP deveria assegurar o último salário integral, paritário e vitalício conforme vamos apresentar, e por isso não deve capitalizar só uma aposentadoria complementar acima de 10 SM, mas o salário total, para não se perder tanto como no RGPS, que não assegura aposentadoria tranquila aos particulares da CLT.

Devido ao vício histórico de o Governo Federal desfalcar o patrimônio previdenciário e que o governo barganha cargos por apoios políticos, **não é aconselhável que os representantes do Governo tenham domínio na gestão do fundo de aposentadoria**, cujos dirigentes sejam eleitos pelos servidores, e ser no mínimo paritária, incluindo mais Servidores Civis, com o que também concorda a Presidente da ANAPAR, Ricaldoni (16,17), tirando a ocasião para que "carreiras tipicamente de Estado" venham a estabelecer privilégios. A omissão dos representantes irredutíveis do Governo na sessão inaugural da Câmara em 2012 prenunciou o não acatamento dessa medida, acentuando uma posição prejudicial aos servidores.

Discussão: Como deveria ser a nova Previdência dos Servidores Públicos para garantir uma aposentadoria tranqüila?

A orientação básica do PL deveria ser: obter um capital acumulado individualmente, que deve ser planejado com segurança para sustentar o Aposentado com o último salário integral da ativa corrigido pela inflação, Índice nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), na sobrevida. Mesmo assim não é garantido manter o padrão de vida da ativa, porque é uma fase de decadência súbita de seu Ser antecedendo a morte, precisando mais cuidados com a saúde e despesas médicas. Ademais, o IPCA varia com as categorias sociais, sendo a classe média mais penalizada, tanto custos específicos e do custo de vida, que seguem mais o aumento do SM, que o governo quer aumentar em IPCA mais o crescimento econômico do ano anterior e quanto do lado dos benefícios. Cito como exemplo a aposentadoria do RGPS do CLT, que nem IPCA recebem de reajuste do governo, sofrendo uma drástica redução em pouco tempo, pois os que pagam sobre 10SMs, começam a receber no máximo 6,3SMs, dado a fatores como o previdenciário, que o Senador Paim quer eliminar, caindo para 2, média em 1994, forçando 1/3 dos inativos a trabalhar para completar a renda (3,10,15). O reajuste da aposentadoria do



RPPS depende de lei. Nos mandatos de FHC e no 1º. de Lula somaram-se 12 anos sem reajuste em 16, mesmo sob greves, sendo que o último acordo o governo não cumpriu até agora o reajuste acordado de 4%, quando a maioria dos trabalhadores já obtiveram acima da inflação de 6,5%, ainda em março de 2012 para os professores universitários, sujeitos à aprovação do PL 2203/11, cravado de emendas.

Vamos discutir profundamente só o RPPS, que está sendo transformado no FUNPRESP, pois interessa ao servidor ter uma **aposentadoria tranqüila** para ele e para sua família, para manter o mesmo nível de vida da ativa, apesar dos custos de vida crescentes devido à inflação, mas garantida por seu último provento integral e deflacionado. Para atingir essa meta vamos mostrar as condições para o FUNPRESP obter o capital acumulado necessário, fruto das contribuições e do rendimento das aplicações de baixo risco, levando em consideração as previsões de sobrevida e inflação, caucionadas por um Fundo Fiscal para ressarcir os recursos em caso de falhas.

Não se pode admitir que o aposentado vá viver de caridade, de ajuda de familiares ou trabalhando em idade avançada para complementar a renda. O triste alerta está no dia a dia do brasileiro, pois só 1% dos aposentados consegue manter o padrão de vida, 46% dependem da ajuda de parentes, 28% de caridade e 25% são obrigados a trabalhar, pela pesquisa do IBGE publicada pelo HSBC em 2012 (27). A preocupação dos custos de manutenção dos pais idosos, pois muitos precisam de mais cuidados de saúde e médicos, chegou a 29% na China continental e Cingapura, 25% na Índia, 24% na Malásia e em Taiwan (China insular), acima da média mundial de 17%, pela pesquisa do HSBC em 2010. No Ocidente apenas 1% foram tocados, sendo no Canadá (9%), EUA (10%), Polônia (11%), França (13%) e Reino Unido (14%). Mas nos países do Oriente, onde a economia vai bem e com quem o Brasil deveria alinhar-se, a tendência é melhorar e no Ocidente piorar (29).

É uma ficção manter o mesmo salário nominal da ativa, conforme os planos PGBL e VGBL, num regime inflacionário, onde se perde em pouco tempo o poder de compra (10). No Brasil nos últimos 50 anos a inflação foi galopante e no melhor período nesses últimos dez anos sua média foi de 6,7% (30). A inflação prometida em 2011 foi de 4,5%, num período ímpar de estabilidade, mas emplacou 6,5%. Em conseqüência, para garantir um salário vitalício na aposentadoria com o mesmo poder de compra, ele deve ser corrigido pelo menos pela IPCA; uma previsão otimista é ser deflacionada no mínimo de 6% ao ano.

A decisão de favorecer a mulher com cinco anos menos de serviço e de idade para a aposentadoria não se mantém para o novo plano de capitalização do PL, sem abrir exceções ao princípio e sobrecarregar o FUNPRESP, já que a mulher capitalizaria menos, além da sobrevida maior que tende a aumentar mais o ônus do fundo. Se o Estado quer manter uma recompensa à mulher por ter dupla jornada de trabalho, embora a sobrecarga esteja em baixa com um casamento cada vez mais tardio, o uso de creches, refeições fora de casa, participação do homem no trabalho doméstico, licença maternidade de seis meses, diminuição do número de filhos, ajuda em casa pela empregada doméstica etc, esse subsídio deveria ser ônus da Assistência Social com verba de outro ministério que não o MPS, para não ter a tentação de sobrecarregar as aposentadorias, ou do futuro FUNPRESP, que teria um ônus adicional de 2,4% dos salários dos servidores, porque as mulheres vivem sete anos a mais do que os homens e são 68% de todos os inativos e 90% das pensionistas (23). Além disso, já acarretaria um aumento de sobrevida média dos servidores inativos de 79 para 80,8 anos hoje. Esses custos elevados podem inviabilizar

o FUNPRESP se as contas atuariais estão bem ajustadas. O lider do governo, deputado Vaccarezza, declarou na TV Bandeirantes, Canal Livre, dia 05/03 que o aumento de 1% da contribuição dos participantes foi para um 'Fundo de Equalização', que não estava previsto, para cobrir esses custos, o que é insuficiente. Creio que o governo temeu mais uma vez ter que enfrentar uma ação jurídica e cooptou o voto feminino. Parabéns Beting, Mitre e Teles, da TV Band, por buscar esclarecimentos para o público que deveriam ser fornecidos pelo governo.

O Governo do Brasil é um dos poucos do mundo que ainda estabelece essa diferenciação (3). Os correspondentes da TVGlobo no JN do dia 02/03 mostraram que entre os países mais em evidência, os EUA e Itália não fazem diferenciação e na França a diferença de dois anos caiu com a reforma da previdência, ainda permanecendo a diferença de um ano na Inglaterra. A Previ não estabelece essa diferença visto nesse debate da TV Band, assim como todos os fundos de previdência privados. Nessa ocasião o lider do governo citou como exemplo de diálogo, que só pode ser falso, com a Sociedade Civil, quando o governo cedeu sob ameaça de ação de inconstitucionalidade de Juizes, de tentativa de sedução do voto feminino e do interesse particular de Congressistas do Legislativo, que legislam em causa própria, sem enfrentar as agruras de trâmites autênticos para obter soluções corretas.

Para simulação da meta da FUNPRESP, estabelecida cinco parágrafos acima, os seguintes valores médios de hoje são estimados: 1) Idade inicial: 30 anos, devido a concursos de entrada mais exigentes; 2) Sobrevida aumentando de 79, na realidade 80,8, para 84 anos, para quem atinge 60 anos. O aumento de sobrevida média converge para 84 anos, pelo estudo americano da Tábua Biométrica em 2000, AT2000, adotada por várias instituições financeiras, e pode estar próximo de uma nova revisão para mais, o que deve exigir maiores cauções (10); 3) Idade de aposentadoria aumentando de 60 para 65 anos, em 35 anos, conseqüência do item anterior a ser concedido pelos Servidores e que passaria a ser momentaneamente uma das maiores do mundo, acima dos EUA, Itália, França e Inglaterra, conforme vimos no JN da TV Globo dia 02/03; 4) Tempo de contribuição: 35 anos, a ser concedido pelos Servidores, também passaria por algum tempo a ser um dos maiores do mundo; 5) Salário médio R$7000; 6) Vamos simular uma contribuição mensal de 11%; 7) Estimativa otimista de inflação média no período: 6% ao ano (aa); 8) Planos de Previdência PGBL, que é isento de taxação de IR, e com a dedução de 12% sobre a contribuição anual no IR, que é reaplicado, não favorecendo o VGBL que paga sobre o rendimento, mas é isento de IR na retirada (26). Só após o acumulado em 35 anos, reajustado por 7,8% aa, a média dos três Bancos simulado a seguir, carteira com renda fixa, sem aporte do aposentado, e deflacionado de 6% aa, começa a retirada mensal do salário integral deflacionado, no qual incide IR normal da tabela regressiva, que também é descontado na ativa; 9) Sem distinção de sexo.

O Simulador da Previdência do HSBC (28) acumulou R$1.310.125 não deflacionado, em perfil conservador, rendimento médio de 7,5% aa, apesar de previsão de rendimentos otimista e pessimista, não reinvestindo a dedução do IR, a pagar no saque. Considerando a renda média de 7,5% e deflação de 6% aa dá um rendimento mensal de 0,12% na contribuição de R$770, acumulando R$424.159 em 35 anos, contando estar livre de tributação. A dedução de 12% do IR aplicado a 1,5% aa, 0,12% ao mês, 7,5% de rendimento deflacionado de 6% aa, por 34 anos, dá R$48.713, que vai ser somado ao valor acumulado final, totalizando R$472.872. Esse valor, com retirada mensal de R$ 7.000 deflacionado de 6% aa, com rendi-

mento de 7,5% e deflacionado de 6% aa, é aplicado a 0,12% ao mês, sustentaria o salário da ativa corrigido por 70,6 meses, ou 5,9 anos, ou até a idade de 70,9 anos, ficando sem cobertura 13,1 anos para 84 anos. Isto é insuficiente, mesmo considerando um cenário otimista de 9%, mas a média das previsões do HSBC, 7,5%, é o mais adequado a considerar.

O Simulador Brasilprev (25) acumulou R$1.620.594, carteiras de investimento de perfil conservador ou moderado, de baixo risco, não deflacionado, com uma rentabilidade anual média de 8%, isento de tributação, não reinvestindo a dedução do IR, a pagar no saque. Com as mesmas operações financeiras feitas com o Simulado da Previdência do HSBC, exceto o rendimento, que foi de 8%, o acumulado daria para cobrir 6,6 anos do aposentado, ou até 71,6 anos, faltando 12,4 anos para a cobertura da sobrevida de 84 anos, praticamente empata com o HSBC. Mas, a rentabilidade dos 28 fundos de diferentes composições do Previ tem média de 6,1%, mostrando o risco de rendas variáveis. Além disso o BB já retirou R$7,5 bi da PREVI-1 em 2011, 50% do superávit na mesma proporção da contribuição do patrocinador, pela resolução 26/2008 do MPS/CGPC, disse Fattoreli no Senado em 19/03/12. Essa EFPP é administrada por Presidente e 2 Diretores ex-funcionários do BB coniventes.

O Simulador Previnvest da CEF (26) acumulou R$1.511.643 não deflacionado, com rendimento de 8%, livre da tributação, não reinvestindo a dedução do IR, a pagar no saque. Com as mesmas operações financeiras conforme feitas com o Simulado da Previdência do BB, com o rendimento de 8%, o acumulado também não daria para a cobertura da sobrevida de 84 anos, o que praticamente empata com a Previdência do BB e HSBC. A média dos 12 fundos de Previdência da CEF é de 6,3%, mostrando o risco de rendas variáveis.

Em conclusão, a média dos rendimentos médios dos três planos de Previdência dos Bancos citados, com renda fixa, de baixo risco, nos seus planos de Previdência é de 7,8% aa, o que é insuficiente para garantir o último salário deflacionado até 84 anos. Não é justo que o Servidor no futuro fique sem proventos durante vários anos de aposentadoria, agravado com a sobrevida crescente, salienta também a Presidente da ANAPAR (18).

Enfim, só nos resta pesquisar, por ajustamento progressivo, as rendas para atingir a sobrevida de 84 anos, livre de Bancos, a saber: 1) Simulando como nos três Bancos acima um rendimento maior do fundo de previdência, 10% anual, cujo aumento de rentabilidade média, sobre a média das médias dos três Bancos citados em renda fixa, 7,8% aa, vai ser transferido do cálculo da renda do fundo de previdência como uma Contribuição Adicional total para o FUNPRESP. No final, essa aplicação dá para sustentar o inativo por mais 10,0 anos ou até a idade de 75,0 anos, ficando 9,0 anos sem cobertura; 2) Simulando uma renda maior do fundo, 12% anual, daria cobertura para 16,1 anos ou até idade de 81,1 anos, faltando 2,9 anos; 3) Finalmente, simulando um rendimento um pouco maior de 12,7% anual daria cobertura para 19,0 anos ou até a idade de 84,0 anos.

Sabemos que a sobrevida no Brasil cresce em média 3,5 anos por década, portanto em 10 anos a sobrevida do servidor inativo alcançaria a idade de 84,3 anos. Supondo uma saturação de 20% por década, a sobrevida caminharia para 92,5 anos em meio século e tenderia para a saturação de 97 anos em 150 anos (20). O aumento de rendimento necessário para cobrir é de 1,3% e 1,8% dos Salários de todos os Servidores (SS) respectivamente, que seria coberto pelo capital já acumulado de 1,8% dos SS do Fundo Fiscal em 35 anos, quando começariam ocorrer as aposentadorias e as contas seriam estáveis. Se a inflação subir 1% na média

em 150 anos, ou seja para 7%, para cobrir até 97 anos, isto consumiria 2,8% dos SS, que seria ainda coberto no limite por um Fundo Fiscal de 3% dos SS. Neste caso deveria estar previsto que as reservas do fundo abaixo de 0,5% dos SS seriam automaticamente aumentadas para 1%, aumentando as contribuições dos participantes em 0,25% cada.

O rendimento do plano FIM Petros Moderado nos últimos três anos foi de 11,3%, com carteira de títulos públicos de médio e longo prazos e empréstimos a juros mais altos de rendas variáveis de papeis de firmas privadas de curto prazo, bem selecionadas pela liquidez e solidez das empresas, com rotatividade ágil, aproveitando o momento, que exige dos gestores contratados uma "expertise" para evitar baixas rendas e falências sem cobertura, visando um rendimento de 105% da Taxa Selic. O capital da Petros em renda variável não ultrapassa 10%, mantendo-se fora do mercado volátil de ações. Esse "mixing" também é encontrado nos fundos ditos de renda fixa e de baixo risco citados, dois no BB e quatro na CEF, mas com rentabilidades inferiores. Ademais, em 2005 a Petrobras assumiu um déficit de R$ 8 bi para a Petros se adaptar à AT2000 segundo Freitas (10). A Petrobras e associadas aportaram R$6 bi à Petros em 2008 cobrindo dívidas, correções de pensões pelo IPCA e paridade contributiva, segundo Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (SINDIFISCO), Pedro Delarue, na Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal em 19/03 (31), confirmado pelo deputado André Figueiredo na TV Band mencionada. Assim fica evidente que a Petros não fez plano atuarial para cobrir os aumentos de sobrevida, mas tem a Petrobras por trás para socorrer como fundo de caução. As despesas administrativas terceirizadas e custos administrativos, pelo Plano Sanasa, associado à Petros, são elevados, 6,7%, e ainda contam também vários Fundos de Risco. A Petros é uma EFPP e a maioria de seus dados não é acessível como também os da Valia, Previ e bancos privados (32, 33).

Exigir para a FUNPRESP um rendimento médio de 7,8% é fidedigno, pois foi a média de Fundos de Previdência de três bancos conceituados em 2011, afastando o risco de rendas variáveis, ações, debêntures particulares ou dividendos de firmas, que podem entrar em queda ou oneram a administração. Outro alerta, quando se abaixam as Taxas Selic no Brasil para um dígito também significa abaixar o rendimento dos Fundos de renda fixa, cujas médias brutas já estão em torno de 8 e 10%, para fundo de previdência e investimento, sem contar um agravamento da crise mundial. Pode acontecer também de a inflação abaixar e, se mantiver o diferencial com

1)	Sistema Único de Saúde, MS	68
2)	Bolsa Família, MDS	19
3)	Serviço Único de Assistência Social, SUAS do MDS	32
4)	Segurança Pública (sal. desemprego), Min. Trabalho e Emprego (MTE)	40
5)	Educação Básica, Min. Educação (ME)	3
6)	Gestão e Manutenção, MD	2
7)	Gestão e Manutenção, ME	4
8)	Gestão e Manutenção, MPS	5
9)	Gestão e Manutenção, MS	10
	TOTAL R$ 183 BILHÕES	

a taxa Selic, o rendimento deflacionado do fundo é o mesmo. A inflação em 2012 no Brasil pode abaixar para um pouco mais que 5,5%, mas essa situação pode reverter logo, observou o Professor Barrizzelli, da USP em 26/01/2012 no Conta Corrente da Globonews. Vários Economistas consideram que o Brasil surfa na onda da economia global, favorecido pelo extraordinário aumento dos preços das"commodities" no início desse século, sem possuir um planejamento próprio. Assim, todo cuidado não é excessivo para um país que há cem anos só teve inflações semelhantes nas décadas de 10, 20 e 30: 6,9; 6,0 e 5,4%, depois subiram muito para 12, 19, 40, 40, 430, 635 e 386%, com média de 158%, sem ter passado por uma guerra, só devido à imprudência dos governantes sem memória inflacionária. Logo o Fundo Fiscal é também uma caução para reposição de recursos se a inflação superar a ousada previsão, que é necessária ser feita para durar pelo menos um século, ou três gerações de aposentados. A inflação de 1830 a 1909 teve média de 2,3%, mas os dados não parecem comparáveis, de um mundo e economia estagnados de outrora (30,34,35,36).

Em resumo, a contribuição total para o FUNPRESP deveria ser de: 1) Contribuição mensal, mantida nas Simulações feitas de 11%; 2) Diferença da média dos Simulados dos planos de Previdência dos três Bancos citados de 7,8% para 12,7% para atender cobertura do AT2000, igual a 4,9%, como Contribuição adicional; 3) Contribuição de 3% para um Fundo Fiscal dar salvaguardas em caso de insuficiência de recursos, como no regime chileno, no Sanasa da Petros, e que poderá ser revisto a longo prazo se se revelar insuficiente. Enfim, a soma dessas partes dividindo igualmente entre Servidor e União dá 9,5% para cada, num cálculo enxuto, tomando precauções apropriadas.

A simulação baseou-se no salário mensal de R$7000, um pouco acima da média dos servidores, que é a de um docente universitário no início de carreira, possuindo já Doutorado e Pós-Doutorado, ingressando aos 30 anos em nível de Adjunto. A maioria progride pouco na carreira, um nível, aposentando-se como Associado com um salário de cerca de R$10000, na qual fica cerca de metade do tempo. A aposentadoria foi calculada sobre R$7.000 durante a capitalização no FUNPRESP para mantê-la, corrigida pela inflação, até 84 anos em média ou 97 anos em 150 anos garantido pelo fundo de caução. A média dos salários de contribuição é de cerca de R$8500. O último salário da ativa teria o desconto de 9,5% (R$950) totalizando R$9050. Mas o aposentado não deve contribuir mais para o FUNPRESP e irá receber um pouco mais que média dos salários de contribuição (R$8500) e com o abono de 20% de deduções do IR para idosos (R$660), o aposentado vai receber R$9160. Para quem ganha menos, cerca de R$3500, seria mais vantajoso o plano previdenciário VGBL, que paga menos IR que incide só sobre o rendimento na capitalização, mas é isento na retirada quando aposentado, dando um salário um pouco maior do que o da ativa. Para os salários bem maiores que os dos docentes, cerca de R$18000, se ele subir até cerca de 40% na carreira, na aposentadoria vai receber

Contribuição do RGPS (13,quadro 3)	266
FGTS, conforme cálculo abaixo	67
Desvio de renúncias previdenciárias (15)	23
Desvio da DRU, média 2005-2008, atualizada (8)	40
80% do Cofins e do CSLL (13,quadro 3)	186
Contribuição do RPPS (segundo considerações acima)	40
TOTAL	622

mais do que o da ativa, e subindo mais de 40% pode ser um pouco menos. Mas, se houver um aumento abrupto do salário da ativa pouco antes de se aposentar, a tendência é receber um salário maior do que a média na sua carreira, mas menor do que o último, como no caso das super-aposentadorias. Salários como esses são mais numerosos na iniciativa privada, mas para que se mantenha na aposentadoria terão que pagar um fundo complementar para recebê-los integralmente, contando com contribuição patronal, compensando as perdas do RGPS.

Precisamos uma reconsideração do Governo, para não nos atacar imerecidamente, para ser-nos tratados como cidadãos de primeira classe, escutar nossas ponderações, não fornecer munição falsa aos nossos detratores, e que venha a confirmar que não tem interesse em difamar o Servidor da União, principalmente o Inativo Civil e ajudar a restaurar a imagem desgastada que não merecemos, **pois a maioria dos funcionários públicos federais cumpre seu dever com dignidade, numa função necessária ao país e muitas vezes complexa, necessitando de mão de obra qualificada que poderá faltar.** Primeira atitude, não o considerando o principal responsável pelo déficit fictício previsto de R$57 bi da Seguridade Social em 2012 ou em qualquer outro, mas sim os Representantes governamentais fontes dessas informações (13,Quadro 1B), que no mínimo escreveram de maneira maliciosa para propiciar atribuição enganosa aos aposentados da RPPS ou celetistas do RGPS. O orçamento atual da Seguridade Social, cuja soma total de despesas é da ordem de R$579 bi (13,Quadro 1B), não inclui só a aposentadoria de todos os Servidores Públicos, que é administrado pelo MPS, cujo total é de apenas R$75 bi (13,Quadros 6B e C), mas inclui toda sorte de despesas com Assistência Social de diferentes ministérios pertencentes à Seguridade Social, das quais vamos salientar as principais, encontradas no PLO para 2012 em R$ bilhões, excluídas as do MPS, onde se encontram também as aposentadorias mais vultosas do RGPS (13, Quadro 6C)

Por outro lado, as contas de receitas e despesas da aposentadoria do Servidor Civil (23, Anexo II), nas Projeções Atuariais do RPPS em 2012 merecem um exame:

Receitas previdenciárias	R$ 12,6 bi
Despesas previdenciárias	R$ 52,8 bi
Déficit previdenciário	R$ 40,2 bi

Esse é um dos quadros típicos difamantes para o Servidor Civil, para quem o lê desavisado numa consulta rápida, sem aprofundar numa pesquisa do assunto, porque o déficit não é real, por isso não deveria ser apresentado de tal maneira. Qual é a finalidade desse quadro do Anexo II? Só pode ser fruto de uma mente confusa ou doentia, que quer rebaixar o Servidor Civil, pois de propósito não é incluída a receita dos Órgãos do Poder Executivo, pois o regime ainda é de repartição, no valor de R$ 23,3 bi (13,Quadro 3). Mas a receita da União pela Constituição de 88 (22%) obtêm-se multiplicando a do servidor por 2, ou seja R$25,2 bi, totalizando R$37,8 bi, subtraindo as despesas previdenciárias, totaliza um déficit de apenas R$ 15 bi, ou de 28,6 % da despesa e não R$40,2 bi do quadro acima, costando apenas um erro de R$25 bi nas costas do servidor público. **Na realidade não deveria haver déficit, porque o governo está abaixando a relação servidor ativo/inativo artificialmente, hoje em 1,3 por terceirização de mão de obra, que onera pelo menos no mesmo montante ou mais por corrupção de superfaturamento**. Até 1,82 haveria equilíbrio orçamentário e a previsão em 2012 dessa relação seria de 1,9 se não houvesse função pública terceirizada (3,23). As despesas para todos os inativos e pensionistas da União apresenta-se contraditória R$75,5 bi (12, Quadro 6C) ou de R$74,8 bi (12, Quadro 6B), apresentando um aumento de R$22 bi contra só R$2

bi na receita, segundo Representante do MF, Sr. Pinheiro, na Comissão de Direitos Humanos no Senado (CDH)(37,38), **portanto um salto deficitário para R$39,8 bi, ou 91,2% da despesa, situação agravada só pela inclusão dos militares**.

Em contraposição, para o caso específico de docentes universitários, a União deve receber R$ 462 Milhões anuais, na base salarial de R$ 7 mil, 11 % de desconto em cerca de 50 mil docentes na ativa. Multiplicando por três para incluir a parte da União, temos R$ 1,39 bilhões contra uma despesa de R$ 978 milhões (12,Quadro 6A), o que dá um saldo superavitário de R$ 410 milhões ou 41,9 % das despesas, sem contar as receitas dos inativos, que deve ser da ordem de grandeza dos em atividade, pois são 24% mais numerosos, cerca de 1/3 de pensionistas, dando um saldo superavitário de cerca de 80% dos custos.

Por outro lado, vamos discriminar abaixo **as principais Receitas da Seguridade Social** já mencionadas acima, em R$ bi:

Essas receitas da Seguridade Social tem superavit de R$43 bi sobre as despesas de R$579 bi (13, quadro1B), faltando ainda incluir outras receitas (PIS, PASEP, FAT etc), que certamente vão dar um saldo positivo muito folgado. O FGTS, que arrecada 8% dos salários dos trabalhadores, correspondendo portanto a ¼ dos contribuições do RGPS, segundo relatório de 2010 tinha uma receita de R$61 bi, corrigido de 5% aa dá R$67 bi em 2012. Entretanto, o governo se apodera desses recursos para financiar habitações, saneamento etc, cujo orçamento previsto em 2012 é de R$44 bi, portanto deixando só R$23 bi para a previdência, acumulando reservas de quase R$300 bi imobilizadas em financiamentos acima. Assim, somos obrigados a concordar com o Deputado Faria de Sá: "não há déficit de R$57 bi, mas um superavit de 58 bi" (24). Parabéns ao Deputado Faria de Sá, lider do PTB.

A apresentação do Representante do MF na CDH, Sr. Pinheiro, no Senado (37) possibilitou-me rever as receitas previdenciárias do RPPS, que admito ter um déficit fícticio, isto é artificializado, mesmo assim bem menor do que publica o Governo, considerando só os civis. No entanto, sabemos as razões desse déficit fícticio: 1) O Governo está terceirizando mão de obra e a relação de servidor ativa/inativo, que deveria ser de 1,9 caiu para 1,3 por essa artificialidade; 2) A aposentadoria dos militares sozinha tem um déficit de R$20 bi e devem ser considerada à parte; 2) Super-Aposentadorias não contribuem adequadamente e foram assinaladas no parágrafo "Constatação: Danos de alguns servidores à Previdência"; 3) Como o sistema de previdência é de repartição o governo não aplica os recursos arrecadados em capitalização ou tem rendimento ZERO; 3) O governo deixa de contribuir pelo menos com R$1,9 bi da parte patronal para os servidores civis (13,Quadro3).

Por outro lado, **há falhas gritantes no projeto do Governo, agora chamado de PLC 02/12 o PL 1992/2007, depois de piorado na Câmara**, e pela primeira vez mostrado em detalhe em público pelo MF na CDH, para o FUNPRESP (37):

1) O governo iguala o total ou parcela da aposentadoria de todos os servidores públicos até 10SMs aos celetistas do INSS, que é reconhecidamente péssima;

2) O governo abriu **exceção para os Poderes da República**, que concentram Super-Aposentadorias sem cobertura contributiva poderem continuar recebendo regalias, já assinaladas;

3) Uma exceção atrai outra exceção. **Criou-se um Fundo de Risco (FCBE), que inclui custo de aposentadorias precoces de mulheres, especiais e magistério, que é no mínimo insuficiente para**

atender só o primeiro caso, conforme já abordado. Os servidores inativos e pensionistas mulheres são 68% do total e só isso necessita de 2,4% dos SS de contribuição, quando o FCBE todo prevê 2% de SS;

4) **Acredito que as Mulheres abririam mão de aposentadoria precoce de cinco anos**, e ambos sexos concordariam com tempo de serviço de 35 anos e 65 anos de idade de aposentadoria, que está chegando no mundo todo, sobretudo pelo aumento da sobrevida, e mais cedo ou mais tarde será implantado aqui, se já não estiver pelo fator de redução de aposentadoria dos celetistas de 10SMs, **para não ter as enormes perdas de proventos de cara e para sempre**, cerca de 3,7SM, cada vez pior, caindo para cerca de metade de cada dez anos, **e perdendo também na outra ponta, ao ficar sem cobertura para a sobrevida previsível;**

5) Os dados do FCBE consideram que há mais servidores inativos homens, 570 mil, enquanto o MPS mostra apenas 233 mil entre inativos e pensionistas (23). Ainda o total de inativos cai dos 1.131 mil do MF para 722 mil do MPS. Alguns desses erros podem ser devido a incluir os militares, que não estão no FUNPRESP, e deveriam ter um fundo adequado para eles;

6) **O governo assume uma rentabilidade real de 5% aa, baseado em rendimento de fundos nos EUA de 6% aa, completamente fora de nossa realidade**, conforme mostrei acima, a média desses 40 fundos do BB e da CEF ficaram abaixo da inflação no ano passado, portanto deram prejuízos. No mundo, investimentos em ações dão prejuízos há décadas, conforme Prof. Ferguson citado e o governo insiste em estabelecer um "limite prudencial" de investimentos em ações de 35-70%. **Isto é nada prudente!** Além disso calcula a rentabilidade dos fundos de pensão a partir de 2003, excluindo 2001 e 2002, quando houve "crash" nas bolsas devido à quebra fraudulenta do Enron nos EUA em 2001;

7) **Os fundos públicos mal administrados tem tido prejuízos sucessivos**, além do da Petros citado. Delarue ainda enumera prejuízos como já conhecidos em três de Estados, 112 de Municípios, Correios e Sabesp (31), concluindo que a União não se preocupa com a solvência do FUNPRESP, ficando o servidor público com a possibilidade de ser prejudicado em seus benefícios, além de não se saber quem fiscaliza o FUNPRESP. Serão os próprios servidores dos MF ou MPS ? O Senador Requião na Plenária do Senado em 28/03 cita os Fundos chilenos e argentinos, melhor planejados que o FUNPRESP, criados e dirigidos por discípulos do Nobel Friedman, sob sua orientação, que quebraram, deixando os inativos a receber só 30% do previsto, acompanhando falência do mercado financeiro e moratória da dívida argentina, e o Fundo do Estado do Paraná, que foi criado e dirigido por conhecidos economistas da PUC-Rio, sob ameaça de corrupção e insucesso do mercado financeiro, teve que extingui-lo 12 anos depois de tê-lo fundado;

8) Com uma rentabilidade irreal do FUNPRESP, má estruturação pelas regalias, contribuições insuficientes principalmente da União no seu planejamento atuarial, pois só **calcula cobertura para 84 anos, superável em uma década. O restante fica a cargo de um Fundo de Longevidade do PLC com contribuição de apenas 0,75% dos SS, e as aposentadorias já deverão ser cobertas após 25/30 anos, um pouco antes de 50 anos com uma geração de aposentados quando a sobrevida média vai a 92,5 anos e deve estabilizar só em 150 anos, com cinco gerações de aposentados, em 97 anos, e se necessitaria 2,8% dos SS**, conforme previsão acima com inflação média de 7% aa. **Tanto em nossa previsão, como na da ANFIP, mostrado no Senado em 12/03, o FUNPRESP deixará o aposentado sem rendimentos por muitos anos**.

É estranho que o MF não se toca com o alerta dos riscos de aumento de longevidade, ameaçando a falência os fundos de aposentadoria no mundo, como é o caso quando não se cobre a sobrevida, conforme artigo de "Valor", que ele próprio anexou na fala do seu representante (37);

9) Além disso essa versão do PLC contraria frontalmente a resolução da Comissão de Finanças da Câmara, seguindo parecer do relator, deputado Berzoini, de não contratar gestão terceirizada, com custo estimado de 2,5%, considerado excessivo e paradoxalmente e inclui **um custo administrativo terceirizado de 5% das receitas, simplesmente o dobro. Isto só pode ser para atender interesse de Instituições Financeiras!** Não se vê também que a Petros só contrata gestores para aplicar em rendas variáveis de papeis particulares de no máximo de 10% dos recursos. Com a vangloriada previsão que seria o maior fundo da América Latina e um dos maiores do Mundo somos obrigados a reconhecer que a FUNPRESP constituiria uma riqueza muito atraente para os banqueiros brasileiros, cujos fundos são dirigidos por ex-presidentes do BC, como salienta o Senador Requião e Fattoreli no Senado já citados. **Assim continua se consolidando na Cultura Brasileira que os fundos de Pensão tem dinheiro sobrando disponível para a cobiça alheia desde a Era Vargas;**

10) O projeto do Governo/Congresso PLC **mantem as idades de aposentadorias de 55 e 60 anos e 25 e 30 o tempo de aposentadoria respectivamente para mulheres e homens**. Os custos enormes das aposentadorias precoces e do aumento da sobrevida vão consumir prematuramente a capitalização do FUNPRESP, enquanto nosso estudo prevê 65 e 35 anos respectivamente, momentaneamente pouco acima dos países, sem distinção de sexo;

11) O PLC prevê 35 anos de contribuição do servidor, o que prorroga o ônus da contribuição para o p**eríodo de aposentadoria por cinco a dez anos**, ao contrário **em nosso estudo o aposentado não contribui mais e passa a ganhar até um pouco mais do que na ativa;**

12) **O governo fez um cálculo de inflação de 5,8% de 2003 a 2008 ou menos, sem reservas para estouro de previsão**, sendo que nosso cálculo usa uma média de 6%, cobrindo aumentos de até 7% de média em 150 anos, ainda contando com previsão de aumento de caução se ainda não for suficiente;

13) Nosso estudo prevê a reaplicação da dedução de 12% do IR, o que aumenta de 11% o capital acumulado;

14) Com uma aposentadoria ruim como a dos celetistas até 10SM, desde o início e para sempre, e a complementar na FUNPRESP insuficiente para cobrir a diferença acima de 10SM na sobrevida, **o governo deixará de contar com muitos servidores mais capacitados, que não hesitarão em escolher outra opção, por não contarem mais com uma das duas vantagens, a aposentadoria integral paritária e vitalícia, e quem sabe brevemente a outra, a estabilidade.** Nas universidades e IFES muitos professores já preferem não fazer concurso para titular porque: 1) Foi suprimida a progressão horizontal de titular, 2) a diferença entre associado 4 e titular ficou muito reduzida e 3) Ao ser promovido a titular professor é recontratado, perdendo gratificações por tempo de serviço maiores do que obteria na promoção vetical. Agora, com a FUNPRESP do jeito que foi aprovada, a desvantagem de trocar uma aposentadoria integral, paritária e vitalícia é intransponível. Assim as universidades perderão muito nas lideranças futuras que ficarão vagas ou pior representadas.

CONCLUSÃO

Se o aposentado do futuro, para manter o nível de vida, merece reajuste salarial deflacionado com o IPCA, isonomicamente esse deveria ser o tratamento dos salários dos novos Servidores da ativa e também aos dos antigos Servidores ativos e inativos, fora do futuro FUNPRESP, para inclusive manter um melhor ambiente que poderá ser criado. Aliás na apresentação do PAC-1 o governo tentou negociar para os servidores um aumento de INPC + 1,5%, segundo Velloso (39).

Os Servidores Civis da União não podem ser responsabilizados pelo déficit total da Seguridade Social, pois as Receitas e Despesas dos inativos, calculadas em separado da Previdência Social, estão quase equilibradas pelo cálculo atuarial, apesar da péssima gestão governamental. Por outro lado, **as receitas da Seguridade Social só seriam insuficientes se consideradas líquidas, isto é, o que sobrou depois de terem sido desviadas, ou fruto de renúncias fiscais ou desvinculadas pela DRU, além de falta do aporte do Governo de suas obrigações, na fiscalização das corrupções e nas falências de empresas que deixaram de contribuir**. As contas seriam superavitárias se saneados esses reiterados desvios indevidos, a maioria deles criados pelo próprio Governo. Finalmente, se no futuro nada mencionado acima equilibrar as contas, é porque o Governo teria criado novas despesas ou ampliado as antigas, aí sim, o governo vai ser obrigado a fechar as contas com o orçamento fiscal por falta de provisão de fundos. Portanto é preciso o Governo fazer as contas direitinho do que está assumindo nas Assistências Sociais, excluindo as aposentadorias com cobertura contributiva do RGPS e RPPS, pois vários países do mundo estão estagnados economicamente por elevar demais essas despesas, como é o caso do Japão, cujo PIB esperava-se ultrapassar o dos EUA em 2000, mas ficaram pela terça parte, e dos países da União Européia, conforme ressalta o Prof. Ferguson de Harward e Raul Velloso, pois **"a tradição política do Brasil não combina com planejamento"** (9).

No Brasil, os empresários, a mídia, alguns ministros e ex-ministros, congressistas subservientes e autoridades carreiristas deveriam re-endereçar para o alvo certo seus cantos agourentos, isto é contra o custo-Brasil, que mais que dobra o custo de produção, devido principalmente a carga tributária excessiva (35% do PIB) e falta de infra-estrutura, ressalta o economista Eduardo Giannetti no Globonews Painel de 11/03, como um ônus ao cidadão e à economia, invés de ficar só com medidas paliativas a curto prazo, que é inocuamente reeditada pela 8ª vez desde 2008, sem mudar o panorama estrutural. Estamos correndo atrás do rabo! As medidas de proteção à indústria em 2012, pioram os produtos ao consumidor no Brasil, pois suas indústrias não receberão a competição estrangeira e cada vez fica mais dificil ficarem competitivas, porque o custo-Brasil continua inalterado, isto é exorbitante. Por outo lado, **são contraproducentes porque o aumento de consumo de veículos automotores, política envelhecida de 50 anos desde De Gaule nos anos 60 na França, piora a mobilidade, agora saturada, e ainda agrava a saúde dos cidadãos pela poluição. Estamos na contramão do Prêmio Nobel Stiglitz para melhorar o "ÍNDICE DE FELICIDADE" do cidadão, que é muito mais importante do que o PIB.**

Muitos economistas e Ciro Gomes, desde os anos 90, estão cansados de repetir **ser necessário investir 25% do PIB em capital produtivo e infra-estrutura para um crescimento de 5% sustentável, porisso o crescimento de 2,7% do Brasil com queda da produção industrial em 2011 não é surpresa, pois o país atingiu só 19%, com imprescindíveis 17% de**

capital externo (R$116 bi), mesmo desvalorizando o dolar, que ocorreu também com o "tsunami de dolars e euros", que aplicaram especulativamente em ações e títulos do governo, também necessários, e diminuiram a competividade internacional da economia brasileira. O BC é obrigado a comprar dolares para corrigir o câmbio. Mas com aumento do crédito o consumo aumentou de 40% e não conseguiu suprir-se no mercado interno mais caro e teve que importar, disse Castellan a Leitão na Globonews em 30/02. A China cresceu muito porque investe 40%, sendo 95% de poupança interna, e não gasta tanto em Assistências Sociais e faz bem o dever de casa para suportar seus crescimentos sustentáveis. O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, reconheceu essa necessidade no Conta Corrente da Globonews de 15/03, e pretende ajudar a aumentar gradualmente os investimentos a curto prazo para 24%, contando com 50-60% de poupança do empresariado, tirando do lucro acumulado cerca de R$500 bi e mais 130 bi de cada: capital externo, orçamento fiscal e poupança privada, cada ano. O BC vai ter que comprar mais dolares. Em resumo, o dinheiro está escasso! Pelo jeito a nossa economia está engessada, bloqueiando os fatores de crescimento econômico, e precisa fazer uma reengenharia realinhando custos de Assitênciais Sociais, e investimentos em infra-estrutura, inovação tecnológica, mão de obra qualificada e quedas da carga tributária, todos no limite, além de manter juros e inflação baixos, que agem em sentido inverso. O Brasil está num círculo vicioso no limite das possibilidades, ressaltou Giannetti. É dificil de se fazer uma reforma tributária e um planejamento adequado para um razoável crescimento equilibrado, mesmo menor, mas sustentável.

A Economia não é uma ciência exata e tem uma convergência grande dos fenômenos, portanto não se trata de exagerar só num viés: o que mais falta é uma vontade de acertar para o Bem Comum, ficando sempre oculta uma tendência de ser vencedor, querendo fazer o adversário beijar a lona. É o mal que predomina no país, que optou pelo presidencialismo, em vez do parlamentarismo em que pudessemos chegar a um consenso de ter pelo menos algumas centenas de seres pensantes, criativos e definidores, sobretudo no Parlamento, como idealizou Ulysses Guimarães. **Estamos na dependência de só uma pessoa, a Presidente, blindada, ter conhecimento de documentos como esse e aceitar os argumentos!**

Por outro lado, a União quer uma justificativa para se desobrigar de contribuir com o dobro do Servidor nas aposentadorias dos Servidores como patrão, conforme estabelecido na Constituição de 1988 e regulado em 1993, propondo no ante-projeto abaixar para 7,5% sua contribuição (8,16,17), cedendo para 8,5% para incluir insuficientemente custos de aposentadoria precoce da mulher e outros, que no total ainda é muito menos do que contribuem os patrões particulares, 20%, além de 8% no FGTS e outras contribuições (20), mas abre precedente para privilégios para Poderes da República, visualiza investimentos de alto risco em ações, não contempla 3% para uma caução necessária contra falhas nas previsões, e não satisfaz ainda a um cálculo atuarial enxuto, sem despesas extras, que é de 9,5%, somado com despesas da aposentadoria precoce da mulher cinco anos antes, iria para 10,7%. A diferença dos cálculos anexos para o do governo é de 2,2% sobre os salários dos servidores civis em 2011, isto é, cerca de R$1,6 bi por ano. Além disso, o futuro servidor perde ainda mais, porque contribui mais (11%) do que o particular (8%), que ainda tem FGTS (8%), apesar de que o governo usa, mete a mão e geralmente cobra ágio de 20% para entregá-lo ao seu dono, o trabalhador. As escolhas estão aí de acordo com bom ou mau planejamento. Veja que as diferenças de custos dos fundos não

são grandes, mas devem ser estruturados diferentemente e geridos enxuto e profissionalmente. Se começar com regalias, planejar e administrar mal, acrescido com um golpe de corrupção nada improvável, o FUNPRESP do atual PLC pode ir para o ralo mais cedo, como nos países vizinhos. Enfim, deve-se concluir que o Governo não fez bem o planejamento nem as contas atuoriais, e a que mostrou pela última vez pelo Sr. Pinheiro do MF (36) está eivada de erros, e quer nos impingir um valor, uma estrutura e uma gerência sem justificativas. Por outro lado, devemos esperar que o rendimento real das aplicações do FUNPRESP atinja 7,8% aa, capaz de assegurar uma sustentabilidade para o regime de capitalização individual, constituindo a única fonte, mas que tem que ser confiável para dar uma aposentadoria tranqüila e separar definitivamente os ativos, e que o Governo honre doravante sua parte na contribuição, reduzida ao mínimo, 9,5% e não crie despesas que incham ou possam estabelecer regalias no FUNPRESP. Não se poderia também esperar que a União venha a se desobrigar de contribuir muito abaixo dos 11%, que começe a perder ou não contratar tantos servidores qualificados, criar distorções funcionais e deixar os Aposentados futuros no desamparo ou na incerteza.

Se o governo acatar o básico dessas sugestões, creio que teria uma solução se:
1)A FUNPRESP se constituísse num Fundo de Previdência de Servidores Civis, que seria Fundação de direito privado, autônoma, portanto sem ingerência do Governo, que garantisse para a maioria dos aposentados após 35 anos de serviço um salário paritário vitalício de igual valor ao último salário líquido da ativa, corrigido pelo IPCA cada ano de inflação, durante pelo menos a sobrevida média de 84 anos para o próximo decênio, incluindo pensionistas, recebendo contribuições do servidor e da União de 9,5% dos salários por 35 anos, capitalizado individualmente sem desvios de contribuição, sendo constituído um Fundo Fiscal com 3% dos salários como caução para superar falhas ou falência em pelo menos um século, três gerações de aposentados, de alguma previsão, reajustado de 0,5% cada vez que atingir 0,5% dos salários, tendo custo administrativo da ordem de 1%, se aplicados os recursos financeiros só em títulos públicos, que garantissem no mínimo 7,8% de rentabilidade ao ano na situação atual, com baixo risco, com portabilidade para migrar para outro fundo, ou um custo administrativo um pouco maior para aplicar o máximo de 10% em debêntures de firmas particulares, mantidas sob a mira de uma fiscalização eficiente para haver aumento de 5 a 10% de rendimento, tendo como diretores Servidores Civis, sem domínio dos representantes da União, eleitos pelo voto direto. Para isto teria que aprovar uma nova EC para adaptar às novas exigências e anular o efeito de nivelamento por baixo da EC 41/2003, igualando à aposentadoria dos CLT.

Seriam também medidas auspiciosas complementares a serem estudadas as seguintes:

1) suprimir o Art 3º. do PL, que iguala o benefício dos Servidores Civis ao do RGPS até 10 SM, e incluir toda a aposentadoria do futuro servidor no FUNPRESP;

2) ser estudada a criação de um fundo tipo FUNPRESP para os contribuintes particulares do RGPS para resolverem a queda brutal de seus benefícios, que se tornam pífios em pouco tempo, e até aliviar a contribuição patronal particular que é muito maior do que a do governo;

3) ser estudada a criação de uma EFPPs para os Militares com contribuição da Assistência Social de outros ministérios que não o MPS e do FUNPRESP para corrigir os problemas de carreira militar, que teve um déficit de R$20 bi em 2011, ou de 1000% das receitas segundo Sr. Pinheiro do MF;

4) ser estudada a criação de uma EFPPs para o Legislativo para se adequar ao curto período de contribuição sem obter novos subsídios, pois já tanto usufruíram na carreira,

5) manter o MPS só para os RPPS e RGPS, com cobertura contributiva, que deveria mudar de nome, Ministério das Aposentadorias ou criar um ministério só para aposentadorias e quando o governo não tiver mais inativos em sua administração direta poderia ser extinto, ficando no governo só o ônus das aposentadorias dos ex-Presidentes, que ficariam na Casa Civil,

6) Como o governo administra um orçamento da Seguridade Social separado dentro do orçamento da União, o TCU deveria argüir a União por irresponsabilidade fiscal, quando esse apresentar déficit, obrigando-o ao equilíbrio, evitando evasão ou criando mais receitas.

Em resumo, o Governo estaria aliviado se tivesse livrado de tantos embaraços, que já perduram há quase um século sem solução, que já cansaram a atual geração por má gestão e improvisações, mas de que as novas gerações sem vícios adquiridos cobrarão solução, e deveria doravante encarar somente a realidade de suas Assistências Sociais, subsídios e omissões nas contribuições e fiscalizações, sem ter os bodes expiatórios das aposentadorias de Servidores Civis, dos CLT e de outros para por a culpa, pois doravante deveriam ser autônomas, e da Previdência Social e da Seguridade Social, com orçamento sob fiscalização do TCU, e não criar novo engodo com essa FUNPRESP com uma aposentadoria pelo INSS que não satisfaz os cidadãos na atividade privada, muito menos ao servidor e ao serviço público.

REFERÊNCIAS

1) Previdência complementar. Bradesco Vida e Previdência. www.bradescoprevidencia.com.br, em 2012.
2) Fontinele Junior, Evolução histórica dos programas de Assistência à Saúde no Brasil, UNIFRA, em 2012.
3) Oliveira, Beltrão e Ferreira, Texto para discussão no. 508. Reforma da Previdência, IPEA, 1998.
4) Schneider, Kujawa, Andrade, Andrade e Brutscher. O Financiamento do SUS. Centro de Educação e Assessoramento Popular, em 2012.
5) Previdência Social. Serviços: População ainda confunde Previdência e Saúde, 02/01/2000. Ministério da Previdência Social. www.mpas.gov.br/VejaNotícia.
6) Polignano. História das Políticas de Saúde no Brasil em 1999.
7) Previdência Social. Homenagem a Waldir Pires, MPS 30/03/2010. www.previdenciasocial.gov.br/VejaNotícia.
8) Agência Câmara, Sigma e Targino, Reis e Diniz. Previdência complementar dos Servidores Públicos. www.pcsja.org/t40/ em 30/12/2011.
9) Deputados fazem "ramerrame"e não discutem a verdadeira questão do salário mínimo. Portal UOL, 2011.
10) Freitas. Previdência Privada. www.newton.freitas,nom.br/ artigos.asp em 13/01/2012.
11) Frata, Auditor Fiscal da Receita Federal. Reforma da Previdência. Jornal Zero Hora, em 05/01/2003. www.sintrajufe.org.br/Previdencia/previ-6.htm.
12) Jornal do Comércio, RS, 26/02/2007. Super Receita pretende reduzir custos. www.financeiro24horas.com/informativo em 2012.
13) Quadros 1B, 2, 3, 6 A, B,e C. Orçamento da União. Exercício financeiro 2012.
14) Antônio Paes. Coluna: As migalhas da corrupção. Folha de hoje. HTTP://comentários.folha.com.br/comentarios, 2011.
15) Tabela III.11. Renúncias Previdenciárias, Anexo III, Metas Fiscais, PLO para 2012.

16) Projeto de Lei que institui o regime de Previdência Complementar para os Servidores Públicos federais titulares de cargo efetivo etc, conforme Art. 40 da Constituição etc, e carta encaminhada ao Sr. Presidente da República em 16/06/2007.
17) Campanerut, do UOL Notícias em Brasília. Após acordo, projeto do Fundo Complementar para os servidores será votado apenas em 2012. HTTP://noticias.uol.com.br/politica, em 14/12/2011.
18) Nélia Marques, Brasília. Governo quer rediscutir Previdência do Servidor Público. Seminários Brasileiros. O projeto de lei 1992/2007. www.seminariosbrasileiros.com.br/latest-news/previdencia-servidor--publico, 2011.
19) Evaldo Muller. As migalhas da corrupção. Folha de hoje. HTTP://comentários.folha.com.br/comentarios, em 2011.
20) Políticas Sociais: Previdência Social, 1995-2005, IPEA, edição especial. www.socialismo.org.br.
21) Avaliação da situação financeira e atuarial dos benefícios assistenciais da lei orgânica de Assistência Social-LOAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
22) Ferreira. Serviços. População ainda confunde Previdência e Saúde. www.mpas.gov.br/VejaNoticia.php em 09/01/2012.
23) Anexo II. Projeções Atuariais do RPPS para 2012 dos Servidores Civis da União; Atual geração de Servidores, inativos e pensionistas.
24) Agência Câmara. Deputados criticam projeto que cria Previdência Complementar de Servidor. www2.camara.gov.br/ agencia/noticias/206612.html em 07/12/2011.
25) Brasilprev do BB e Fundo de Investimento em 13/01/2012. www.bb.com.br/portalbb.
26) Fundos de Investimentos e Previnvest. www.caixa.gov.br/Voce.Investimentos/fundos/index, em 12/01/2012.
27) Anamatra critica projeto que institui previdência complementar etc. em 09/11/11. www.anamatra3.com.br/endereçodanoticia.
28) Saiba mais sobre planos de Previdência e Previdência Privada do Banco HSBC. Sobre a Previdência, Banco Múltiplo 2012. www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt.
29) Xinhua Wenting Ma, inquérito HSBC global realizada em dezembro de 2010 em 17 países e regiões. HSBC Pesquisa. www.howaboutchine.com.pt/01/06/2011hsbc.
30) IPCA, Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Portal da Associação Transparência Municipal, 2012.
31) Pedro Delarue, Presidente do SINDIFISCO na Audiência na Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal em 19/03/12. Documento da Agência Senado.
32) Planos de Previdência; FIM Petros Moderado, www.petros.gov.br/portal.
33) Plano Sanasa. Parecer atuarial sobre o balanço 2008.
34) Banco Central do Brasil, Índices de Preços no Brasil, atualizado em fevereiro de 2010.
35) A editar Inflação (secção) - Wikipédia, em 26/01/2012. HTTP://pt.wikipedia.org/w/ index.php?title=Infla.
36) Inflação, em 26/01/2012. http://www.bertolo.pro.br.
37) FUNPRESP, Ministério da Fazenda, Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado em 19/03/2012. Agência Senado.
38) Debatedores questionam porposta da nova previdência dos servidores. Agência Senado em 19/03/2012. www12.senado.gov.br.
39) Veja entrevista: Raul Velloso, o custo da farra. Arquivo de artigos etc em 2009. www.arquivoetc.blogspot.com.br.

DALMIR FRANCISCO



Professor do Departamento de
Comunicação Social da
FAFICH/UFMG

MAQUIAVEL, COMUNICAÇÃO E PODER

Resumo

Neste texto é discutida a relação entre política, poder e comunicação em O Príncipe, de Nicolau Maquiavel, sublinhando a intrínseca relação entre comunicação e política, na conquista e na conservação do poder político. O texto é um esforço de analisar a comunicação na constituição do poder – seja o poder tirânico, seja o poder republicano e ou democrático – como fala e ou imagem operantes – que podem oprimir ou libertar. Na introdução faz-se o contraste entre o contexto da Obra e a política contemporânea – na qual cada vez mais os homens públicos ou políticos aparecem e parecem com o que realmente não são - mas se esforçam para manter uma imagem pública estratégica para conquista e manutenção do poder político e suas benesses.

Palavras-chave: Maquiavel, comunicação, persuasão, política e poder.

Este texto (Nicolau Maquiavel - O Príncipe - Escritos Políticos, São Paulo: Abril Cultural, 1979) foi escrito originalmente, em 1995, para discussões de comunicação e política, no curso de doutorado, do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura – o Pós-Eco/UFJR. Foi utilizado entre 2000 e 2006, como texto básico para análise do fenômeno da comunicação no alvorecer do capitalismo, no âmbito da disciplina Comunicação e política, no curso de Comunicação Social da UFMG e nas discussões do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Cognição e Realidade/JR da UFMG. O presente texto foi revisitado, revisto, agora em 2012 e está inspirado na cada vez mais evidente diferença estabelecida pelo homem público brasileiro (político) entre parecer e realmente ser.

Fotos: Arquivo Apubh e Simone Ribeiro

Introdução: o clássico Maquiavel e o nosso tempo

O texto O príncipe, de Maquiavel está situado no contexto histórico europeu e italiano de grandes transformações econômicas e políticas – transformações que deram origem ao capitalismo e, no campo político, ao Estado moderno. Rememorando, o comércio a grande distância dos bens de consumo – tráfico de mercadorias, tráfico realizado por mercadores sob proteção de reis, príncipes ou outros poderosos, deu origem a fortificações para controle das comunicações terrestres, fluviais e marítimas. E deu origem, também, à imperiosa troca de informações entre mercadores, poderosos, príncipes e reis. Este movimento (expansão do comércio e produção artesanal) é acompanhado do crescimento demográfico e das cidades, a partir do século XI (ano 1000 d.C.). Cresceram, também, as fortificações (burg) e sua ocupação (burgueses) sob a proteção de príncipes, bispos da igreja católica e outros senhores. As cidades cresceram como centro comercial, nelas floresceram as feiras - fundamentais para o desenvolvimento do mercado.

Junto com o desenvolvimento da cidade, cresceram os poderes dos alcaide, da potestade, do burgomestre ou do príncipe, estes que outorgavam privilégios e prerrogativas – que são os direitos exclusivos de exploração de mercados, de construção de fortificações, de controle de aduanas ou de portos e da emissão de moedas (e, depois, instituição do poder de polícia, de defesa e controle das finanças). O desenvolvimento mercantil é, em grande medida, decorrente do privilégio negociado e mantido pelos nobres e patrícios – poder político e militar necessário para garantir o acesso exclusivo aos mercados, às rotas comerciais, ao controle dos portos e, depois, ao controle de minas (ferro, cobre, ouro, prata, ferro, mercúrio etc.). As cidades são, também, o cenário para a origem e o desenvolvimento das corporações que são associações obrigatórias de artesãos que controlavam, planificavam e dirigiam a produção artesanal – determinando a qualidade, a quantidade, preço e margem de ganho (lucro) da produção. As corporações controlavam, também, a formação, o emprego e a assistência ao artesão.

O desenvolvimento do capitalismo é contemporâneo do movimento do Renascimento que se inicia ainda na chamada Idade Medieval. Porém, o Renascimento conjuga a revalorização da antiguidade grega e romana com um agudo espírito crítico da Idade Média. Com o crescimento do capitalismo, a ascensão da burguesia, surge um novo homem apegado ao mercado (mercantilismo), apegado à riqueza e inclinado ao mundo sensível, real, concreto. Ao mesmo tempo, surgem os movimentos de crescimento populacional e revitalização das cidades, de mudança da mentalidade (afirmação do indivíduo e do individual), de descobrimentos científicos e crescente admissão da ciência como força dirigente do progresso. O Renascimento é, também, tempo do desenvolvimento da técnica (bússola, navegação em alto mar, prensa de tipos móveis), de expansão da cultura (universidades, laicização do saber). É tempo de criação do Estado Moderno e de uma nova concepção da política, com Maquiavel à frente. O Renascimento e o crescente capitalismo mudam a concepção do ser humano, na Europa: o homem é ser humano protagonista de sua história, dono de suas forças e da sua capacidade para intervir e transformar o mundo. O Príncipe de Maquiavel é obra exemplar desse desvestir-se do homem das crenças segundo as quais o homem estaria à mercê de um destino que ele não controlava (O Fortuna, Velut Luna Statu variabilis), para situá-lo como ser capaz

de dominar, em larga medida, sua vida, seu estar no mundo – empreendimento de criação de um mundo mais favorável à vida e que dependia da responsabilidade ativa, da vontade, da virtude, da virtu do homem. Para Maquiavel o homem não estava totalmente a salvo da fortuna – mas deveria agir politicamente de modo previdente, buscando estabelecer (conquistar e manter) um principado – fosse uma tirania, fosse uma res publica.

O que Maquiavel tem a ver com a política é claro. Mas, o que tem o Autor de O príncipe com a comunicação? A comunicação realiza ou efetiva a cultura e, portanto, realiza ou efetiva o poder político. Maquiavel afirmou que a tirania exige que o príncipe seja tirano – mas que se mostre, sempre, um homem bom, afável, afável assim como foi FHC – quando, por exemplo, anunciou o reajuste de 0,1% - para recompor as perdas salariais dos funcionários públicos, incluindo os professores universitários. Essa lição maquiavélica para o príncipe tirano do principado que é uma tirania – parece ter sido transferida para a prática política contemporânea, nas sociedades organizadas em diversas formas de democracia, no Ocidente.

Na nossa era, o democrata Presidente da República dos EUA, Barak Obama matou e festejou o assassinato e o sumiço do corpo de Osama - o Bin Laden (1957/2011), o dirigente (?) da Al-Qaeda (Alcaida ou Qā'idah – alicerce ou base – organização fundamentalista dita islâmica). Na França, o ex-presidente Nicolas Paul Stéphane Sarközy foi um dos líderes ocidentais que deram total apoio militar aos rebeldes que depuseram e assassinaram – com direito à transmissão pela televisão – o ex-poderoso da Líbia, Khadafi (Muammar Abu Minyar al-Gaddafi - 1942/2011 – chefiou o poder político na Líbia de 1969 a 2011). Mas, Sarkosy está enfrentando acusações (do Partido Socialista Francês) de ter recebido, em 2007, cerca de 50 milhões de euros, como doação de Khadafi.

Já, em recente passado, pensávamos a política como esse campo de organização e efetivação organizada, projetada, da vontade humana – consenso e vontade operante de implantar uma sociedade melhor. E muito foi feito e cabe lembrar a Constituição Cidadã de 1988, as Leis que punem a manifestação de racismo ou de preconceito ou contra origem nacional, as leis que defendem o ser humano da violência (especialmente a mulher, através da Lei Maria da Penha), os avanços na compreensão e amparo legal aos gays e as lésbicas e, é necessário frisar, a transferência de mais de 35 milhões de brasileiros da condição de pobres para a condição de classe média (classe C). São feitos políticos e econômicos da sociedade e graças à virtu do Governo Lula (2003/2010) e que prossegue, até agora, com a Presidenta Dilma Rousseff. Resumindo, a democracia está de pé e avança graças à política e aos políticos que cuidam – uns mais, outros menos – do interesse comum e público objetivado pelos atores sociais ligados a etnias, a classes sociais, a homens e mulheres com diversa disposição afetiva e condição pessoal. Essa política pode mostrar sua face dignificada pelas intenções e ações.

Mas, no nosso contexto (atual conjuntura?) a política, mais do que antes, talvez, esteja se mostrado mais como campo do simulacro, da imagem que toma o lugar da realidade e se sobrepõe à realidade, em que o feito é convertido em puro discurso, em jogo de cena, em cenário que encobre (e procura ressignificar) os atos, os movimentos e as declarações dos atores políticos – eles (mesmos) que se convertem em versões deles mesmos, em imagens pelas quais aparecem, parece que são – o

que realmente não são, ou nunca foram. Tome-se, como exemplo, o episódio do malfeito do político Antônio Palocci - do Partido dos Trabalhadores de São Paulo –, denunciado por ter ganho, entre novembro de 2010 e janeiro de 2011, R$20 milhões de reais sem origem definida e, é óbvio, que se trata de dinheiro não contabilizado (receita ilegal, corrupção). Recorde-se da descoberta das trapaças do senador goiano expulso do DEM – Demóstenes Torres – que decaiu da condição de prócer da moralidade na política e big boss do combate à corrupção, para político amigo, íntimo, sócio e afim do empresário da contravenção (isto é, bicheiro) Carlinhos Cachoeira: o senador goiano, denunciam os jornais, era antes figura impoluta, mas depois foi descoberto trocando informações privativas e estratégicas sobre segurança pública, obtidas junto aos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, às quais teve acesso como senador. Em troca desses favores, Demóstenes Torres recebeu recursos financeiros e outros mimos do bicheiro carioca[1]. E é intrigado por este nosso contexto – no qual o político aparece e parece com o que não é - que coloco essa revisitação à obra O príncipe de Maquiavel.

E para não ser exaustivo, vale lembrar que o mensalão nasceu em Minas Gerais envolvendo ninguém menos que o ex--governador, ex-senador e atual deputado federal tucano Eduardo Azeredo (PSDB/MG). Vamos pensar no brumoso imbróglio que atingiu o ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel (PT/MG) – que fez consultorias no valor de R$2 milhões pagas pela FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), mas até agora não suficientemente explicadas[2]. Considere-se o político do PSDB, o paulista José Serra que assinou documento[3], registrado em cartório, afirmando que se fosse eleito prefeito da Capital do Estado de São Paulo, em 2004, cumpriria o mandato até o final; mas, Serra saiu em 2006 para candidatar-se a Governador daquele Estado, cargo que também teve que abandonar (desincompatibilização) para disputar a Presidência da República em 2010 – e que chamou o compromisso assinado

[1] Cf.: "Demóstenes pediu dinheiro para Cachoeira" - O Tempo. Belo Horizonte, 24 mar 2012, p. 5. "E o Demóstenes, hein?" – coluna de Ricardo Noblat (O Globo, Rio de Janeiro: 26 mar 2012, p. 2), no qual contrasta discurso de inocência do senador goiano Demóstenes Torres, com as acusações (com provas) de que o parlamentar pediu R$3 mil reais ao bicheiro Carlinhos Cachoeira, ganhou do fora-da-lei presentes de geladeira e fogão no valor de 30 mil reais; o senador pediu, ainda, ao bicheiro, um jato emprestado e um iPad novo. O senador seria sócio do contraventor Carlos Cachoeira desde 2006, ajudando a amparar uma rede de jogos de azar de oito mil máquinas caça-níqueis que arrecadaram R$170 milhões nos últimos seis anos, sendo que um terço "da dinheirama ficou com o senador que fez do combate à corrupção seu filão eleitoral". Em 27 de março de 2012 a Procurador Geral da República anunciou pedido de abertura de inquérito sobre o senador Demóstenes Torres e o senador se afastou da liderança (DEM-GO). O Tempo. Belo Horizonte, 28 Mar 2012, p5. http://www1.folha.uol.com.br/poder. Acesso em 27/03/2012. - O Globo. Rio de Janeiro, 28 Mar 2012,p.3.

[2] O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, foi denunciado em dezembro de 2011 pelo jornal O Globo: "Depois de sair da prefeitura de Belo Horizonte e antes de entrar no governo Dilma, Pimentel faturou R$ 2 milhões em serviços de consultoria, inclusive durante o período em que ele atuou como um dos coordenadores da campanha eleitoral da presidente. Metade desse total foi pago pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por serviços de consultoria na elaboração de projetos na área tributária e palestras nas dez regionais da entidade. O GLOBO apurou que as palestras nunca ocorreram". Cf.: http://oglobo.globo.com/pais/fernando-pimentel-sera-investigado--por-comissao-de-etica-3965926#ixzz1qLm1462M e O Globo, Rio de Janeiro, 16 dez 2011, p. 11."Relator defende que Pimentel seja investigado". O Globo. Rio de Janeiro, 13 mar 2012, p. 13.

[3] Serra-afirma-que-promessa-quebrada-era-um-papelzinho. "Primeiro: eu não assinei nada em cartório. Isso é folclore. Houve um debate, uma entrevista. O pessoal perguntou: 'Se o senhor for eleito prefeito vai sair para se candidatar à Presidência?' Eu disse não. 'Então assina aqui.' Eu assinei um papelzinho. Não era nada", afirmou. http://www1.folha.uol.com.br – 20/03/2012 Acesso em 25/03/2012.

e registrado em cartório de papelzinho.

Indo para Maquiavel que n'O Príncipe analisa a conquista e manutenção da tirania, iniciam-se aqui as considerações sobre a necessária combinação que o tirano deve fazer entre boas armas e persuasão – o uso mais ou menos equilibrado entre porrete e parole para ser opressor sobre aqueles que só possuem o interesse honesto de não ser oprimido.

1. Da obra e do poder político

Nicolau Maquiavel - Niccolò di Bernardo dei Machiavelli (Florença, Itália – 1469/1527) – sem dúvida, está na origem da concepção e do desenvolvimento do Estado Moderno (o que realmente é não como deveria ser) e, como tal, é reputado como fundador do pensamento e da ciência política moderna[4]. Maquiavel estudava os clássicos, sempre procurando aprender como a política era de fato e não como deveria ser e foi político, ocupando durante o governo de Lourenço de Médici (1449/1492) o cargo de Secretario da Chanceleria da República de Florença (1115/1532).

Dividida em 26 capítulos, o Príncipe de Maquiavel, dedicado ao "Magnífico Lorenzo, filho de Piero de Médici", constitui texto fundador da Ciência Política - tal como é conhecida e praticada nos nossos dias. O tema/problema central de O Príncipe (e da Ciência Política, hoje) é o fundamento do poder na (s) sociedade (s) - não enquanto poder em si mesmo, mas como forma ou espécie de principados herdados ou conquistados, formas de conservação ou de perda do domínio (principado absoluto) ou condomínio (principado civil ou república). O poder se localiza na história dos homens. Maquiavel desmitifica o poder nas sociedades ao desvesti-lo de signos (e preceitos) que iludem as massas - daí a sua enorme importância para a comunicação, pois o poder é fala operante, que liberta ou que oprime. É o próprio Maquiavel que revela o método de investigação da política, como nesta carta a seu amigo Francesco Vettori (1474 – 1539 – florentino e embaixador de Florença em Roma, durante o papado de Leão X de1513 a 1515):

> E porque Dante disse que não se faz ciência sem registrar o que se aprende, eu tenho anotado tudo nas conversas que de fato são essenciais, e compus um opúsculo De principatibus, no qual aprofundo o quanto nele posso cogitar desse assunto, debatendo o que é um principado, que tipos de principado existem,

[4] Ciência política: estudo da política ou do poder, do Estado e de outras instituições de poder em sociedades humanas, abrangendo governo, formas de governo, partidos, processos políticos, manutenção ou mudança em nível de poder político, instituições religiosas ou civis, instituições empresariais e ou sindicais e outras formas de organização cujo funcionamento são semelhantes à constituição do Estado e que tenham como objetivo assegurar direitos, regular comportamentos, cobrar cumprimento de deveres e estatuir relações de hierarquia entre os integrantes da organização. Consta que o termo Ciência Política teria sido cunhado nos Estados Unidos da América, em 1880, pelo historiador e doutor da Universidade John Hopkins. Baltimore, Maryland, EUA – Herbert Baxter Adams (1850/1901).

[5] E perché Dante dice che non fa scienza sanza lo ritenere lo havere inteso, io ho notato quello di che per la loro conversatione ho fatto capitale, et composto uno opusculo De principatibus, dove io mi profondo quanto io posso nelle cogitationi di questo subbietto, disputando che cosa è principato, di quale spetie sono, come e' si acquistono, come e' si mantengono, perché e' si perdono. Niccolò Machiavelli a Francesco Vettori - Firenze, 10 dicembre 1513 (Magnifico oratori florentino Francischo Vectori apud Summum Pontificem, patrono et benefattori suo. Romae). http://www.classicitaliani.it/machiav/mac64_let_05.htm - Acesso em 26/03/2012. Maquiavel, aqui, refere-se ao poeta Dante Alighieri (1265/1321), autor de obras políticas e considerado o sumo poeta, escritor de A divina comédia. A escrita de Dante Alighieri - ao lado das de Petrarca e de Boccacio -, é indicada como base da língua italiana moderna.

como são conquistados, mantidos, e como se perdem[5].

O poder não tem nada a ver com a moral, nem com a ética, nem com a religião, nem com divindades. N'O Príncipe, os deuses e as religiões são acusados implicitamente de constituírem a pior das opressões. O poder tampouco tem a ver com a ética. Consistindo em luta pela riqueza e pelo mando (que sustenta a riqueza) - o fundamento do poder reside em dois desejos, irremediavelmente opostos ou " duas tendências diversas" que nascem "do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo" (Do principado civil - cap. IX).

A opressão, para Maquiavel é precisamente definida. Oprime-se apossando-se da riqueza e impondo a miséria aos outros (ricos e poderosos, ou não), expulsando e desaforando os outros e, enfim, deixando-os viver (na eficiente forma de sujeição decorrente da miséria) ou matando-os. O fundamento do poder é o desejo de riqueza e de mando, de um ou de uns poucos, sobre a maioria. O poder é, portanto, jogo para poucos, que não envolve, nem deve envolver o povo - a não ser como massa de manobra - já que o povo não deseja ser oprimido : o poder (nas mãos de poderosos) não resiste nem ao desprezo nem às hostilidades do povo.

Retirando do poder a aura de mítico, mostrando sua natureza artificial e colocando-o dentro das coisas criadas pelo homem (artífice e fabricante de organizações societárias), Maquiavel define o poder e o exercício do poder como realidade empírica que o ser humano pode observar, pensar e conceber (conhecer), sustentar ou modificar.

Trata-se, pois, O Príncipe, de obra didática que procura ensinar aos homens que querem o mando político (e econômico), dois planos da realidade. O primeiro plano, rigorosamente, é analisado em todos os capítulos da obra - realidade (empírica, concreta) que ensina, que oferece lições aos homens que querem aprender mandar ou que querem ampliar o mando já obtido. O dever-agir do príncipe não se radica em princípios abstratos, mas em conhecimentos práticos sobre matéria prática: as espécies de principados (ou de sociedades), as ações ou os meios necessários ao príncipe para conservar ou sustentar os principados e os modos de ação imprescindíveis para com iguais ou potencialmente iguais no plano do poder. O segundo plano trata das ações necessárias ao príncipe para vir-a-ser afamado, reputado como ser justo e bom, sendo por isso, amado ou temido, louvado e estimado (sem ser adulado) e, ao contrário, como o mandatário deve agir para não ser vituperado como rapace, cruel, ímpio e ou desprezível.

2. Das espécies de principados

Nascido em Florença em 3 de maio de 1469 (vindo a falecer em 21 de junho de 1527), Maquiavel é testemunha do mosaico de Estados de variada dimensão territorial, formas de organização política, nível de desenvolvimento econômico e mesmo culturas. Essas diferenças envolvem pelo menos cinco grandes principados regionais, que são Nápoles (sob o domínio aragonês), Florença (sob o domínio da família Medici), além dos domínios dos Estados Pontifícios, de Milão e de Veneza.

Essa divisão de Estados impede a constituição de uma nação italiana e será objetivo de reflexão de Maquiavel. O diplomata de Florença inveja a unidade da Espanha e da França, nações submetidas a "um só governo" ou a um único poder.

Incomodava-o a guerra permanente entre os Estados napolitano, milanês, florentino, veneziano e pontifício, as seguidas intervenções de espanhóis, de franceses ou de suíços em terras italianas.

Essas guerras geravam o caos econômico e reduziam as possibilidades de enriquecimento ou de prosperidade de todas as regiões, causando a miséria de todos os italianos. Inspirando-se pela unidade territorial e política da Itália, Maquiavel discutirá qual a melhor forma de organização política da sociedade (principado ou república) e qual o mais eficiente governo para constituir a nação italiana.

Nos capítulos I a VIII, XI e XXIV (porque os príncipes de Itália perderam seus Estados) Maquiavel analisa as espécies de Estados/Domínios e como podem ser adquiridos (se pela sorte/fortuna ou pela mérito/virtú). Os principados herdados, ensina o Chanceler, são mais estáveis. Neles, o príncipe não precisa ofender para conquistar e é naturalmente mais querido e benquisto por sua gente. As dificuldades familiares são controláveis e o tempo ameniza os defeitos e as inovações.

É nos principados mistos (ou novos) que Maquiavel começa a correlacionar conquista de Estados/Domínios com a população (os ricos ou poderosos e os pobres) ou o povo da região submetida ao poder de um novo senhor. Os homens - diz o Chanceler - trocam de senhor se acham que tudo vai mudar/melhorar. Essa crença leva os homens a pegar em armas contra o antigo príncipe. A conquista e o domínio de um principado deverá contar com o favor dos habitantes, pois mimando os fracos (os mais pobres), o mandatário pode com eles se aliar contra os poderosos - os mais ricos, que deverão ser submetidos pelo terror permanente ou pela eliminação direta. Além disso, a conquista e domínio de um novo principado deverá considerar as diferenças culturais (princípios, valores, costumes, língua e leis).

Maquiavel chama a atenção: onde o poder é dividido (entre príncipe e barões), a dificuldade de conquista e domínio é maior, tornando-se dificuldade extrema, quando a região pretendida é regida por leis próprias e nas quais os habitantes são acostumados à liberdade. Nesses Estados, "há mais vida, o ódio é mais poderoso, maior é o desejo de vingança" (contra o conquistador), pois os habitantes não "deixam nem podem deixar repousar a memória da antiga liberdade" (Cap. V).

Onde reinam as leis e a liberdade (nas res-publicas) a conquista só pode ocorrer se esses Estados forem arruinados ou destruídos, com a desagregação e degradação de seus habitantes. O príncipe pode também habitar o Estado Livre guiado por leis - ou constituir um governo de amigos (que dependem do poder do príncipe).

Cabe sublinhar a lição histórica de Maquiavel, escrevendo para príncipes absolutos - os homens livres que vivem sob leis, constituem a res-publica e só podem ser submetidas pela desagregação e pela ruína dos habitantes, pois a res-publica pode ser destruída, jamais conquistada.

Segundo Maquiavel, mesmo conquistando a res-publica pelo dissídio e pela ruína, a manutenção no poder, do novo legislador, terá como inimigos os beneficiários das antigas leis, mas, igualmente, não conta com o entusiasmo dos novos beneficiários. As novas leis ou a vontade do príncipe aprofunda o ódio dos prejudicados e não cativa os novos beneficiários.

É fácil - diz Maquiavel - persuadir os antigos poderosos e o vulgo de que houve mudança, mas não é fácil firmar uns e ou-

tros na persuasão de que o poder mudou mesmo. Ao príncipe cabe providenciar o remédio para os rebeldes (re-bellum/os que recomeçam a guerra) e para os descrentes: firmam-se esses e anulam-se aqueles pela força (a intimidação) e pelas armas (a eliminação).

Para Maquiavel nenhum príncipe pode se manter no poder sem usar as suas virtudes e as suas armas. Mas as armas não bastam. O Estado conquistado pelo crime, pela matança de cidadãos, pela traição de amigos e pela falta de fé, resulta no poder mas não na glória. Mas essa admoestação, aparentemente moralista, é apenas um intróito para outra lição de fria e objetiva análise de histórias sobre conquistas e manutenção de principados.

Pode-se chegar ao poder pela traição, pelo crime, pela impiedade. Aliás, Maquiavel deixa claro que o poder só se conquista com bons exércitos e boas armas - isto é, o poder só se obtém pela força. Mas, para se manter no poder, o mandatário necessita da astúcia e não basta a faca na mão.

É preciso distribuir benefícios e conquistar a confiança dos súditos. Por isso, a violência da traição e da matança de concidadãos, pode ser a única fonte possível e eficiente de conquista do poder, pois, como ensinam Maquiavel e a história, "as injúrias devem ser feitas todas de uma vez, a fim de que, tomando-se-lhes menos o gosto, ofendam menos ". E o bem ou os "benefícios devem ser realizados pouco a pouco, para que sejam mais bem saboreados".

Com esse modo de agir, o príncipe obtém um domínio estável, contínuo e sem variações, pois nos tempos adversos, de guerras de conquista ou de defesa contra agressões, o príncipe precisa da paz interna - pois atacando ou se defendendo de agressores, o príncipe não disporá de tempo para fazer o mal e será inútil fazer o bem. Essa conclusão é extensiva à análise que Maquiavel faz do principado civil ou da res-publica, na qual o povo que não deseja ser oprimido elege um poderoso para garantir a não-opressão. Mas mesmo aí, na res-publica (onde todos são beneficiados pela lei e pela liberdade), o príncipe deve fazer de tudo para ser necessário aos súditos, pois esses serão tanto mais fiéis ao príncipe, quanto mais precisarem do Estado.

Mesmo que não diga explicitamente ao longo de O Príncipe, Maquiavel demonstra a indissociabilidade de três planos da realidade política: a conquista do principado (ou do território), a relação entre o príncipe ou mandatário com os poderosos (aliados ou inimigos que devem estar sob absoluto controle) e a relação com o vulgo ou com o povo (que deve ser conquistado pelo temor e pela sedução).

É essa indissociabilidade entre poder/território/povo que leva Maquiavel a desconsiderar os principados eclesiásticos, que não são conquistados nem pelo mérito, nem pela fortuna, pois, na fala irônica de Maquiavel, a Igreja não constitui coisa terrena, fruto da criação dos homens, nesta terra e neste mundo.

A igreja e o papado são para Maquiavel, o principado sem território, sem povo e destituído do poder das armas. A igreja não é nenhum principado, mas trata-se de poder temporal derivado da rotina da religião e da mercê dos deuses, sustentado pelas intrigas e/ou pelas guerras que a Igreja cria ou fomenta entre os príncipes italianos, e, finalmente, é um poder alimentado pelo sangue dos soldados e das gentes em guerra.

O principado da Igreja Católica não inte-

ressa a Maquiavel senão como entrave aos esforços de unificação da Itália. A igreja aí aparece como fomentadora de tumultos entre napolitanos, milaneses, florentinos, venezianos (ou outros estados menores) e como raiz do caos ou ruína econômica de todos os italianos.

Mas como sonha com a unificação da Itália, numa única nação, dirigida por um único poder, o Chanceler florentino não desconsidera a possibilidade de que a Igreja seja um instrumento (ainda que remoto), capaz de construir a nação italiana (confira-se a análise das estratégias e experiências políticas de César Bórgia, Alexandre VI e Júlio II).

3. Da fama e da reputação do príncipe

Para Maquiavel, o poder é a força que se impõe na conquista e na manutenção do principado, o que envolve os poderosos e os habitantes. Por isso, além da força (que Maquiavel identifica sob os termos injúria, ofensa, opressão), o príncipe deve usar da astúcia e diversas formas de sedução para comunicar, para persuadir os fortes e os fracos, do poder que o príncipe detém e que não pode ser contestado e deve ser julgado incontestável.

Em conseqüência, o príncipe deve combinar ações extremamente opostas: fazer todo o mau de uma só vez e, aos poucos, fazer o bem. O príncipe deve combinar ainda, as injúrias e ofensas que forem indispensáveis à conquista, com a promessa de mudanças, modo de seduzir os fracos e os necessitados com promessas de benefícios.

Nos capítulos IX e X, Maquiavel correlaciona duas necessidades - a de que um príncipe deve fazer de tudo para não ser abandonado e não ser hostilizado pelos poderosos aliados e pelo povo. Para isso, torna-se necessário promover o bem comum, manter trabalho e indústria para que a plebe tenha como sobreviver e prosperar seja uma possibilidade para os súditos.

O príncipe deve ser previdente e manter os celeiros cheios de víveres. para enfrentar um ano de dificuldades - quando mobiliza todas as suas forças para a guerra de conquista ou para a defesa de seus domínios. Cabe ao príncipe, sobretudo, manter o exército pronto para entrar em ação e, por isso, em permanente treinamento. Prometendo fazer o bem, distribuindo benefícios aos poucos, garantindo a subsistência ou a prosperidade dos súditos e contando com uma milícia ágil e pronta - um príncipe se torna inatacável.

Mas além disso, há um conjunto de medidas que o príncipe deve tomar e por elas se fazer conhecido. Ou seja, além de ser-poder é indispensável que o príncipe apareça como poder (ou que tenha a aparência de poder). O poderoso, assim, deve divulgar, difundir, comunicar (tornar comum) certa fama e certa reputação que sejam símbolos (ou que sejam efetivamente leis) do poder. O poder será a representação do bem e deve ser conhecido/amado pela generosidade e o poder também será implacável e deve ser conhecido/temido pela possibilidade de fazer o mal ou pela ferocidade. Noutras palavras o príncipe além de conquistar o poder, deve conquistar a fama de poderoso, comunicando urbe et orbe sua fortuna e sua virtú.

O poderoso ou o príncipe deve ter sobriedade nos gastos para evitar gravar o povo com mais impostos. É melhor ser conhecido pela fama de miserável (má fama sem ódio), do que ter fama de liberal, mas escorchar o povo e se tornar conhecido pela infâmia odiosa da rapacidade. À fama de sóbrio, deve o príncipe somar a reputação de severidade. Isto é, o poderoso deve ser

respeitado e temido.

O príncipe deve se esforçar para ser amado, mas atentar-se para a inconstância do laço amoroso que, vinculado à obrigação ética, pode ser facilmente rompido ou substituído. Mas se penaliza e castiga o rebelde e recalcitrante, com base em justificativa conveniente e causa manifesta, o príncipe criará um laço difícil de ser rompido - o temor do castigo (castigo que sempre deverá aparecer como justo e fundamentado).

Mas ser temido/respeitado e conhecido pela severidade não significa ser odiado. E para ser temido - sem ser odiado - o poderoso deverá se abster de tomar as mulheres e de se apoderar do dinheiro dos seus súditos. Maquiavel, nessa matéria, faz duas advertências: os homens esquecem mais depressa a morte do pai que a perda do patrimônio, e o príncipe torna-se sábio, quando ama os homens como eles querem e é temido/respeitado pelos homens, como o poderoso quer.

À fama de sóbrio e de severo (inflexível, implacável, não-indulgente, rígido), o príncipe deve somar a da piedade, isto é, a de ser íntegro, amigo da paz e cheio de fé. Mas a piedade do príncipe é combinação astuciosa da civilidade própria dos homens, com a instintividade ou a ferocidade própria dos animais: se for necessário, o príncipe deve agir como besta. O poderoso deve ser raposa que foge dos laços (as armadilhas) e ser leão que afugenta os lobos (os inimigos poderosos e os conspiradores). Um príncipe, portanto, mesmo sendo inimigo acérrimo da fé e da paz, deve defender a fé e a paz, pois é como ser-piedoso que o príncipe ou o estadista deve aparecer.

Em sendo sóbrio, severo e piedoso, o príncipe deve procurar a reputação de ser poder-fortaleza inexpugnável, espalhando a conveniente fama da invencível estabilidade do seu governo (Cap.XIX). O príncipe



deverá procurar que em suas ações se reconheçam grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, reunindo todas as qualidades que o tornam ou o fazem aparecer excelente ao olhar do vulgo, ou da maioria.

Essas qualidades, essa excelência firmam a reputação de respeitado e temido que o poderoso deve ter e serve como força de inibição contra as conspirações dos poderosos. Tendo boas armas, bons aliados, fama e reputação de excelente, o príncipe se protege contra as conspirações - porque o conspirador terá dificuldades de convencer os adversários do príncipe da viabilidade da empreitada e ofenderá antes ao povo, do que ao príncipe - que ao olhar do vulgo é bom e justo.

À fama e reputação de sobriedade, severidade, piedade e estabilidade - deve o poderoso procurar aditar a de amigo da prosperidade ou do progresso. A (boa) fama do príncipe crescerá se ele estimular a agricultura, o comércio e o artesanato - provando seu devotamento à prosperidade, ao visitar as corporações de ofício, assim como aparecerá afável e magnânimo se, com a majestade do seu posto, promover e patrocinar festas e espetáculos para o povo.

Sóbrio e severo, piedoso e estável, progressista e magnânimo - o poder é conquistado e consolidado pela força das armas, pela astúcia e pela persuasão (ou comunicação). Se a força instaura o poder é a comunicação que o sustenta/alimenta, dissimulando o caráter da opressão e simulando virtudes, o poder é como aparece ao olhar do vulgo. O grande tribunal do poder é a maioria e esta é levada pela aparência e pelos resultados - pois o vulgo se apoia na minoria que é e está no poder. Ao dedicar O Príncipe a Lorenzo de Médici e estimular que esse potencial estadista unificasse e constituísse a nação italiana, Maquiavel mostrou sua competência de escritor que ensina ao poderoso como enriquecer, como mandar e como oprimir. Ao mesmo tempo, o chanceler florentino busca outros destinatários de sua reflexão sobre a natureza do poder nas sociedades marcadas pelas desigualdades. Maquiavel revela às maiorias, ao vulgo que tem o honesto objetivo de não ser oprimido, a natureza humana da opressão e a possibilidade de os oprimidos conquistarem a libertação.

Para Maquiavel esta libertação estaria na forma do principado civil, onde o poder é instituído pelos que não querem ser oprimidos e soerguem um poder que os livre da opressão. Ao falar da república, Maquiavel afirmar ser um principado regido por leis que a todos beneficiam e, portanto, o poder do príncipe se fundamenta na vontade expressa do povo. E Maquiavel diz que a tirania requer o tirano e este deve parecer ou ter fama, ter reputação de homem justo e bom e que deve, por isso, ser amado, mas preferencialmente deve ser temido, deve ser louvado e estimado – mas sem ser adulado, isto é: o príncipe não deve se deixar enganar pelos elogios de bajuladores servis, pelos agrados dos sabujos. Ora, se Maquiavel considera que o tirano tem o desonesto interesse de oprimir – a opressão é nomeada: o príncipe tirano, não deve parecer o que realmente é: rapace – e rapace é o que rouba e tem propensão para roubar, para perseguir os iguais, afins e os outros com avidez de que busca maior riqueza, maiores vantagens financeiras – a etimologia latina ensina: ràpax,ácis é o que agarra e toma rapidamente os bens e a vida dos outros. O tirano necessariamente deve ser cruel, isto é, tem prazer em causar dor derramar sangue, que gosta de fazer o mal, trata-se do hediondo que tem prazer de maltratar e de matar. O tirano precisa ser ímpio ou aquele que é bárbaro, desapiedado, desu-

mano, grosseiro e rude com todos os outros – salvando apenas a si e aos seus, a sua grei. E por fim, o tirano é e deve agir como ser desprezível ou o ser que é afeito ao desamor, ao desapreço, à desconsideração, enfim, ser que não cultiva nenhum afeto com o outro que deve ser amolado (explorado até acabar) e ou imolado (morto e sacrificado para o sucesso da tirania). Noutras palavras, a tirania é corrupta e é corrupção da necessidade humana (às vezes, também desejo) de conviver, de se organizar e de viver em comum unidade, sob o benefício das leis válidas para todos e sob a democracia.

Não há dúvida de que o parecer no lugar do ser na política está presente nas contemporâneas sociedades capitalistas – quase como um modus operandi. Na terra de Maquiavel, a polícia descobriu que o mafioso Enrico De Pedis (capo da Banda de Magliana, em Roma) estava mesmo enterrado na Basílica de São Apolinário, ao lado de papas, de cardeais e de altas dignidades do Vaticano. Enrico de Pedis foi assassinado em 1990 e parece que, há 30 anos passados, assassinou e levou para o seu túmulo, o corpo da jovem Emanuela Orlandi – que tinha 15 anos, quando desapareceu. A imprensa italiana apurou que o mafioso foi enterrado na Basílica por ordem e bênção do cardeal Ugo Poletti (1914-1997) que era o vigário geral de Roma, em face de uma doação de quase 1,2 milhões de reais para a Santa Sé. Não fosse uma denúncia anônima, o mafioso e assassino pareceria um homem curado e sarado entre cardeais e santos papas. Do mesmo modo, no Brasil, o governador de Goiás – Marconi Perillo[6] - poderia estar posando, até hoje, de homem probo e bom, pois teria avisado Lula (em março de 2004) sobre o mensalão. Mas, Perillo teve exposta a sua intimidade, seus negócios e sua afinidade com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Não é diferente a situação (parecer ser) de FHC que não se cansa de clamar inocência diante dos escândalos que saltitaram durante os oito anos de governo do Brasil.

Neste reconectar-se com a contemporaneidade, é preciso chamar a atenção sobre a comunicação – pois a comunicação realiza e efetiva a política, as decisões políticas. Estamos numa república federativa e em uma democracia – que será tão horizontal, quanto os brasileiros conseguirem assegurar direitos políticos, obrigar que o homem público preste serviços públicos e não se sirvam do público e quanto maior for o acesso aos bens necessários à vida (alimentação, moradia, saúde, educação, lazer e segurança). Se a tirania só se conquista e se sustenta com violência e persuasão, ou porrete e comunicação, a república democrática só prospera pela atenção e pelo cuidado de todos para assegurar a vida de todos. Os muitos e isoladamente fracos, se tornam fortes, constituindo um poder (articulação e comunicação para a união) que é controlado pelas leis e é poder que se exerce através das leis. A propósito, cabe lembrar que muitos dos movimentos sociais e políticos atuais são articulados e convocados (chamamento) através das redes sociais, modo virtual e informatizado, de cuidar da coisa pública. Afinal, ensinam Maquiavel e a história, a res-publica pode ser destruída, mas jamais conquistada, justamente porque, nelas, os homens vivem sob o beneplácito das leis que criam a justiça e que asseguram para todos a vida e em liberdade.

[6] Perillo confirma que avisou Lula sobre mensalão há mais de um ano. http://noticias.uol.com.br – Acesso em 27/07/2007 às 21h43.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. O rumor da língua. Lisboa: Edições 70, 1984.

HOUAISS, Antônio. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, CD-ROM, 2009.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.

GRAMSCI, A. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LARIVALLE, Paul. A Itália no tempo de Maquiavel. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em Análise do discurso. Campinas: Ed. UNICAMP., 1993

MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARAIVA, F. R. S. Dicionário latino-português. B. Horizonte – Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

SODRÉ, Muniz. Reinventando a cultura. Petrópolis: Vozes, 1996.

O Globo, Rio de Janeiro, 16 Dez 2011.

O Globo. Rio de Janeiro, 15 Fev 2012.

O Globo. Rio de Janeiro, 14 Fev 2012.

O Globo, Rio de Janeiro: 26 Mar 2012.

O Globo, Rio de Janeiro: 24 Mar 2012.

O Globo, Rio de Janeiro: 26 Mar 2012.

O Globo. Rio de Janeiro, 28 Mar 2012.

O Tempo, Belo Horizonte, 24 mar 2012.

O Tempo. Belo Horizonte, 28 Mar 2012.

JOSÉ EDUARDO BORGES MOREIRA



Professor do Colégio Técnico
da UFMG
Mestre em Artes - UFMG

O ENSINO FORMAL DE FOTOGRAFIA NA ESCOLA: UM DESAFIO A SER VENCIDO E SEUS BENEFÍCIOS AOS ALUNOS DOS NÍVEIS FUNDAMENTAL E MÉDIO

Resumo

Nos níveis fundamental e médio ainda é rara a prática da inclusão da fotografia entre as competências e as habilidades gerais em Arte na linguagem das Artes Visuais, conforme sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Percebe-se que, na maioria das vezes, a fotografia somente é pensada como mero recurso de apoio didático. Apesar de a fotografia fazer parte dos conteúdos e da competência dos cursos de Belas Artes, sua utilização continuada ainda é pouco explorada no cotidiano da sala de aula pelos educadores. A tradição do ensino de fotografia no Colégio Técnico (COLTEC) da Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG (EBAP) e a experiência docente deste autor, através de disciplinas e atividades didáticas desenvolvidas desde 1993 para alunos dos níveis fundamental e médio vem produzindo, ao longo destes anos, um material didático experimental. Um dos objetivos deste artigo é apontar para que os resultados obtidos possam servir de referencial teórico para atividades afins em outras escolas de nível fundamental ou médio, além de ampliar o horizonte de atividades relacionadas às Artes Visuais.

Palavras-chave: educação; ensino de Arte; artes visuais; fotografia.

Fotos: Arquivo pessoal

FOTOGRAFIA E CONHECIMENTO

Apesar de ser comum o uso da fotografia como recurso técnico de apoio às diversas áreas de conhecimento nas escolas, em seus diversos níveis, seu ensino específico como disciplina ou conteúdo de Arte ainda é incipiente no ensino fundamental ou médio.

Apesar do vínculo histórico da Fotografia com o Brasil, visto que as primeiras experiências com materiais sensíveis a luz foram realizadas por volta de 1830, por Hercule Florence, na antiga Vila de São Carlos (atual Campinas/SP), tanto seu reconhecimento como atividade de expressão artística quanto seu ensino formal desenvolveram-se de forma bastante tímida no país.

Ainda hoje, o ensino de fotografia basicamente só é oferecido em cursos particulares e em nível superior. Nos primeiros níveis de ensino ainda é rara a prática da inclusão da fotografia entre as competências e as habilidades gerais em Arte na linguagem das Artes Visuais, apesar de estar explicitamente sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental:

> "As artes visuais, além das formas tradicionais — pintura, escultura, desenho, gravura, arquitetura, objetos, cerâmica, cestaria, entalhe —, incluem outras modalidades que resultam dos avanços tecnológicos e transformações estéticas do século XX: fotografia, moda, artes gráficas, cinema, televisão, vídeo, computação, performance, holografia, desenho industrial, arte em computador. Cada uma dessas modalidades artísticas tem a sua particularidade e é utilizada em várias possibilidades de combinações entre elas, por intermédio das quais os alunos podem expressar-se e comunicar-se entre si e com outras pessoas de diferentes maneiras." (BRASIL, 1998).

Percebe-se que, na maioria das vezes, a fotografia somente é pensada no nível fundamental ou médio como mero recurso de apoio didático. A ampliação da prática do uso da fotografia possibilitaria, segundo Reis

> "(...)viabilizar uma prática educacional mais direcionada à formação de cidadãos críticos, desde que, na linguagem da Comunicação Visual o conceito de **Educar** transmude para **Ensinar a olhar.** Num mundo onde vivemos rodeados de imagens, o fundamental é saber interpretá-las, de modo que, ao observar uma imagem, o indivíduo seja capaz de desvendar seus vários sentidos (Reis (2011):."

Apesar de a fotografia fazer parte dos conteúdos e da competência dos cursos de Belas Artes, sua utilização continuada ainda é pouco explorada no cotidiano da sala de aula pelos educadores.

Fotografia no Colégio Técnico da UFMG

O ensino formal de fotografia no Colégio Técnico da UFMG (COLTEC) pode ser considerado pioneiro no currículo escolar brasileiro. Iniciadas em abril de 1969, a partir de um acordo de cooperação técnica e educacional com o Reino Unido, as atividades didáticas do Colégio Técnico buscavam uma sólida formação tecnológica de seus alunos, sendo criada então uma estrutura curricular para o desenvolvimento de seus diversos cursos técnicos. Além das disciplinas obrigatórias exigidas pela legislação brasileira vigente, foram acrescentadas algumas outras comuns em colégios britânicos, entre as quais a fotografia.

Em função da experiência didática britânica, a fotografia inseriu-se na grade curricular dos cursos técnicos do COLTEC

desde seu início, vendo-se sua utilização essencialmente como atividade didática oferecida essencialmente à demanda dos cursos técnicos oferecidos.

A partir de 1995, com algumas mudanças curriculares realizadas no COLTEC, há também uma mudança nas concepções pedagógicas iniciais da disciplina, antes primordialmente técnica, para outra concepção mais voltada para experimentações diversificadas da linguagem fotográfica, aproximando-se definitivamente da área da Arte, de modo a melhor favorecer o desenvolvimento da criatividade dos alunos, com o uso de técnicas como a fotografia pin hole, fotogramas e mais recentemente a fotografia digital e novas tecnologias.

A partir de 2009, há uma outra reformulação da disciplina no COLTEC e esta passa então a denominar-se "Tecnologia da Imagem", buscando adequação às novas tecnologias e recursos que a fotografia digital pode oferecer.

A experiência do GTD Artes Visuais/ Fotografia no Centro Pedagógico da UFMG

O Grupo de Trabalho Diferenciado - GTD - Artes Visuais/Fotografia (02 h/aula semanais por turma/semestre) desenvolvido no Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (CP/UFMG) no ano de 2011 junto a turmas do 2º e 3º ciclos, pretendeu experimentar e desenvolver atividades diversas ligadas à fotografia e à linguagem visual de forma continuada junto a seus alunos.

Com uma experiência bem sucedida do ensino formal de fotografia para o nível médio de ensino, o desenvolvimento de atividades afins para o nível fundamental se fez um desafio para esse autor.

Um dos objetivos deste projeto é que o resultado obtido possa servir de referencial teórico para atividades afins em outras escolas de nível fundamental, além de ampliar o horizonte de atividades relacionadas às Artes Visuais, como já destacado por este autor em 2003:

> "Sabe-se, por exemplo, da realização de atividades e experiências em fotografia em algumas escolas do Ensino Fundamental, principalmente inseridas nas Ciências, como a prática da fotografia 'pin-hole'. No entanto, para a Fotografia ter ampliada sua função pedagógica em qualquer nível de ensino, é necessário se pensar na capacitação de seus educadores, o que poderia ser alvo de discussão nos cursos de Licenciatura." (MOREIRA, 2003)

FOTOGRAFIA E ARTES VISUAIS

Como referenciais didáticos e metodológicos utilizados, vale destacar a experiência deste autor no ensino de Fotografia e Tecnologia da Imagem no nível médio, desde 1993, no COLTEC/UFMG.

Para o ano de 2011, a proposta deste autor foi a de desenvolver atividades afins, na área das Artes Visuais, com ênfase na fotografia, para alunos de nível de ensino fundamental, de ciclos diversos, sendo 02 turmas compostas por alunos entre 5° e 6° anos e 02 turmas compostas por alunos entre 8° e 9° anos.

As atividades propostas para os alunos do CP/UFMG tiveram que ser adaptadas para este nível de ensino, o que acabou produzindo um material didático experimental e, em alguns casos, inovador. As principais atividades realizadas, com a descrição dos principais objetivos a serem alcançados em cada uma, foram aqui enumeradas de 01 a 06, devido ao agrupamento das mesmas em relação às técnicas ou metodologias afins. Os resultados e discussões serão descritos a seguir.

1- Colagem de recortes de revistas e jornais em papel branco, para a produção criativa de uma história ou nova composição gráfica

Essa atividade teve os seguintes objetivos a serem alcançados: observância quanto à criatividade; concentração; desenvoltura; noções de composição e proporção; diferenciação entre fotografia e ilustração; habilidades motora e artística; interação entre os alunos.

2- Construção de câmera fotográfica artesanal, com materiais recicláveis, para visualização da formação da imagem invertida (processo da câmera escura).

A atividade teve como objetivos: observância quanto à habilidade motora; concentração; interesse por Ciências; criação e construção de forma plástica tridimensional, interatividade; importância do uso de materiais recicláveis.

3- Pintura com técnicas diversas (guache, canetinha, lápis de cor, aquarela, giz de cera, etc) e/ou Colagem sobre fotografias em cor ou em P&B (originais e/ou ampliadas por meio de fotocópia ou impressão)

A atividade teve por objetivos: experimentação, utilização e pesquisa de materiais e técnicas artísticas diversas; observância quanto à habilidade motora; concentração; noção espacial; interatividade e criatividade.

4- Criação de esculturas e formas tridimensionais a partir de imagens fotográficas criadas pelos próprios alunos (nos moldes da técnica do artista plástico Vik Muniz)

Objetivos a serem alcançados por esta atividade: seleção e tomada de decisões com relação a materiais, técnicas e instrumentos na construção das formas visuais; concentração; criatividade e desenvolvimento artístico.

5- Criação e desenvolvimento de técnicas de animação tais como flip book e animação em stop motion (fotografia quadro a quadro)

Objetivos a serem alcançados para a atividade de animação: organização; planejamento; criatividade; desenvolvimento de prática audiovisual; interação.

6- Fotografia do ambiente escolar e externo com câmera digital

Objetivos a serem alcançados: criatividade; percepção visual; habilidade técnica e motora; desenvoltura.

As atividades foram pensadas e desenvolvidas seguindo o que se espera para a expressão e comunicação na prática dos alunos por meio das Artes Visuais, segundo o PCN (BRASIL, 1998):

- "A produção artística visual em espaços diversos por meio de:
desenho, pintura, colagem, gravura, construção, escultura, instalação, fotografia, cinema, vídeo, meios eletroeletrônicos, design, artes gráficas e outros."

- "Observação, análise, utilização dos elementos da linguagem visual e suas articulações nas imagens produzidas."

- "Representação e comunicação das formas visuais, concretizando as próprias intenções e aprimorando o domínio dessas ações."

- "Conhecimento e utilização dos materiais, suportes, instrumentos, procedimentos e técnicas nos trabalhos pessoais, explorando e pesquisando suas qualidades expressivas e construtivas."

Todas as atividades também foram desenvolvidas com materiais disponíveis na escola ou adquiridos a um baixo custo. Para exemplificar, na construção da câmera artesanal (atividade 02), foram usadas cartolina, cola, papel vegetal, rolo de papel higiênico e uma pequena lupa, vendida em papelarias por volta de dois reais a unidade. Na maioria das vezes, as fotografias utilizadas foram retiradas de jornais ou revistas e mesmo quando se precisava de ampliações, a partir de fotos produzidas pelos alunos, a estratégia foi a de fazer a impressão diretamente em impressora comum a laser, em preto e branco ou ainda ampliações sucessivas por meio de fotocópias, com ótimos resultados.

Dessa maneira, o custo para o desenvolvimento de tais atividades não pode ser visto como empecilho para desenvolvê-las. Mesmo quando as atividades desenvolvidas exigiam o uso de máquinas fotográficas digitais, as câmeras utilizadas foram as mais simples, podendo-se até mesmo utilizar as câmeras de telefones celulares. Esta estratégia desenvolvida vai ao encontro a uma observação feita por Reis (2011):

> "A realidade da Educação brasileira, em muitas circunstâncias com deficiência de recursos e materiais de apoio didático à prática educativa, exige na maioria das vezes, uma postura criativa do professor em sala de aula, o que possibilita a fuga da mera utilização do livro didático, favorecendo possíveis trabalhos alternativos. O trabalho pedagógico com imagens fotográficas surge nesse âmbito. Ainda que os relatos de experiências desse tipo sejam poucos, a utilização dos recursos fotográficos em sala de aula é, ao contrário, mais comum do que se supõe, mesmo que, muita coisa precise ser revista e analisada, no que se refere à metodologia."

Como resultado preliminar da pesquisa, pode-se dizer que houve, ao longo do desenvolvimento das atividades, um crescente interesse dos alunos pela prática das artes visuais, em especial pelo interesse na fotografia. Percebeu-se também significativas melhoras comportamentais em alguns alunos, principalmente em aspectos tais como concentração, desenvoltura e interação com os colegas.

CONCLUSÃO

O ensino da Fotografia em um âmbito escolar mais amplo, em especial a partir do 2° ciclo do ensino fundamental, certamente poderá contribuir para a integração de seus diferentes conhecimentos nas mais diversas áreas. Independentemente da especificidade que se possa querer adotar, quer seja concebida como atividade de expressão artística, no ensino das artes visuais ou ligada às Ciências, a Fotografia é uma área de conhecimento que tem muito a oferecer e deve ser pensada em toda a sua plenitude para o ensino formal, ainda mais nos tempos atuais, quando indiscutivelmente vivemos cercados por imagens. Alguns autores contemporâneos que tratam de tais questões já apontam que estamos vivendo em uma sociedade cuja relação com a imagem nos impõe a obrigação de estarmos atentos para a educação para a imagem ou para o olhar, em contraponto à educação para a escrita. Segundo Flusser (2008), a era das chamadas por ele imagens técnicas, poderia ser vista como radicalmente diferente de poucas gerações passadas:

> "(...) não se trata de um lugar distante em algum futuro inimaginável: já estamos prontos para mergulhar nele. Numerosos aspectos destas estranhas formas sociais e vitais estão palpáveis já hoje nos nossos arredores e em nós mesmos.
> (...)
>
> Somos testemunhas, colaborado-

> res e vítimas de revolução cultural cujo âmbito apenas adivinhamos. Um dos sintomas dessa revolução é a emergência das imagens técnicas em nosso entorno. Fotografias, filmes, imagens de TV, de vídeo e dos terminais de computador assumem o papel de portadores de informação outrora desempenhado por textos lineares. Não mais vivenciamos, conhecemos e valorizamos o mundo graças a linhas escritas, mas agora graças a superfícies imaginadas."(p.13 e 14)

Ou ainda como disse Arthur Goldsmith (in DONDIS, 1997), sobre a importância da fotografia no mundo atual:

> "Vivemos numa época dominada pela fotografia. No universo invisível do intelecto e das emoções do homem, a fotografia exerce hoje uma força comparável à da liberação da energia nuclear no universo físico. O que pensamos, sentimos, nossas impressões dos acontecimentos contemporâneos e da história recente, nossas concepções do homem e do cosmo, as coisas que compramos (ou deixamos de comprar), o padrão de nossas percepções visuais, tudo isso é modelado, em certa medida e o mais das vezes decisivamente, pela fotografia." (p. 213-214)

Os caminhos apontados por esta pesquisa mostram apenas algumas das possibilidades de discussões e/ou práticas da fotografia. Muitos outros caminhos podem ser trilhados.

De todo modo, pelos bons resultados obtidos juntos aos alunos, espera-se desta pesquisa a possibilidade de uma reflexão sobre a viabilidade e a importância do ensino de fotografia para as escolas de nível fundamental, o que poderia ser alvo de discussão nos cursos de Licenciatura em Artes e Ciências, como forma de melhor capacitação de seus educadores.

A experiência desenvolvida no COLTEC e no CP revela que a adoção da fotografia como área de conhecimento em artes visuais mostra-se bastante promissora para o desenvolvimento cultural e estético dos alunos.

E é o que se espera da Fotografia para a educação de um modo geral: que ela seja cada vez mais revelada e reveladora.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC /SEF, 1998. 116 p.

2. DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2ª Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

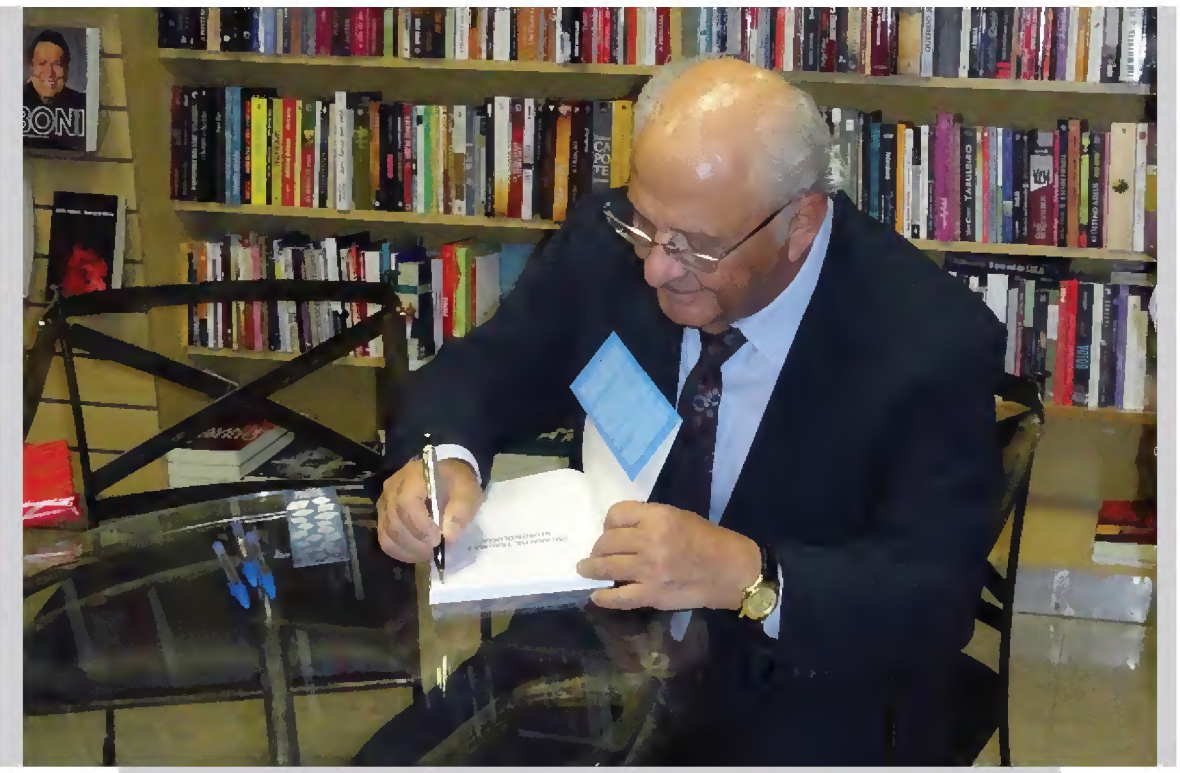
3. FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

4. _____. **O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade**. São Paulo, Analumbe, 2008.

5. MOREIRA, J. E. B. ; PIMENTEL, L. G. **Do real ao imaginário: revelações da fotografia e o ensino da arte**, 2003 (Dissertação de Mestrado - Escola de Belas Artes/UFMG).

6. REIS, W. D. **A fotografia como suporte didático para professores do ensino fundamental**. VI Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil, Aracaju - SE, de 10 a 14 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario6/Ensino%20Fundamental/Fotografia.doc> Acesso em: 10 de julho de 2011.

Sebastião Abrão Salim



Professor Convidado do
Departamento de Assistência
Mental da Faculdade de Medicina da
Universidade de Minas Gerais

Psicanalista da Sociedade Psicanalítica do
Rio de Janeiro e do Grupo de Estudos
Psicanalíticos de Minas Gerais
Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Médicos
Escritores – MG (2007–2008)
Membro Titular da Associação
Brasileira de Psiquiatria.

A metamorfose de Kafka: um ensaio literário-psicanalítico

Resumo

A *metamorfose*, de Franz Kafka, obra-prima da literatura universal, tem conteúdos literário e psicanalítico enigmáticos. Gregor Samsa é seu principal personagem e sua transformação em uma grande barata, da noite para o dia, é excepcionalmente original. Neste trabalho, o autor utiliza seus conhecimentos científicos, desenvolvidos mediante articulação de contribuições da Psicanálise, da Psiquiatria, da Neurobiologia e da Psicologia Experimental, para explicar essa obra de Kafka e depois usá-la como ilustração em seus estudos.

Por meio desse conto de Kafka, o autor demonstra aquilo que o homem tem negado sistematicamente, isto é, que possui uma parte animal, que, associada ao inconsciente freudiano, rege seu comportamento de forma imperceptível desde a vida fetal até etapas tardias do seu desenvolvimento. Essa parte é conduzida pela memória de procedimento orientada para o armazenamento do aprendizado de comportamentos voltados para o *continuar existindo*, com sede na amídala cerebral. Talvez tenha relação com o ego corporal de Freud, estudo que não desenvolveu. Esse lado animal está tão transparente nessa narrativa onírica de Kafka, que, associada ao seu conteúdo fantasmagórico, asqueroso, sofrido, a torna de leitura difícil por possuirmos aspectos pessoais desse conto.

Palavras-chave: Metamorfose. Kafka. Amídala Cerebral. Trauma. Desconexão, Autismo.

Fotos: Arquivo pessoal

INTRODUÇÃO

"Ao despertar pela manhã após ter tido sonhos agitados, Gregor Samsa encontrou-se em sua própria cama metamorfoseado num inseto gigantesco". Franz Kafka

Freud afirmou aprender mais com os escritores e os poetas do que com os médicos e filósofos que o antecederam. Assim, utilizou a obra literária *O rei Édipo*, de Sófocles, para ilustrar o Complexo de Édipo, que considerou o elemento central da etiologia das neuroses.

Do mesmo modo, neste ensaio, utiliza-se a obra literária *A metamorfose (1915)*, de Franz Kafka, para ilustrar aquilo que o homem tenta esconder de si mesmo, isto é, sua parte animal. Ela atua de modo imperceptível no seu comportamento cotidiano, voltada para a sobrevivência, e seu funcionamento inicia-se nos primórdios da vida fetal. Seu substrato anatômico é a amídala cerebral, sede da memória de procedimento. Freud, ao enunciar a existência de um ego corporal que antecede ao ego psíquico, talvez estivesse fazendo referência a essa memória biológica, mas não desenvolveu esse estudo.

Como se verá, o funcionamento dessa memória persiste com as mesmas respostas biológicas e psíquicas às ameaças de morte nas etapas sucessivas do desenvolvimento do ser humano, de natureza biológica inata e reflexa. Diferencia-se do inconsciente freudiano, que também rege de forma imperceptível o comportamento humano, pela relação deste com a repressão do instinto sexual e suas vicissitudes. Esse inconsciente freudiano forma-se depois que o bebê consegue estabelecer vinculação com um objeto, após diferenciá-lo de si, pela maturação do Sistema Nervoso Central.

O reconhecimento pelo homem de sua parte animal e de sua força no seu destino teria o sentido de uma quarta ferida narcísea.



Prof. Sebastião Abrão Salim e a colega Flávia Patrícia Sena Teixeira Santos

O autor munido do seu referencial teórico psicanalítico encontrou no conto uma ilustração clínica perfeita da etiologia, sintomas e efeitos biológicos e psíquicos do transtorno de estresse pós-traumático. Esse referencial foi desenvolvido ao longo de anos, a partir da articulação de contribuições da Psicanálise com a Psiquiatria, a Neurobiologia e a Psicologia Experimental.

Sua experiência clínica levou-o a enriquecer os paradigmas clássicos da Psicanálise relativos à vida sexual dos seres humanos, com novos acréscimos teóricos para a compreensão da atual clínica do desvalimento e do vazio, dos transtornos alimentares, do autismo, do sintoma psicossomático, da adição às drogas e ao alcoolismo e, talvez, das psicoses. Portanto, pode afirmar que sua vivência clínica tem sido marcada por resultados clínicos estimulantes.

A parte animal do homem, representada pela sua metamorfose em barata está tão transparente no conto de Kafka, que torna o conto, sofrido e de leitura difícil para muitos leitores.

A narrativa tem um conteúdo onírico e é legítimo vaticinar que Kafka tenha sonhado com um tema semelhante, servindo-se de sua sensibilidade às ansiedades pessoais e do homem do seu tempo, associada à sua ousadia de escritor imaginativo, nessa inigualável obra literária.

Kafka está incluído entre os escritores que melhor utilizaram a arte da escrita para representar as diversas paixões, sofrimentos e condutas do homem. Sua obra literária é resultado da sua existência sofrida.

É possível que tenha usado a arte literária para sobreviver psiquicamente, de acordo com a regra geral de que o escritor escreve primeiro para si próprio e depois para o leitor. Ao escrever *A metamorfose*, desnudou-se, talvez como nenhum outro escritor fizesse na história da literatura clássica universal.

Biografia de Franz Kafka

Franz Kafka nasceu em Praga em 1883, onde viveu toda sua vida. Seu pai era um abastado comerciante judeu, autoritário e conservador no trato da família, que subestimava os dotes literários do filho. Kafka descreveu esse conflituoso relacionamento com patética penetração no livro *Carta ao Pai*, uma coletânea de missivas tornada célebre e que não chegou a ser entregue ao pai.

Era introvertido e sentia-se um estranho em sua casa. A mãe era submissa ao marido. Tinha três irmãs que tiveram destino trágico. Morreram nos campos de extermínio nazista.

Kafka formou-se em Direito, em 1906. Trabalhou por oito anos, como advogado em uma companhia de seguros, sem se identificar com a natureza da profissão. Queria e precisava de todo o tempo disponível para escrever e ler.

Em 1914, Kafka teve uma depressão, devido seus conflitos intrapsíquicos, à origem judia, às incompatibilidades familiares e descontinuidades amorosas.

Esteve noivo duas vezes de Felice Bauer. Não se casou com ela, nem com outras mulheres que marcaram sua vida, como a escritora Milena Jesenká-Pollak — que foi sua amante e com a qual manteve uma correspondência reunida em *Cartas a Milena* —, e Dora Dyamant, uma jovem que conheceu no final da vida.

Também o início da Primeira Grande Guerra teve efeito negativo sobre ele. Por ter profetizado a história do povo judeu diante do nazismo, seus livros foram proibidos de comercialização pelo Estado instalado, alguns sendo queimados.

Janouch conviveu com Kafka nos anos finais de sua vida e no livro *Conversas com Kafka,* mostra como o escritor refletia sabiamente sobre a existência humana. Há citações de reflexões suas como: "A existência humana é demasiado penosa, por isto queremos nos livrar dela, ao menos pela imaginação", ou "O mal sempre volta ao seu ponto de partida", e ainda,

> O caminho que leva da impressão ao conhecimento é quase sempre longo e difícil, e muitas pessoas não passam de mesquinhos viajantes. É preciso perdoar-lhes quando vêm titubeando chocar-se contra nós como em uma parede (JANOUCH, 1985).

Acometido pela tuberculose, Kafka teve hemoptise em 1917. Viveu mais sete anos, sendo os dois últimos, internado. Faleceu com 36 anos de idade, sentindo-se fracassado como homem e escritor.
Kokis, mais recentemente, referiu-se assim a ele: "Kafka foi um homem de seu tempo e por tê-lo sido de modo radical, possuindo uma consciência traumatizada, sucumbiu, não sem antes bradar sua angústia e horror ante o seu mundo".

A obra literária

A obra literária de Kafka, escrita em alemão, teve início em 1909, com a publicação de *Descrição de um Combate.* Publicou *O processo, Carta ao Pai, O castelo, América, Diário, Na Colônia Penal, A metamorfose, A sentença, Um médico rural.* Escreveu até o final, em 1923, o último livro *Um artista da fome.*

Poucos foram editados em vida. Antes de morrer, Kafka obrigou o amigo Max Brod prometer-lhe queimaria suas obras não publicadas. Felizmente, para a literatura universal, Brod faltou-lhe com a palavra.

Seus escritos retratam as angústias do homem de seu tempo. Denunciam os aspectos dominadores e brutais presente nas relações das pessoas por parte da autoridade. Espelhado no livro *O processo,* comparável em grandeza literária a *Crime e Castigo de Dostoievski,* ambos com temática parecida, mostraram a fraqueza do ser humano diante do poder, evidenciando a dor e o sofrimento humano. Tudo com tal requinte, que até as deformações, de descrição difícil, são precisas, como em A metamorfose.

Sua obra, tida por alguns como um conjunto de sonhos, antes interpretada como simples delírios de uma mente doentia, deve ser vista como reflexo de uma realidade pessoal.
Segundo Kokis:

> "Sua colocação é responsável por toda uma nova concepção de literatura dominante em nosso tempo e desligada dos antigos cânones do naturalismo descritivo, que Kafka abate mortalmente. O homem de seu tempo não é homem estabilizado e reificado no século XIX, mas sim um ser em tensão face ao desenvolvimento avassalador da tecnologia e dos instrumentos de opressão e alienação do capitalismo em crise... É um homem que luta engajado em situações-limites, ao mesmo tempo universal e concreto... Depois de Kafka, a forma e o conteúdo da literatura autêntica modificam-se fundamentalmente. Dá origem a uma nova concepção do homem, personagem enfocado concretamente, e exige também uma nova concepção do homem leitor, que penetra na obra debatendo-se necessariamente consigo mesmo, ao contrário da aceitação ingênua e habitual do realismo descritivo ou narrativo anterior... Agora, na luta, que é inadiável, parece impotente e mortal contra aquela parede dos valores burgueses, que como um animal, redobra as forças quando percebe a morte".

Kafka não conseguiu atingir prestígio como escritor em vida, apesar da originalidade e da excelência das obras. Muitos o reduziram àquele que falava do homem que virou inseto.

Sobre A metamorfose

Kafka terminou de escrever *A metamorfose* em 1912. Foi publicado em 1915. Narra a história de Gregor Samsa, um jovem caixeiro-viajante, que vivia com sua família (pai, mãe e uma irmã) e a mantinha financeiramente. Acordou certa manhã, como barata gigante com dimensão de um ser humano. Sentiu dificuldades para aprontar e pegar o trem que o levaria ao local de trabalho. A fala modificada, os movimentos motores lentificados e a mente entorpecida. Como Gregor não apareceu no serviço, o chefe foi à sua casa para avaliar a razão da ausência. O obrigado a mostrar-se ao chefe e aos familiares, a apresentação causou repugnância geral. Enxotado de volta ao seu quarto pelo pai, que o atingiu nas costas com uma maçã, causando-lhe uma infecção grave. A doença, outros maus tratos e o sofrimento levaram Gregor a optar pela morte.

O estilo literário de Kafka adentra a modernidade. Emprega uma abordagem impregnada de horror. A narrativa arrastada, monótona, asquerosa, nauseante e aflitiva, reflete sua essência impregnada da angústia rouca, que permeia a narrativa, e beira o cansaço e o desinteresse pela vida. Reflete o tédio vivenciado pelo personagem-autor em relação ao humano e do próprio mundo em relação a seu verdadeiro Ser. Gregor é recusado, refletido em sua horrível aparência de barata, rejeitada pelo consenso comum. Kafka usa um método alegórico que imita a linguagem onírica, mantendo uma analogia com situações reais, entulhadas no curso da vida. A escrita é dotada da coragem para revelar em detalhes aquilo que o ser humano deseja negar sempre: a possibilidade da descontinuidade da sua existência.

Para muitos críticos literários esse texto de Kafka pode ser considerado ficcionista. A narrativa, porém, insiste nas premissas da arte, que inclui o insólito, o incognoscível, o absurdo, o patético, o fantasmagórico e o real.

A metamorfose de Franz Kafka tocou e continua a tocar em questões cruciais da luta existencial do ser humano para continuar existindo. *Don Quijote de La Mancha,* de Cervantes, escrito anteriormente, não seria mais um relato comovente e tragicômico dessa luta?

Para Kokis:

> *A metamorfose* talvez seja a obra — excetuando a Carta ao Pai — que é mais um documento bibliográfico que mais profunda e acessivelmente revela a problemática kafkiana... É um relato autêntico das impressões sentidas por Kafka em relação aos seus e em sua casa, onde era visto com alguma coisa de reprovável e desprezível, física, moral e socialmente... Acima de tudo, trata-se de uma profunda experiência humana pessoal narrada friamente, além de interessante exposição dos costumes e do comportamento de sua sociedade... Inicialmente, após acordar, a posição de Gregor é uma posição indefesa, de costas face ao mundo, oferecendo seu frágil abdome de inseto como presa fácil.

Fundamentação teórica

O autor publicou vários trabalhos sobre o trauma (222c, 2005, 2006) segundo o conceito do DMV–IV (1994). É qualificado como um evento que produz em sua vítima uma noção de morte. A articulação das contribuições da Psicanálise com a Psiquiatria, a Neurobiologia e a Psicologia Experimental pode acrescentar aspectos teóricos importantes a esse conceito psiquiátrico.

Sua vítima apresenta como traço geral uma crescente insuficiência para a vida familiar, social e profissional e recebe críticas hostis do meio ambiente, que incorpora e passa a fazer a si por meio de seu superego.

Apresenta respostas biológicas e psíquicas como uma *Desconexão* entre a parte cortical do cérebro — mais especificamente o lobo pré-frontal, onde está a sede da cognição — e a parte do hipotálamo ou reptilínea do cérebro —, a amídala cerebral de onde emanam as respostas biológicas ao trauma, de forma reflexa e inata. Quando a vítima de um trauma consegue conscientizá-lo, já apresentou um comportamento de imobilidade, ou de luta ou de fuga, dependendo do contexto, da iminência do perigo e do aprendizado, armazenado na memória procedural. O corpo chega antes que a cabeça.

A vítima do trauma ausenta-se de si mesma. Fica mais comandada pela memória implícita, ou de comportamento, ou de longo prazo, voltada para manter a sobrevivência.

O autor (2005) descreveu seu o *Conceito de Desconexão*, assim resumido: a primeira matriz psíquica remonta ao período fetal, matriz autista (OGDEM, 1989b), no qual a noção de *estar existindo* é dada pela regularidade de ritmo e intensidade das experiências sensoriais, relacionadas às funções vitais ordenadas pelo Sistema Nervoso Autônomo, por meio da amídala cerebral, presente logo após a concepção. Ainda nesse período, com o progresso dos processos de maturação, o feto é capaz de produzir intuitivamente em si mesmo experiências sensoriais (TUSTIN, 1990) com os dedos, a língua, a saliva, as fezes e a urina sobre a pele e as mucosas bucal, intestinal e uretral. Têm função autoapaziguadora em situações acompanhadas de sensação de morte, tais como traumas físicos, enfermidades, estados de toxicidade, estados de baixa oxigenação e outras. Esse mecanismo persiste nas etapas sucessivas do desenvolvimento, como assistimos no bruxismo, na diurese noturna, nos estados de sudorese intensa e mesmo em atos impensados, como prensar as chaves do carro nas mãos ou as contas de um terço com os dedos.

As experiências sensoriais são registradas pela incipiente memória de procedimento e inicia o desenvolvimento da noção de *como sou e onde estou*, por meio de um ego bio-psíquico, pré-histórico, pré-simbólico e ano-objetal. No período fetal não há um sujeito interpretante devido a pouca maturação das estruturas corticais do Sistema Nervoso Central. Tudo tem semelhança com a vida animal. Tudo é inato, reflexo e autônomo. Não existe "uma cabeça para pensar".

O *Conceito de Desconexão* contém a hipótese de que o homem após um trauma com consciência consistente de morte, conforme conceituado pelo DSM-IV, se autoapazigua com o registro das experiências sensoriais e busca a sobrevivência, retraindo-se para o estado inicial autista da homeostase. Aí, permanece em suspensão animada, com um metabolismo limitado à absorção e gasto mínimo de oxigênio, conforme experiências recentes de ERIC ET al (2005) com órgãos para transplantes. Utilizam esse princípio para prolongar a vida do órgão a ser transplantado após a morte do doador.

Além de recompor a sensação de *continuar existindo*, as experiências sensoriais autogeradas promovem um sentimento de coesão física e psíquica. É possível detectar, em exames de ultrassonografia fetal, esses tocando com as mãos e os dedos os órgãos sexuais, a boca e as orelhas. Os adultos realizam as ações sintomáticas mencionadas.

A *Desconexão* das estruturas cognitivas corticais torna a vítima do trauma mais insuficiente para avaliar e responder as

crescentes demandas de sua realidade interna e externa, e necessitam de um esforço físico e psíquico maior, exatamente quando está mais fragilizada.

A *Desconexão* gera um estado de insuficiência física e psíquica, que conduz ao estresse, conceito de SELYE (1936). É um estado no qual vai exaurindo suas forças, e acaba por desistir da vida.

Gregor, o personagem kafkiano, é portador desse transtorno. Kafka demonstra a existência de Gregor vivendo como um animal, mas pensando como um homem, elemento característico da *Desconexão.* Alguns pacientes relatam textualmente: "sinto-me uma barata".

A metamorfose de Kafka e o Conceito de Desconexão

Na adolescência, o autor tentou ler *A metamorfose*. A leitura foi abandonada por ser sentida como confusa, cansativa e desconcertante. Mas o exemplar foi guardado e, certamente, não por acaso, retomado para leitura de férias, entre muitas opções de escolha em anos recentes. Havia algo de comum entre o livro, desde logo pelo título e o que se vinha descrevendo como Desconexão.

Pôde-se constatar, depois, que a riqueza da descrição dos detalhes de *A metamorfose*, ilustrava e enriquecia seu *Conceito de Desconexão*. De modo semelhante, o equipava para realizar a análise do livro, até então, feita de forma fragmentada e insuficiente com os referenciais teóricos clássicos da Psicanálise, da Psicologia e da Sociologia. Desse lugar surgiu este trabalho.

A compreensão de *A metamorfose*

A narração, segundo tradução de CAJADO (1948), começa com a exposição da transmutação do personagem, Gregor Samsa, em um inseto do seu tamanho, dotado de muitas pernas e couraça, uma barata. Seu pensamento, no entanto, evolui como de um ser humano. Tal alteração manifesta-se após uma noite de sonhos intranquilos. Ele acordou e não se reconheceu mais: "Que me aconteceu? — pensou ele".

Metamorfose é uma palavra grega usada, especialmente, para descrever a transformação da crisálida em borboleta. Nessa narrativa de Kafka, a metáfora é usada para descrever o oposto: uma mudança para o sofrimento sem alívio. Todos nós passamos por metamorfoses em nossas vidas, melhores ou piores, discretas ou acentuadas. Ocorrem, às vezes, da noite para o dia. Dormimos mal e acordamos sentindo-nos bem ou vice-versa.

A metamorfose de Gregor Samsa revela a existência de nosso lado animal, com o qual mantemos estreita relação de convivência e repúdio ao longo do dia e da noite. Debatemo-nos entre nossas respostas fisiológicas reflexas e instintivas — que nos atraem, porque nos vitalizam e preparam para o perigo —, e aquelas ditadas pela cognição, que nos diferenciam dos animais. A luta em nossa vida interior é representada nas várias produções do homem civilizado. Por exemplo, nas touradas, em que um longo ritual é obedecido para ver o toureiro sobrepujar o touro, olho no olho; e nos competitivos rodeios, para testemunhar quem domina quem, se o animal ou o homem. Na mitologia grega, está representada pela lenda da esfinge de Tebas, metade homem e metade animal, e pela medusa, cujos cabelos da cabeça são serpentes. Também em sonhos com animais de formas normais ou esdrúxulas.

Essas respostas originam-se da matriz psíquica fetal autista puramente sensorial, diferente da outra do pós-parto, que já contém um sujeito interpretante, dotado de funções cognitivas.

Gregor sentia-se contrariado com o serviço de caixeiro-viajante — executado com o único propósito de sustentar a família —,

pela rigidez do chefe, e pelo fato de seu pai, mãe e irmã não reconhecerem seu estado de contínuo estresse.

É muito significativo o relato da mãe de Gregor ao seu patrão, referindo-se aos dias que antecederam a metamorfose. Ela lhe conta que Gregor passava noites seguidas na sala, fazendo coleção de fotografias de mulheres e havia escolhido uma, cujo pescoço estava envolto por peles que lhe caíam sobre o colo e os braços, que havia mandado colocar em uma moldura e pendurado em seu quarto. Diz-lhe ainda da ocorrência de sonhos agitados.
Valorizou-se a existência desse quadro na narrativa, pelos estudos sobre a segunda pele (Bick, 1968, 1986). O autor (2002c), em trabalho sobre esses estudos e baseado em sua experiência clínica, destaca a existência de arranjos de natureza psíquica e orgânica, que denominou de "remendos" ou "costuras", para estancar o escoamento de conhecimento psíquico, resultante de uma ferida da superfície sensorial, principalmente a pele, por um trauma físico ou psíquico (Rosenfeld, 1980). Como ilustração, relata o caso clínico de um paciente psicótico e o estudo da fantasia do homem-aranha em nossas vidas.
A pele, envolvendo parte do corpo da mulher na fotografia, é um desses "remendos", o que já indicava que Gregor não estava bem. Kafka volta a mencioná-lo outras vezes durante a narrativa. Provavelmente, os sonhos intranquilos resultavam de agonias indizíveis, relacionadas a um estado que tinha o cheiro da morte.

Kafka escreve[1]:

> Pendurado por cima da mesa... havia um retrato que ele recortara recentemente de uma revista ilustrada e enquadrara numa bonita moldura dourada. A fotografia mostrava uma dama com um toucado e estola de pele sentada em posição ereta, tendo ao colo um imenso regalo também de pele, dentro do qual seus braços desapareciam completamente.

Após citar esse arranjo, Kafka prossegue, descrevendo os sintomas consequentes da metamorfose ocorrida. Primeiro, uma exacerbação da experiência sensorial ao estímulo físico auditivo. A exacerbação, que pode ser tátil, ou visual, ou olfativa, ou sinestésica, atesta a ausência da segunda pele como elemento protetor.

Gregor queixa:

> Mas como era possível dormir com aquele ruído do relógio nos ouvidos? (...) Sua maior preocupação era o barulhão que faria ao cair, e que provavelmente causaria uma certa ansiedade, se não terror, por trás daquelas portas.

Em segundo lugar, ocorre uma alteração do psiquismo. Trata-se de um embotamento, caracterizado pela lentidão do pensamento, da memória, do raciocínio, da orientação no tempo e no espaço, do juízo crítico e outras funções cognitivas: "Gregor realmente sentia-se bastante bem, exceto por uma espécie de entorpecimento".
Em terceiro lugar, ocorrem alterações ligadas às atividades motoras como o andar, falar, comer, e outras:

> Gregor teve um choque ao ouvir sua própria voz respondendo a dela [da mãe], incontestavelmente era a dele mesmo, mas idêntica a um horrível guincho trêmulo e proferido num meio tom, que logo no primeiro momento permitia que as palavras fossem pronunciadas de uma forma

[1] KAFKA, Franz. A Metamorfose. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Todas as próximas citações referem-se a essa edição.

> clara, mas logo em seguida elevavam-se repercutindo num eco que anulava seu sentido, fazendo com que se duvidasse de tê-las ouvido corretamente.

Descrevendo outras manifestações motoras, como a imobilidade e a lentidão, Kafka continua:

> Assim sendo procurou primeiramente mover a parte superior, e cautelosamente movimentou a cabeça na direção da beirada da cama. Aquilo foi difícil, e apesar do esforço para respirar e o imenso volume de seu corpo, este finalmente acompanhou o movimento de sua cabeça.

Na imobilidade o Ser permanece suspenso no mundo dos semivivos, onde fica apaziguado e à espera do retorno do ambiente confiável. Sua fala fica diferente, permanece mais na cama, o caminhar é lento e a sonolência incontrolada.

A seguir, Kafka, como um bom clínico, nos dá uma ideia melhor da situação traumática na qual Gregor vivia:

> Se eu não tivesse que sustentar esta situação — o emprego — por causa de meus pais há muito tempo que teria pedido demissão, e dirigindo-me ao meu chefe, ter-lhe-ia dito o que penso dele.

Seu descontentamento com o serviço estava relacionado à natureza do trabalho e ao chefe autoritário, que veio à sua casa para saber a razão da ausência. A mãe defende Gregor, pensando mais em si mesma, e nas consequências negativas da demissão do filho, do que na pessoa dele:

> Ele não deve estar passando bem — observou sua mãe ao visitante, enquanto seu pai continuava falando através da porta. — Não deve estar bem, pode crer, meu senhor. Senão, o que mais poderia tê-lo feito perder o trem! O rapaz só pensa no trabalho. Esse moço não tem outra coisa na cabeça a não ser a firma. Chego a ficar quase irritada ao vê-lo sempre em casa à noite. Há oito dias que está aqui não tendo saído em nenhuma delas... Sua única distração consiste em molduras decorativas... uma delas está pendurada em seu quarto e verá quão bonita ela é, logo que ele abrir a porta... tenho certeza de que não está passando bem, embora não veja motivo para que isto ocorresse esta manhã.

O exame desse trecho da narrativa permite destacar alguns elementos responsáveis pela metamorfose de Gregor. Primeiro, a sensação de ser usado como objeto de consumo por todos que o cercam. Segundo, a rigidez do chefe denunciada pela vinda à sua casa e pela necessidade da mãe de justificar sua falta ao trabalho. Ela temia-o como impiedoso. Soma-se aos dois, a sua exigência consigo mesmo. No início da narrativa Gregor não se sente bem ao acordar. Ainda assim, tenta levantar-se a qualquer custo para não perder o trem. Como se verá adiante, o pai é, também, bastante rigoroso.

Outro elemento patogênico importante é a incapacidade da mãe para compreender as demandas de Gregor por auxílio. Evidencia-se que percebeu que ele não estava bem nesta afirmativa: "Durante duas ou três noites dedicou-se a recortar figuras para enquadrá-las, uma delas está em seu quarto...". Não valorizou sua percepção como um pedido de auxílio. Não se comportou como *a mãe suficientemente boa* de Winnicott (1962), que atende às demandas do bebê e, por vezes, chega antes dele, ensejando-lhe a *experiência de ilusão,* fundamental para o fortalecimento de seu sentimento de *continuar existindo.* O bebê sem essa mãe boa, quando ameaçado, tende para os movimentos autistas.

O recolhimento de Gregor ao quarto obedece a essa tendência. Na mesma linha, pode-se entender seu desejo de quietude ou o entorpecimento psíquico: ele queria apenas sobreviver. Essas ações foram denominadas por Ogden de *movimentos autistas:*

O isolamento do tipo autista-contíguo implica em algum grau o ato da substituição da mãe como ambiente por um ambiente sensorial autogerado. Estou propondo que, desde os primórdios da vida psicológica (e ao longo de toda a vida), existe uma forma de experiência à qual a mãe, na condição de matriz psicológica, é substituída por uma matriz de sensação autônoma.

Ilustra-se com o caso de um paciente psicótico em tratamento. Ele deixa o quarto, apenas, para fazer suas necessidades fisiológicas e ir às sessões de análise. Lá de dentro, sabe todo o movimento da casa, pelas chamadas da campainha, do telefone ou do bater de portas. Em tudo, é econômico, vivendo com o mínimo necessário. Apresenta inúmeras escoriações na pele, por coçá-la incessantemente, do mesmo modo como rói as unhas. Esse paciente roça sua pele em busca da produção da experiência sensorial autogerada para se *sentir existindo*, que substitui a sua mãe boa.

O isolamento de Gregor está justificado, objetivamente, pelas deformações que a metamorfose lhe produziu. Existe uma razão estética para seu isolamento. No entanto, a razão principal é a busca da sobrevivência pelo afastamento do ambiente hostil.

Kafka prossegue a narrativa, retomando a ênfase da rigidez do chefe e agora, demonstrando a do pai. O chefe: "Os senhores entenderam uma só palavra do que ele [Gregor] falou? Era uma voz de animal. Certamente, está querendo fazer-nos de idiotas". O pai: "Anna! Anna! — chamou o pai à porta da cozinha e batendo palmas. — Vá buscar um serralheiro, imediatamente".

Diante dessas ameaças Gregor sente-se obrigado a se fazer ouvido e visto como lhe impunha o pai, categoricamente, nesse momento. Porém, sua situação é de aflitiva indecisão. O que seria mais recomendável? Sair e correr o risco de produzir asco e repugnação naquelas pessoas ou indispor-se mais com o chefe e o pai, pelo silêncio e afastamento? Gregor resolve ousar. "Ouçam — disse o chefe por trás da porta — ele está virando a chave... Um estalido mais alto demonstrou, finalmente, que a fechadura havia cedido". Abre-se a porta: a visão de Gregor foi impactante e despertou sentimento de horror no chefe e raiva no pai[2]:

> Seu pai cerrou o punho com uma expressão feroz, como se pretendesse descarregá-lo sobre Gregor para fazê-lo voltar para o quarto... enxotou-o cruelmente para trás, perseguindo-o com assobios e gritando xô, xô, parecendo um selvagem... foi quando seu pai empurrou-o por detrás com toda força... Gregor saiu voando para dentro do quarto, sangrando abundantemente. Com a bengala o pai empurrou a porta violentamente logo atrás dele, e afinal o silêncio voltou a reinar.

O pai estava desapontado com ele. Conforme Kafka, "Seus pais não podiam entender aquilo; tinham-se convencido durante o transcorrer dos anos que o futuro de Gregor estava garantido na firma para toda a vida".

Ocorria um estado de incompreensão máxima. É, realmente, como acontece no mundo real. Este Ser é rejeitado como incapaz, preguiçoso, manipulador, dissimulado e desprovido de força de vontade.

[2] Idem.

Mal sabem aqueles que julgam como está necessitado do contato côncavo das peles, dos toques macios e da palavra que sustenta. Desconectado, encontra-se em um estado de desamparo e insuficiência. Está recolhido em si mesmo. Sartre (1943) mostra uma aguda sensibilidade da natureza do Ser, quando põe em palavras um pensamento rebuscado de beleza e realidade, no qual define o mais primitivo isolamento pessoal: "Resta saber em que região delicada e esquisita do Ser encontraremos o Ser que é seu próprio Nada". Acrescenta-se que a sensação é seu próprio Tudo.

Em seguida, Kafka menciona outro sintoma frequente da Desconexão. O Ser passa a comer mais, conduzindo-se para a Bulimia ou passa a comer menos e se move em direção a Anorexia Nervosa. Isso é resultado da busca da baixa estimulação ou da hiperestimulação. Na primeira, vive com o mínimo, só para garantir a consciência do sentimento de que está vivo. Na segunda, busca desesperadamente sentir-se vivo, sem os riscos da descontinuidade.

> Dias comia bem, a ponto que a lauta refeição inchara seu corpo de tal forma que se sentia comprimido por baixo do assento do sofá — lugar onde se escondia — mal podendo respirar — e quando não comia, o que vinha ocorrendo mais freqüentemente, ela (a irmã) murmurava quase com tristeza: deixou tudo outra vez.

Nessa altura, Kafka mergulha um pouco na história pessoal de Gregor. Há cinco anos, o pai enfrentara um colapso financeiro.

Naquela época o único desejo de Gregor era fazer o máximo para auxiliar a família a esquecer a catástrofe que sobre ela se abatera, deixando-a num estado de completo desespero... tornara-se um viajante comercial em vez de optar por um cargo modesto de funcionário de escritório, tendo evidentemente muito mais chance de ganhar dinheiro... Eles (a família) simplesmente haviam-se habituado àquilo — tanto a família quanto ele mesmo — sendo o dinheiro recebido com gratidão e oferecido com satisfação, sem, contudo haver nenhuma exibição de um sentimento mais efusivo... Logo de início [após a metamorfose], toda vez que ouvia mencionarem a necessidade de ganhar dinheiro, Gregor abandonava seu lugar por trás da porta, precipitando-se para seu cantinho fresco por baixo do sofá, sentindo-se agitado pela vergonha e tristeza.

A incompreensão da mãe, a rigidez do próprio Gregor, associada ao rigor do pai e à do chefe, agravavam a *Desconexão.* Gregor sentia-se cada vez mais desvitalizado, desvalorizado, censurável e repugnante, pelo estado seguido de estresse.

Passados os primeiros quinze dias, aconteceram tentativas da irmã e da mãe de ajudá-lo. Resolveram esvaziar-lhe o quarto, retirando a cômoda e a escrivaninha, para facilitar-lhe os movimentos. Os resultados foram lamentáveis. A escrivaninha e a cômoda davam-lhe os contornos da sua identidade e eram-lhe, afetivamente, muito significativas. Também o barulho, devido à sensibilidade sensorial aumentada, se constituiu em uma tortura.

... e o raspar das peças no assoalho tinham-no afetado de tal forma, como se repentinamente à sua volta houvesse ocorrido uma agitação tremenda, e por mais que encolhesse a cabeça e as patas, agachando-se completamente, no chão, teve que confessar intimamente que não aguentaria aquilo tudo por muito tempo.

Desesperado, Gregor se esforça para agarrar o quadro da dama pendurado na parede. Abraça-o, mantendo-se colado ao vidro e cobrindo-o com seu corpo enorme. No ato, insinua um desejo de que a dama do quadro faça o mesmo com ele,

envolvendo-o com um abraço de peles, para lhe proteger da crescente ameaça de se desfazer.

Gregor está transtornado e por isso não se incomoda mais com os riscos de perder a mãe, caso ela o surpreenda agarrado ao quadro fixado na parede, em seu estado de metamorfose. A irmã percebe a situação e tenta afastar o olhar de sua mãe. Tudo é em vão. Ela o vê e grita: "— Oh, Deus! Meu Deus! — caindo desmaiada no sofá completamente imóvel". Nada ia bem para Gregor. Seu pai chega da rua e encontra a esposa desmaiada: "— Tal qual estava esperando — disse ele. — Já tinha avisado, mas vocês mulheres nunca ouvem nada".

Uma pausa e Kakfa refere-se a Gregor lembrando-se do pai no passado:

> Aquele que para falar a verdade, nem podia levantar-se limitando a saudá-lo erguendo os braços, e que nas raras ocasiões em que saía com a família — um ou dois domingos por ano e nos feriados — caminhava entre Gregor e a mãe os quais embora andassem devagar, ele ainda o fazia mais lentamente, enfiado no velho sobretudo, arrastando com dificuldade os pés para frente auxiliado pela bengala de cabo curvo.

Constata-se que o pai de Gregor passou por uma *Desconexão* e não por uma depressão, identificada pela lentidão de seus passos, o agasalho pesado, e o isolamento. Foi decorrente do fracasso financeiro, que comprometeu a carreira dos filhos e resultou em uma situação de autoacusação impiedosa, que explica a aversão dele ao filho, ao vê-lo em estado semelhante, espelhando-o. O pai de Gregor condena-o por aquilo que ele mesmo não conseguiu evitar, ou seja, entregar-se aos movimentos autistas. Sua angústia não está relacionada com o Complexo de Édipo e a ameaça de castração ou com o sentimento de perda. A obra de Kafka refere-se, especificamente, à sobrevivência e à angústia frente à ameaça de se desfazer diante do trauma.

Prosseguindo, ao ver a esposa desmaiada, o pai de Gregor sente-se justificado para expressar sua ira.

> ... avançou para Gregor com uma expressão cruel... Assim correu à frente do pai, parando quando ele parava e movendo-se mais depressa quando ele fazia qualquer movimento... de repente, sentiu qualquer coisa atirada sem muita força cair por trás dele, rolando para frente. Era uma maçã, e imediatamente recebeu uma outra. — Uma outra, porém, jogada imediatamente com um impulso maior caiu sobre o lado direito de sua costa afundando-se nela... Gregor sofrera um ferimento bastante sério, deixando-o inutilizado mais de um mês — a maçã permanecera grudada em seu corpo, tal qual uma recordação invisível, porquanto ninguém arriscara tirá-la dali.

A irmã tenta interceder: ... "[Grete] alcançando-o [o pai], abraçando-o e unindo-se a ele completamente, com as mãos à volta do pescoço intercedendo pela vida do irmão".

Daí para frente a mãe e a irmã lhe dedicam só o cuidado indispensável. Choravam pelo seu destino. Para complicar mais a situação de Gregor, a família passou a vê-lo como um estorvo para os planos de mudança para uma moradia menor, onde teriam menos gastos materiais. Grete, já farta, conseguiu um trabalho. Os cuidados com Gregor foram delegados para a faxineira, que a substituiu. Essa não conseguia esperar a hora para atirar uma cadeira nas costas dele, tanto desejava o seu fim. Seus pais decidem alugar parte do apartamento para três senhores. O movimento na casa aumentou e diminuiu o

espaço físico, dificultando a existência de Gregor.

Um dia, algo diferente aconteceu. Grete resolveu tocar seu violino. Juntaram-se todos na sala. Gregor foi atraído pela música e

> ... arriscou mover-se um pouco para frente, ficando com a cabeça dentro da sala... Para falar a verdade, ninguém o percebeu... Com o rosto inclinado para um lado, seu olhar triste e concentrado acompanhava as notas da música... Seria realmente um animal, e mesmo assim, a música exercia um tal efeito sobre ele? Tinha a impressão de que um caminho abrira-se à sua frente, levando-o até aquele alimento pelo qual tanto almejava. Decidira que continuaria avançando até alcançar sua irmã, e puxaria sua saia a fim de fazê-la que deveria ir até seu quarto com o violino, uma vez que naquela sala ninguém apreciava tanto quanto ele o que estava executando... pela primeira vez sentiu que sua figura assustadora ser-lhe-ia útil.

A mudança momentânea de Gregor exemplifica a exposição de Tustin (1990) sobre os objetos autistas e as formas autistas, utilizados pelo bebê e pelo adulto para lhes proporcionar uma experiência sensória apaziguadora. São obtidas por toques rítmicos duros ou macios. Podem ser auditivas, visuais, táteis, olfativas ou gustativas. A boa música pode ser considerada uma forma autista, tanto o encontro das bochechas do bebê com a mama da mãe ou o contato agradável da água do banho com a pele do corpo. Como escreveu Kafka, Gregor sentiu-se alimentado, uma pausa para o seu sofrimento.

A narrativa vai mostrando o agravamento da situação. Um dos inquilinos, ao avistar sua figura horrível disse:

> — Devo comunicar-lhes... que devido às condições desagradáveis que prevalecem nesta casa e nesta família — e cuspiu no chão para enfatizar sua declaração lacônica — retirar-nos-emos imediatamente.

Gregor sentiu a aproximação do final: "Receava, com certo grau de certeza, que a qualquer momento aquela tensão geral desabasse sobre ele num ataque combinado".

O finalmente veio de Grete, que mais o compreendera:

> — Papai, ele tem que ir embora — gritou ela — é a única solução! O senhor simplesmente tem de abdicar da idéia de que aquilo é Gregor. O fato de termos acreditado nisso tanto tempo, é que originou todo este transtorno. Como pode aquilo ser ele? Se fosse, há muito que teria compreendido que os seres humanos não podem viver com um animal desta espécie, e teria partido de livre e espontânea vontade. Então não teríamos nenhum irmão, mas seriamos capazes de continuar a viver respeitando sua lembrança. Mas assim como é, este animal persegue-nos, enxota nossos inquilinos, e é evidente que deseja todo o apartamento para ele e permitiria até mesmo que fôssemos dormir na sarjeta.

Fica claro que agora só a incompreensão une a família a Gregor. Já o consideram como malvado, intencionalmente interessado em fazer-lhes a desgraça. De perseguido, passa a perseguidor e vai precisar viver como foragido. Até quando? Gregor sente suas forças físicas minadas. Conseguirá?

A narrativa, afinal, ganha intensidade trágica:

> Logo depois descobriu que era incapaz de mover um só membro. Aquilo não o surpreendeu, antes não lhe parecia normal que tivesse realmente podido movimentar suas perninhas tão fracas. De qualquer modo sentiu-se relativamente bem. Verdade é que seu corpo todo doía, mas teve a impressão que a dor ia diminuindo gradativamente e acabaria passando. A maçã apodrecera em suas costas e a região inflamada em volta, que estava coberta, já mal o incomodava.

Gregor permanecia na imobilidade total. Tem o fim inevitável. Não tolerando mais a hostilidade do meio e o sofrimento, se mata:

> A decisão relativa ao seu desaparecimento, ele já a havia tomado muito mais energicamente que a irmã — se isto fosse possível... Os primeiros clarões estendendo-se sobre o mundo que ficava do outro lado da janela invadiram uma vez mais suas faculdades de percepção. E, então de livre e espontânea vontade, afundou a cabeça no chão e de suas narinas exalou-se um último suspiro débil e trêmulo.

Considerações Finais

A metamorfose é uma obra-prima da literatura universal. Como outras, encerra elementos vitais do existir humano: a angústia de morte e a sobrevivência.

Enquanto os leitores torcem pelo fim da metamorfose de Gregor, o pai e a mãe a desejavam para que ele continuasse mantendo o status quo da família. A ordem crescente de indisposição mútua conduziu a uma situação irreversível e à decisão, pelo próprio Gregor, de morrer.
Kafka manteve-se vivo, matando o personagem nessa provável catarse literária. Indo além da imaginação, pensando pelo lado oposto, e usando a mesma imagem de Kafka, é possível dizer que Gregor, com suas descontinuidades de vida, precisou tornar-se um homem de muitas pernas e uma couraça dura, para fazer frente aos golpes rudes da vida.

Talvez o homem atual, enfrentando toda sorte de violências a ameaçar-lhe a sobrevivência, tenha de se desdobrar para não definhar como Gregor Samsa.

Kafka insere-se na plêiade de autores clássicos como o escritor do inverossímil, do inacreditável e do absurdo. Ao contrário do que muitos pensavam e continuam pensando, escreveu e descreveu, por meio de uma gigantesca metáfora, a alma desertificada pela *Desconexão.*

Deve-se ressaltar que é válido continuar enfatizando a existência de uma psicopatologia originada do período fetal do ser humano, uma psicopatologia autista, na qual as reações e respostas só podem estar voltadas para a preservação do *continuar existindo* e do autoapaziguamento diante da angústia de aniquilamento ou morte.

REFERÊNCIAS

BICK, E. The experience of the skin in early object relations. International Journal of Psychoanalysis. Vol. 49. 1968. p.484-486.

Further considerations of the function of the skin in early object relations. Briish Journal of Psychoterapy. Vol. 2, 1986. p. 292-299.

CAJADO, S. A Metamorfose. São Paulo: Nova Época Editorial, 1948.

DSM-IV. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. Washington: American Psychiatric Association, 1994.

ERIC, B. MIKE, M. Mark, S. Hydrogen Sulfide induces a Suspended Animation-like state in mice. Science. Vol.308. 2005. p. 518-525.

JANOUCH, G. Conversas com Kafka. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1985.

KAFKA, F. A Metamorfose. São Paulo: Companhia das Letras, 1915.

KOKIS, S. Franz Kafka e a interpretação da realidade. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1967.

OGDEN, T. Sobre o conceito de uma posição autista-contígua. Revista Brasileira de Psicanálise, vol.30. 1989b. p. 341-364.

OGDEN, T. Os Sujeitos da Psicanálise. Isolamento pessoal: o colapso da subjetividade e da intersubjetividade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

ROSENFELD, D. O corpo em Psicanálise - Acerca do esquema corporal. Revista Brasileira dePsicanálise. Vol. 17. 1980. p. 235-254.

SALIM, S. A. Remendos para uma superfície sensorial. Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre. Vol. 4. 2002c. p. 437-450.

Psicanálise hoje: a Desconexão e o Transtorno do estresse pós-traumático. Revista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Vol. 1(1/2). 2005. P. 105-134.

O autismo, a personalidade autista e o trauma. Revista da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Vol. 7 (1). 2006. p. 119-138.

SARTRE, J. P. Beeing and nothiness. Trad. H. Barnes. Nova Iorque: Philosophical Library, 1943.

SELYE, H. The general adaptation syndrome and the diseases of adaptation. Journal Clinical Endocrinology. Vol. 6. 1936. p. 117-122.

TUSTIN, F. Barreiras autistas em pacientes psiconeuróticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação. A integração do ego no desenvolvimento da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962.

Antônio Claret



Professor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva da UFMG

POEMAS

Fotos: Lucas Daian e Simone Ribeiro

Mulher

Às todas as Lilith e Evas mulheres da minha vida: à dona Benedita, a primeira que me abriu as primeiras e fundamentais portas para a minha caminhada; as minhas irmãzinhas que percebi as nossas diferenças; à ruivinha da sacada, a primeira noção de outro tipo de mulher que me sugeriu a possibilidade de uma sedução irresistível para toda uma vida; às mulheres (todas) que embalaram meus sonhos ; à Sônia que primeiro me fez pai; às Bela, Bibi e Tina, razão da descoberta de outro amor e outras emoções; às companheiras dos tempos do desespero e da descoberta da solidão (naqueles anos de chumbo); a Dora companheira de longa caminhada, que me ensinou que amor é construção; à todas as amigas que me completam ; a todas Lilith e Evas anônimas que cotidianamente constroem e reconstroem a possibilidade da existência ... com todo o meu amor e admiração.

Até mais ver, sempre! Claret

Antes das eras
Antes até (quem sabe) da própria história
Começastes tudo o que viria ser
Já eras antes... Oh!
A que criava
Gaia primordial
Útero ancestral
Escultura mítica apascentando as flores da terra
Amamentando a vida
Dando a vida
Energia que da a forma e o alimento
Que faz nascer às plantas e o alimento fundamental
És a própria flor
Renascestes em todos os lugares
Entre todos os povos
Desde muito antes da Babilônia
Eras o vento e o ar
Que sopra vida e ameniza as dores
Mas tu eras a sugestão da lascívia
Eras a noite que embalava sono e recriavas o sonho
Eras a vida pulsando
Eras Lilu, Ardat Lili, Lamaschtu!
Eras Lilith!
Eras a perigosa construção do barro vital
Eras o demônio do mal
Eras o vento ardente que em febre suga o sangue
Par idealizado de Satã
Eras Lilith!
Eras a criada para a sedução irresistível de todos os homens
Ao rito sensual da fecundidade
Essa dádiva sagrada da deusa maior
Regina dos céus
Eras Lilith!
A enviada de Inana
Deusa amorosa
Para a fartura e o doce tempo da felicidade
No coito de cada um
Os brotos de todos os frutos da terra
Eras Lilith!
Lua nova... Luas de sangue
Que se repetem ritmadas em quatro luas
E deixa um tempo livre para todo o prazer
Poupada da obrigação patriarcal de gerar o filho
Oh! Lilith!
Anjo torto anjo errado para a ilusão criativa
Desse macho que te recriou submissa e comportada
Eras Eva!
Essa uma subjugada ao falo que te usa
Uma Eva não do barro da terra
Mas parte de uma costela de um Adão fraco
Pedaço morto de um impotente falo incapaz de gerar...
Aquela mesma Eva que te refizeram galactotrofusa
Madona que amamentou todos os filhos
Uma revisitada Isis amamentando um Hórus macho
Como todos os machos de todos os tempos
Mas Eva que revelou teu sangue Lilith
E voltou a cada momento ao sensual gesto
E subverteu a ordem do paraíso sem horizontes
E ofereceu (de novo) o sabor da fruta
E recriou de novo a possibilidade da criação e do prazer
Esse irresistível ardil
Que tornou cativos e submissos todos esses falos incompletos
Tu és o paradoxo, o conflito...
Tu és mulher!

Cantos de uma autobiografia onírica

Canto I
As lembranças são assim mesmo...
Esquisitas!...
Quietinhas para de repente saírem todas de uma vez...
Acotovelam-se nas portas e janelas da memória...
E, se rompem,
Saem pelas metades; quebradas, tortas, confusas...
Aqui! ... (elas se acotovelando, ansiosas...)
Vou abrir a porta da memória...
Vou apascentar minhas lembranças...
E alguns sonhos descuidados...
(E para não me chatear),
Só vou deixar sair quando puder guardar no embornal da emoção o doce da boa lembrança...
Vou lembrar quando joguei amarelinha
Co'a ruivinha da sacada cor de rosa;
Ela de lá, eu de cá...
Vou lembrar a minha sacada azul
Debruçando comigo sobre uma Mariana molhada da chuva...
Eu gastando o tempo solitário e atoa, prisioneiro da casa,
Saboreando aquele cheiro de ar molhado,
(que me deu a ideia eterna do perfume da saudade).
E o meu olhar dançando com bailarinas gotas...
Ora velosas, ora lentas pelos fios dos postes,
E num "grand pas de deux" suicida,
Abraçadas, juntas despencando nas lajes do passeio.
Vou ansioso esperar meu nome chamado pelo amigo;
Tão logo as derradeiras poças se consumirem no calor novo,
de um sol preguiçoso...
Vou pular corda:
Salada, saladinha bem temperadinha com sal pimenta,
fogo!...
Roda pião me leva nas suas voltas,
Mas me deixe a lembrança de todas as voltas que eu dei
Vou brincar de roda:
Corre cotia na casa da tia,
Corre cipó na casa da vó,
Lencinho na mão caiu no chão,
Moça bonita do meu coração...
Vou soltar o papagaio e redesenhar nesse céu provinciano
Caminhos azuis de imaginários sonhos...
Vou jogar papão e ganhar muitas figurinhas dos heróis esquecidos
E colecionar tantas biroscas que meus bolsos suportarem
(enchendo o coração de transitórias felicidades que nunca me abandonaram)
Vou correr até a casa das sacadas azuis,
Aos saltos por entre os pés-de-moleque,
Pisando sempre nas curvas das pedras
Para não torcer o pé.
E saltar laje por laje já fundidas na minha alma,
Sem pisar nunca na emenda;
Para sempre acontecer o desejado...
Vou subir aquela escada de dois lances de saudades
(que me deu o sentido de chegada a um porto conhecido)
(meu lugar, minha identidade, meu pertencimento).
Vou me afundar naquela grande banheira.
Lavar meu corpo.
Acalmar minha ansiedade.
Sossegar meu cansaço.
(nessa água morna que banhou por toda a minha vida meus momentos de paz).
Vou encontrar uma mesa de delicias posta
Ao convite de sabores
(que me ensinaram a noção completa do gosto)
Vou esperar o sono naquele colchão de palha fofa
a me abraçar inteiro...
Contando o tempo nos agudos toques do sino do Seminário Menor;
E no pensamento espantar o medo com outras idéias
de diferentes paisagens e histórias...
E na derradeira luz que se apagaria,
Ir de vez esquecendo-me de alguma alma penada,
Que desgarrada teimasse em aparecer nos contornos das sombras
Assombrando meus sonhos...

Às mães do mundo... o mundo!

E... Seguem elas no seu tempo linear
confirmando a materialidade do circular
tempo da natureza...
Concedendo sempre a oportunidade ao
"vir a ser" ...
No destino do ser mãe não cabe o "to be
or not to be"!
No tempo da natureza de ser mãe não
existe metafisica...
E, nós, os outros,
todos,
somos todos filhos...
e só essas umas,
elas,
ainda mães!...

- "Ritinitis Nobilis 2007 - Retsína..."

...que faço com esses gostos...
se gosto dos vinhos
se gosto dos bailes
se gosto da noite
(se uivo pra luas)
se gosto das putas
se gosto da vida
se não paro no porto
se o sangue que me corre nas veias
(é galego, é mouro, é judeu, é tupi, é
angola)
e...
se minha alma é cigana
nem me importa os tantos enganos...
prefiro a travessia da paixão...
... e se (dizem) que a amizade seca as
lágrimas
eu digo que o amor as provoca...
o amor (!?),
amante;
o amor se faz ao amar...
se faz amando...
(nada mais).



Amiga...

Amiga, fica e escuta o meu coração
batendo sussurros nas beiradas do seu
corpo...
É bom ter alguém na distancia de um
abraço,
e no tamanho desse gesto do meu cari-
nho...
Volte pra ocupar esse canto de cama
solitário
Vem para sossegar minha saudade...

Das outras!...

São muitas e todas as flores
Sempre esperando delas tudo
Entre todas, muitas as cores:
rosa, rosa... vermelha, vermelha
amarela, amarela... até improváveis
azuis...
Porque nunca negras e eternos cinzas?...

Eu me fui para sempre!

Caminhei me achando um homem
E descobri que homem também se arre-
pende...
E caminhando pelos tempos e as distan-
cias
Tentei capturar a lua
E fiquei cativo...
E perdido para sempre
Nunca mais voltei...

Metas-ideias a meia boca (sussurros inteiros) para conversar com a amada na semana do dia dos namorados...

Abertura - primeiras palavras.

Os que amam devem ser assim...
assim, disponíveis
e totais para todas as surpresas e atentos e dispostos
na espera de carinhos ...
quaisquer um, por migalha que seja...
(por que não?!...)
(...assim mesmo como todos nós achamos que somos!...)
com nossas expectativas,
nossas fragilidades,
nossos sonhos e pesadelos e,
hormônios ... Sim,
muitos hormônios (vários e muitos)...
Mas na hora do aconchego,
de se fazer de amor e se desfazer de carinho,
não há que pedir licença,
quebrar um gesto em dois e desenhar um laço e,
(ah!)
se amarar inteiro...
e deixar no ar o perfume do encontro,
o cheiro da ternura...
E, cuidar para não ter culpa...
(essa uma, tipo, assim, religiosa...)
(essa do medo do erro...)
(essa uma, que sempre a nos espreitar no assombro do pecado...)
Por que não uma culpa mais metafisica,
meta-psicológica,
... aquela que vem do sentimento de incompletude,
de que ficou algo sobrando... que se deixou algo para traz...
...um abraço que virou aceno...
...uma recordação quebrada...
...um beijo não dado...
...um encontro que se frustrou...
...o colo que faltou...
Pois que isso tudo fica como uma trouxa de sentimentos
que não lavamos nas vivências cotidianas
do amor, do carinho...
E fica a eterna sensação de vazio que nunca se preenche...
... E se de novo nos aproximamos do objeto do afeto
nos assalta essa estranha sensação,
meio medo,
meio ânsia,
meio êxtase...
antigos desejos querendo reviver o que já foi...
(e pretensioso de ser ainda...)
O velho que não envelheceu
só está deslocado de lugar,
no tempo,
outros tempos...
mas se a emoção ainda sobrevive?...
Isso é bom, muito bom...

PUBLIQUE NA REVISTA CAMINHOS

Chamada para publicação de trabalhos no 2° semestre de 2012

A Revista Caminhos, publicação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, abre período de submissão de trabalhos para publicação na edição de número 30, em outubro de 2012.

Os trabalhos devem ser enviados para o e-mail comunicação@apubh.org.br até 30 de setembro de 2012.

Orientações para envio e publicação de artigos:

1) Todos os professores da UFMG, filiados à Apubh, ativos e aposentados, podem enviar seus artigos;
2) Os artigos deverão respeitar as seguintes especificações: fonte Times New Roman, tamanho 12, texto justificado, espaço 1,5, com 25.000 a 35.000 caracteres;
3) Poderão ser enviadas, também, produções literárias e elustrativas (charges, desenhos, poesias, ensaios, contos, etc) que guardem relação com os temas tratados na Revista.
4) Os interessados devem enviar um mini-currículo, de até 200 caracteres, e duas fotos 10 x 15 para publicação na revista;

5) Os temas abordados devem estar dentro dos seguintes eixos temáticos:
5.1. Carreira e Trabalho Docente;
5.2. Ciência e Tecnologia;
5.3. Política Educacional;
5.4. Universidade e Autonomia;
5.5. Mercantilização da Educação;
5.6. Universidade e Movimento Docente;
5.7. Eleições;
5.8. Temas acadêmicos em geral.

O Conselho Editorial da Revista Caminhos poderá propor modificações formais nos materias encaminhados que não signifiquem alterações essenciais do conteúdo para melhor adequá-los às exigências editorias, quais sejam: textos de interesse geral e tratamento acadêmico, e que estejam relacionados aos temas propostos acima.

APUBH

PROJETOS DE MKT E COMUNICAÇÃO

Lucas Daian / lucasdaian@hotmail.com
Simone Ribeiro / simonerib@yahoo.com.br

AUTORES NESTE NÚMERO

Humberto Coelho de Carvalho

Elias Antônio Jorge

Fernando Pimentel de Souza

Dalmir Francisco

José Eduardo Borges Moreira

Sebastião Abrão Salim

Antônio Claret

Rua Arthur Itabirano, 70 - São José
Belo Horizonte/MG - Cep: 31.275-020
Tel: [31] 3441-7211 Fax: 3441-1303
E-mail:apubh@apubh.org.br
www.apubh.org.br